

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 23ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a homenagear a Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais pelos seus 15 anos de sua criação

1.2 – Comissões

2 – MATÉRIA VOTADA

2.1 – Plenário

3 – ORDEM DO DIA

3.1 – Plenário

4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

4.1 – Plenário

4.2 – Comissões

5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 – ERRATA



ATAS

ATA DA 23ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 9/12/2021

Presidência da Deputada Ana Paula Siqueira

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras da Presidente – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Jorge Roberto – Palavras da Sra. Giovanna Simeone – Palavras da Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparece a deputada:

Ana Paula Siqueira.

Abertura

A presidente (deputada Ana Paula Siqueira) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Atas

– A presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das 4 reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais pelos seus 15 anos de sua criação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Jorge Roberto, presidente da Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais; as Exmas. Sras. Giovanna Simenone, vice-presidente da Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais; Ana Gilda Soares dos Santos, presidente da Associação dos Cuidadores da Pessoa Idosa da Saúde Mental com Deficiência do Estado do Rio de Janeiro; Sylvana Marques de Moraes, professora, nutricionista e gerontóloga; e Elaine Maria Coelho Coutinho, vice-presidente da Associação dos Protetores das Pessoas Carentes; e o Exmo. Sr. Juarez Elisiário, apresentador do programa *Dedo de Prosa*.

Registro de Presença

O locutor – Registramos e agradecemos a presença do Exmo. Sr. Talvane Martins Coelho, diretor do Instituto Lírios do Vale.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos a todos os presentes para, em posição de respeito, ouvirmos o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor – Dê asas à solidariedade. Doe para um Natal sem Fome. Participe da campanha que vai entregar cestas básicas, produtos de higiene e brinquedos a famílias em situação de insegurança alimentar, neste final de ano. Até o dia 17 de dezembro, doe qualquer valor para a conta-corrente da associação Arebeldia Cultural, entidade parceira na execução de ações do Comitê Estadual da Ação da Cidadania. Brinquedos novos poderão ser entregues no posto físico de coleta da campanha, no hall do Palácio da Inconfidência, até o dia 17 de dezembro. As informações para depósito estão na página especial do programa Assembleia Solidária, no portal da Assembleia, almg.gov.br. Campanha Natal sem Fome, uma realização da Ação da Cidadania. Apoio: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Poder e Voz do cidadão.

Agradecemos aos convidados que nos acompanham presencial e virtualmente nesta reunião.

Exibição de Vídeo

O locutor – Neste momento, assistiremos a um vídeo sobre a trajetória da Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais.

– Procede-se à apresentação do vídeo.

O locutor – Com a palavra, a deputada Ana Paula Siqueira, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras da Presidente

Boa noite. É emocionante – não é, Jorge? – a gente estar aqui, hoje. Não dá nem para ter tantos protocolos, viu gente? Mas eu quero aqui, de forma organizada, cumprimentar e saudar os componentes da nossa Mesa: o Sr. Jorge Roberto, presidente da Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais; a Sra. Giovanna Simeone, vice-presidente da Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais; a Sra. Ana Gilda Soares dos Santos, presidente da Associação dos Cuidadores da Pessoa Idosa, da Saúde Mental e com Deficiência do Estado do Rio de Janeiro, que está conosco com a máscara de vice – não é, Giovanna? Tem que falar. Cumprimento ainda a querida Sylvana Marques de Moraes, professora, nutricionista, gerontóloga – obrigada, Sylvana, pela presença; a Sra. Elaine Maria Coelho Coutinho, vice-presidente da Associação dos Protetores das Pessoas Carentes, a quem agradecemos a presença; o Sr. Juarez Elisiário, querido apresentador do programa Dedo de Prosa. De forma especial e calorosa, quero cumprimentar todos e todas que estão aqui presentes conosco no Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, trazendo uma grande alegria. Depois desse tempo extenso que nós estamos vivendo de enfrentamento à pandemia de Covid-19, essa é uma das primeiras atividades

que a gente faz aqui na Casa com a presença, com a ocupação deste Plenário pela sociedade civil. E isso muito me orgulha, porque é assim que a gente faz, de fato, com que esta Casa seja, cada vez mais, a Casa do povo, do povo mineiro.

Eu quero cumprimentar todos que estão aqui, todas e todos que estão nos acompanhando através dos diversos canais – do Facebook, da TV Assembleia, dos canais de comunicação da Assembleia –, nas pessoas da Sra. Márcia Antônia e do Sr. Jorge Afonso, pais do Jorge Roberto. Estão aqui não só representando a sociedade civil, o cuidado e o carinho com os cuidadores e cuidadoras de idosos, mas representando as famílias, representando aqueles que nos permitem, na verdade, estar aqui, hoje. Então, na pessoa de vocês, eu cumprimento e saúdo todos que estão aqui.

Gente, é uma alegria muito grande estarmos aqui, hoje, para fazer esta justa homenagem à Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais, que é uma instituição que está debutando; e toda festa de debutante é uma grande festa. E nós não podemos, Jorge, deixar de celebrar. E, principalmente, conversando ali e trocando breves palavras com a Elaine, falávamos que celebrar num contexto em que a gente vem vivenciando e tendo notícias e acompanhando tanta tristeza é algo muito nobre. E nós estamos fazendo aqui hoje, nesta noite.

Uma instituição que tem compromisso com a formação, com a orientação, mas que faz muito mais do que isso. Há 15 anos... E eu me lembro como se fosse hoje desses dois jovens que queriam cuidar e que viam a necessidade e a responsabilidade desse cuidado.

Quero registrar aqui que nós vimos e acompanhamos, no vídeo, a fala do ex-vereador, do ex-deputado e também do ex-vice-prefeito de Belo Horizonte, Paulo Lamac, grande amigo dessa instituição, colaborador também decisivo para que a gente tivesse a instituição funcionando, para que estivéssemos aqui, hoje. Naquela época, em 2006, eu estava coordenadora administrativa da Associação Pré-UFMG, essa instituição que, pelo seu estatuto, inspirou a Associação dos Cuidadores de Idosos. E fui convidada a estar no lançamento, na fundação da associação. A princípio como uma tarefa. Mas, assim como hoje, para nós aqui, é uma grande oportunidade esse reencontro e é uma grande oportunidade de celebrar, eu queria destacar que, naquele dia, recebi uma tarefa, mas encarei, Jorge, como encaro boa parte das coisas da minha vida: como uma oportunidade. E foi aquela oportunidade que nos fez inclusive muito mais do que simplesmente acompanhar um ato de fundação de uma instituição, acompanhar toda a trajetória dela até então. Participar de vários momentos; dos momentos muito felizes, dos momentos mais difíceis, dos momentos de cabeça quente: o que gente faz agora? Segue? Para? Como a gente pode interferir em vários processos?

Então aquela tarefa foi uma grande oportunidade que eu recebi. E hoje estar aqui fazendo esta homenagem é mais do que nunca reconhecer que a vida é sempre uma janela de oportunidades. E cada um de nós presentes aqui, hoje, também está tendo a oportunidade de celebrar, de celebrar a vida, de celebrar as conquistas, de fazer festa. Porque cada um, à sua maneira, é parte importante nesse processo.

Eles se qualificaram, estruturaram-se e trabalharam e ainda trabalham muito para garantir uma formação de qualidade e para o fortalecimento dessa profissão. Há 15 anos, eu tenho certeza de que nem eu nem o Jorge nem a Giovanna imaginávamos que nós estaríamos aqui – eu, deputada estadual, e vocês recebendo esta homenagem. São dois, presidente e vice-presidente, dessa associação, que cresceu e se transformou no que é hoje. E, se nós estamos aqui, é porque acreditamos que era possível.

A associação é pioneira no Brasil. Nesses 15 anos, não faltou trabalho nem luta. Uma atuação que acontece em Minas Gerais, mas que repercute em todo o nosso país. No Congresso Federal, onde o Jorge muitas vezes esteve representando essa categoria e defendendo a importância da regulamentação desta profissão, muito em breve, Jorge, eu tenho certeza de que nós vamos conseguir essa regulamentação, porque também teremos protagonistas lá, cuidando disso para a gente no Congresso Nacional.

O Estado de Minas Gerais tem hoje uma lei, a Lei nº 23.791/2021, que incentiva e valoriza a profissão dos cuidadores e cuidadoras de idosos aqui, no nosso estado. A lei foi promulgada em janeiro deste ano pelo governador e teve origem através de um projeto de lei, o Projeto de Lei nº 86/2019, de minha autoria, proposto pelo nosso mandato, para que os deputados que ocupavam

exatamente esses assentos em que vocês estão hoje aqui pudessem votar e responsabilizar o Estado de Minas Gerais por políticas que possam valorizar, reconhecer e difundir a profissão dos cuidadores e cuidadoras de idosos. Esse projeto, inicialmente apresentado por mim, foi construído de forma determinante, com a presença e com a participação da associação. Não houve uma vírgula nesse projeto que não passou pela supervisão do Jorge e da Giovanna, e foi assim que nós conseguimos convencer os meus colegas deputados e as minhas colegas deputadas a transformá-lo numa lei aqui, no Estado.

Ao reconhecer aqui, de público, a relevância da associação, eu faço questão de testemunhar que ela não tem um papel importante só na promoção e na valorização desses profissionais, na aguerrida batalha pela regulamentação da profissão. A associação vai muito além, ela também é importante para as famílias que têm a sorte de contar com o serviço de cuidadores e cuidadoras comprometidos com o zelo para com os nossos idosos. Eu fico me perguntando: existe coisa mais bonita do que o cuidado? Diante de tudo que a gente tem experimentado nesses dois últimos anos, cuidado é tudo, e vocês, cuidadores e cuidadoras de idosos, cuidam, têm no nome da profissão o cuidado.

Para mim, homenagear hoje a associação é também reconhecer o valor dos mais de 10 mil cuidadores e cuidadoras que já passaram por esta instituição. Acho que o número já está completando também os 15 mil, não é, Jorge? A gente falava aqui mais cedo. Estou vendo aqui várias cuidadoras com quem eu tive a oportunidade de conversar e de me entusiasmar ainda mais com a profissão, e quero citar aqui, de forma carinhosa, a Ely, que está aqui sentada à frente, a Rose, a Priscila, a Ana Gilda, que é presidente da associação do Rio de Janeiro, e que veio aqui prestigiar a associação de Minas. Eu me lembro de quanto eu aprendi com vocês, nas lives que nós fizemos, nas atividades remotas, nos encontros na associação. Aprendi e me vem à cabeça a força que vocês têm, a garra, a determinação de uma categoria que tem em sua maioria mulheres, mulheres negras.

Não sei se é de conhecimento de todos, mas esta legislatura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais é a legislatura que mais elegeu mulheres na nossa história do Estado de Minas Gerais, e que pela primeira vez elegeu mulheres negras, e eu sou uma dessas deputadas negras e tenho muito orgulho de representar a nossa população, que é a maioria na nossa cidade, a população da raça negra e também das mulheres. Eu me encontro e me vejo representada também em cada uma de vocês cuidadoras de idosos.

Quero reiterar que a associação não é apenas uma instituição que se preocupa com a categoria. É muito inspirador, Jorge e Giovanna e todos vocês que estão aqui, ser parte da alma dessa instituição que tem um compromisso social. Eu não sei se todos aqui sabem, mas durante muitos anos a associação se dedicou a promover, todos os anos, diversas campanhas de combate à violência contra a pessoa idosa. É também a instituição que propõe e que realiza políticas públicas em vários municípios, especialmente aqui, no Município de Belo Horizonte, e a associação de valorização das pessoas idosas.

Eu me lembro muito bem, Jorge, de um episódio em que estivemos também denunciando uma situação triste de violência contra idosos em uma instituição aqui, no nosso estado. Foi a partir da nossa mobilização, da nossa denúncia, do nosso envolvimento, que essa instituição teve as portas fechadas, o estudo foi feito e houve a aplicação das sanções que cabem a uma instituição que se coloca disponível para cuidar de idoso e comete crime contra ele. Foi através da procura de uma cuidadora de idosos pela associação que conseguimos intervir de forma pontual nessa situação. E eu me sinto muito contemplada, porque aí a gente vê a importância que têm os vínculos, não é? A cuidadora procurou a instituição que era referência para ela, a instituição nos procurou aqui, na Assembleia, e a gente conseguiu atuar garantido aí o direito da pessoa idosa.

Não estamos falando aqui de uma história de 15 anos apenas – ainda temos muito a fazer pela frente – mas também de um futuro promissor para a associação e para todos os cuidadores e cuidadoras de idosos, o que vai repercutir certamente numa melhor qualidade de vida na nossa sociedade. Existe um estudo do IBGE que mostra que dos 210 milhões de brasileiros, cerca de 17% são idosos, e esse estudo também mostra que, a partir de 2031, ou seja, daqui a 10 anos, segundo as estimativas do IBGE, a população de idosos será maior que a população de crianças e adolescentes. Eu ainda não estarei lá, Jorge. Daqui a 10 anos ainda não estarei considerada idosa, mas muitos de nós estarão.

Na verdade, a gente pensa a política pública antes de a situação acontecer. Então o nosso projeto de lei, que busca a valorização, o reconhecimento, o fortalecimento da categoria, tem um olhar num futuro que é logo ali. Há 15 anos essa instituição era fundada, e, daqui a 10 anos, a gente vai ter, sem sombra de dúvida, a necessidade de profissionais qualificados como vocês para cuidar da maior parcela da nossa população, que será os idosos. E tenho certeza, Giovanna e Jorge e todos que estão aqui, que a Associação dos Cuidadores de Idosos terá um papel fundamental nesse futuro e que todas as famílias que encontrarem um profissional ou uma profissional que passaram, ou que passa, ou que passará por essa instituição terá uma pessoa de confiança e comprometida com seus idosos.

Assim, de forma muito emocionada, quero desejar a todos vocês, especialmente nas figuras do Jorge e da Giovanna, os parabéns pelos 15 anos da Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais.

Entrega de Placa

O locutor – A deputada Ana Paula Siqueira, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus, fará entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao presidente da Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais, Sr. Jorge Roberto. A placa contém os seguintes dizeres: “Desde 2006, ano de sua fundação, a Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais – ACI-MG – vem prestando inestimáveis serviços à sociedade mineira. Instituição sem fins lucrativos, ela atua na orientação e qualificação dos profissionais que zelam pelo bem-estar daqueles em terceira idade, encaminhando, ainda, cuidadores capacitados às famílias que necessitam desses especialistas. Entre os valores cultivados e transmitidos pela entidade, estão o respeito, a paciência, a atenção e, acima de tudo, a responsabilidade. Pelo importante trabalho social realizado em nosso estado, a ACI-MG recebe, ao completar 15 anos de existência, justa homenagem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais”.

A presidenta – Peço licença para quebrar, mais uma vez, o protocolo e convidar a Giovanna para receber conosco também a placa. Por favor, Giovanna.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Jorge Roberto

Boa noite a todas e a todos, queridas pessoas, meus amigos, familiares, cuidadores e principalmente vocês cuidadoras.

Antes de iniciar a minha fala, eu gostaria de cumprimentar a nossa Exma. Sra. deputada Ana Paula Siqueira, também conhecida como querida Ana, para quem já a conhece há tanto tempo e tem o orgulho de poder chamá-la de amiga. A deputada Ana Paula foi participar do lançamento da Associação dos Cuidadores de Idosos, e, naquele momento em que participou do nosso lançamento, verdadeiramente, eu não podia imaginar que hoje seria a nossa querida deputada Ana Paula que me entregaria uma homenagem para a Associação dos Cuidadores de Idosos.

Mas eu lhe confesso, Ana, que eu sabia que isso iria acontecer. Eu já imaginava tudo que iria acontecer nos 15 anos da Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais. Tudo que aconteceu nos últimos 15 anos, eu já tinha plena convicção e a certeza de que iria acontecer porque imaginei isso antes, e as pessoas que me conhecem sabem que eu falava sobre isso: que nós teríamos um convênio com a Prefeitura de Belo Horizonte, que faria o atendimento a idosos gratuitamente; que nós receberíamos homenagens, condecorações; que iríamos defender a regulamentação da profissão; que teríamos um espaço em pudéssemos fazer qualificações. Eu só não tive a visão que hoje me traz imensa gratidão de que esta placa e esta homenagem viriam de forma muito justa das suas mãos. E você, através dos mandatos também do ex-deputado, ex-vereador e ex-vice-prefeito de Belo Horizonte, Paulo Lamac, nos auxiliou e nos deu muito suporte em todos os locais em que teve oportunidade de nos estender as mãos. Gratidão, Ana Paula, por tudo.

E as cuidadoras que aqui estão e os cuidadores sabem que a Ana é uma pessoa que, quando ela faz e está no local com a gente, é de coração. Eu fico muito tranquilo, quando a Ana está em alguma atividade da ACI. As pessoas se sentem bem com a Ana, as pessoas se sentem acolhidas pela Ana Paula. É algo surreal, mas essa é a pessoa Ana Paula, é a pessoa de verdade. Ela não é uma política quando está em Plenário ou fora e na sua vida particular ela é outra pessoa. Não! A Ana é a Ana e ponto. Isso é lindo de se ver. Gratidão, Ana, por tudo.

Quero agradecer aqui, certamente, à senhora minha esposa. Eu costumo brincar dizendo que ela é sortuda, mas confesso que tenho muita sorte de ter a Giovanna comigo, nesses 15 anos de caminhada. Sabemos que não é fácil. Eu não sou uma pessoa tão simples de se lidar, mas ela, com muita sabedoria, com paciência – às vezes, não –, vem me fortalecendo, dando forças para que possamos, juntos, enfrentar todas as dificuldades. Gratidão por ser minha companheira, minha esposa, minha amiga. Gratidão!

Quero cumprimentar aqui também a Sra. Ana Gilda, representante das cuidadoras e dos cuidadores do Estado do Rio de Janeiro, da Cidade Maravilhosa, nossa vice-campeã brasileira. A Ana Gilda hoje está sentada a esta mesa representando a figura da cuidadora de idosos que, como digo, verdadeiramente representa o que é a cuidadora de idosos: mulher, guerreira, batalhadora, negra. A Ana Gilda sente as dores que nós, cuidadores, e principalmente as cuidadoras, sentimos, mas a Ana Gilda, nos muitos momentos, não parou para reclamar num grupo de WhatsApp ou no Facebook, para dizer que a gente não tem valor. Eu não estou dizendo que isso é errado. Cada um se manifesta da forma como entende melhor, mas a Ana Gilda resolveu ir à luta. A Ana Gilda resolveu pegar um microfone e sair gritando para o mundo – não é, Ana Gilda? –: “A nossa luta é todo dia”. É lindo de se ver! E a Ana Gilda está representando aqui as nossas cuidadoras de Minas, do Rio, a figura das cuidadoras de idosos que atuam nessa profissão tão importante. Então, por que estamos trazendo uma pessoa do Rio para representar as cuidadoras? Porque um dia ela me disse: “Jorge, você me serviu de inspiração para fundar a associação do Rio, para eu estar à frente da associação do Rio. Eu gostaria que vocês se espelhassem nessa mulher para terem o protagonismo no cuidado. Parabéns, Ana.

Eu gostaria de agradecer à nossa professora Sylvana Moraes. Ela é a nossa professora desde o primeiro curso na Associação dos Cuidadores de Idosos. Em qualquer atividade que a gente faz na associação, ela está presente, ela é atuante. Ela verdadeiramente ama o que faz, e o faz com muito amor e muita vontade, nem que para isso ela precise perder a voz, como acontecia muitas vezes em aula. Ela saía sem voz, mas deixava lá sua missão: qualificar e levar conhecimento às cuidadoras e cuidadores. Gratidão, professora Sylvana, por todo carinho.

Quero agradecer também à Elaine Maria Coelho, que está aqui representando a Assopoc. Hoje a única parceria permanente da associação é a Assopoc na qualificação de cuidadores que atuam nessa instituição. E lá muitas pessoas não imaginam o milagre que eles fazem para cuidar dessas inúmeras pessoas idosas – são mais de cem. É um município muito pequeno, mas com um trabalho grandioso, que deve ser – e é – exemplo para toda Minas Gerais. Ela também é irmã de um homem o qual muitos aí vão considerar que fez um milagre, mas, perto do que ele faz nessa instituição, junto com a Elaine, com a Vânia e todas as pessoas que atuam com muito amor pela Assopoc, o que ele fez, para quem torce para o time, é grande, mas, diante de quem conhece esse trabalho verdadeiramente, ainda é muito pequeno, porque o que ele faz e o que eles fazem lá, sim, é um milagre. Então vou deixar um agradecimento também para o seu irmão Sérgio Coelho, que é o presidente do Clube Atlético Mineiro, que hoje falou: “Vou estar muito bem representado; haverá o jogo do Galo, o último jogo do Galo”. E aqui nós estamos nessa companhia maravilhosa. Gratidão pela sua presença aqui.

Agora quero falar de um amigo, um amigo de todas as pessoas idosas e de quem vai se tornar uma pessoa idosa, porque é a primeira pessoa a dar visibilidade para a pessoa idosa, não só em Minas, mas no Brasil. Ele acha que sou exagerado, mas eu falo muito pouco. Para mim, de longe é o maior apresentador, o maior comunicador e a pessoa que mais une a pessoa idosa no Brasil, que é o Juarez Elisiário. Gratidão pela sua presença, Juarez Elisiário. Gratidão.

Para finalizar os meus agradecimentos, gostaria de dizer que aqui estão as pessoas que considero muito especiais. Se não citar o nome de todos, não se preocupem, vocês estão aqui; significa que vocês estão, verdadeiramente, no nosso coração e que vocês são muito importantes para nós. Gostaria de começar os meus agradecimentos, fora a Mesa, falando de duas pessoas que aqui não estão mais e das quais quero lembrar-me: o meu sogro, Sr. Luiz Fabiano Simeone, o homem que me ensinou também o exemplo do trabalho e que nos ajudou muito na associação, nas partes difíceis; e a minha avó, Maria Francisca da Silva, que me ensinou a parte moral, que não só cuidou de um neto e o criou, mas também ensinou a ele os seus valores. Tudo que sou e em tudo que acredito devo a essa senhora idosa que, com 63 anos, teve a coragem de assumir o cuidado comigo e me deu a oportunidade de eu conviver com ela até os meus 33 anos. Então, gratidão, Sr. Luiz Fabiano Simeone e Maria Francisca da Silva, minha avó.

Quero agradecer, rapidamente, a pelo menos aqui homens, quatro homens que me inspiraram também. Certamente o primeiro deles é o meu pai, com a história do pintinho. Tenho uma visão muito empreendedora. O meu pai um dia me contou a história do pintinho: “Até que um homem vendeu um pintinho, trocou por uma bicicleta, que trocou por uma moto, que trocou, trocou, e o homem ficou rico”. Mas, naquele momento, eu imaginei: eu não tenho um pintinho ainda para vender. Mas o meu pai me ensinou a importância de pensar o empreendedorismo, de pensar o futuro, de pensar grande, de pensar para a frente.

Dentre esses quatro homens, quero agradecer ao meu tio Mário, que me deu a primeira oportunidade de ter um trabalho, de saber o que é o valor do trabalho e por toda a força e toda a ajuda que o senhor me deu desde o início da associação.

Há também um homem aqui no qual eu me inspiro muito, que, nos nossos horários de intervalo na Fumec, me deu bastante conhecimento e bons exemplos, que é o Talvane Martins Coelho. Gratidão, meu amigo Talvane.

Entre esses homens, tenho que agradecer também a você, Juarez Elisiário, porque eu me inspiro nele para ser um bom comunicador. Está um pouco longe, mas, quanto mais a gente tenta fazer igual, mais próximo a gente chega.

Quero agradecer a vocês, cuidadoras. Só existe esta homenagem porque existem vocês, cuidadoras e cuidadores; só existe esta homenagem porque vocês fizeram dessa profissão a profissão que mais cresce no Brasil, e é para ser. Só depende de vocês e de nós que ela seja uma profissão mais reconhecida e mais valorizada. Mas é muito difícil a gente colocar na cabeça só das famílias, da sociedade – a deputada cria um projeto de lei que tem que valorizar a profissão aqui, no Estado – se as cuidadoras e os cuidadores não acreditarem que eles têm e merecem valor. Este é o nosso principal desafio: fazer vocês, cuidadores e cuidadoras, acreditarem na importância de cada um de vocês. Eu acredito, e acredito muito; por isso que, há 15 anos, estou na associação e, há 20 anos – completo este mês –, estou nessa profissão.

Quero agradecer aqui também a alguns familiares, da maneira mais rápida possível: a minha mãe, Márcia Antônia de Sousa, que está com a gente há 15 anos; a minha mãe, que me deu a oportunidade de nascer, de crescer e de me formar como homem. Eu agradeço-lhe, mãe. Eu nunca me emocionei, não é? Talvez, em 15 anos, seja a primeira vez que eu me emociono. Eu sei que a luta que você tem que passar é muito grande, muito maior do que a minha. Eu a entendo, por tudo.

Eu gostaria de agradecer aos meus irmãos. Eu tenho dois que estão aqui: o Rodolfo, que também é praticamente um filho para mim – nem o considero um irmão. Eu estou muito feliz por ver que ele tem crescido, tem evoluído e também nos ajudou muito na associação. Quero agradecer à minha irmã, Jordânia, porque você esteve dando aulas na ACI, cedendo os seus conhecimentos e me trazendo sabedoria. Agradeço à minha irmã Joelma e parabéns ao meu irmão Jórdan, porque hoje ele se formou advogado. Parabéns, Jórdan! Cumprimento às minhas cunhadas, concunhados, parentes queridos. Se eu não citei o nome de todos, saibam que vocês já estão no meu coração.

A todas as cuidadoras aqui presentes – eu não consigo nominar todas elas – eu vou agradecer na figura da Priscila, uma cuidadora de altíssimo nível de entrega; da primeira cuidadora, vou considerar, que entrou na associação, Maria; e de uma cuidadora também que lutou, que teve a coragem de pôr a cara no momento em que cuidadoras sofreram preconceitos, Hely Lopes. Então, vocês, cuidadoras de idosos, constroem essa profissão; vocês, cuidadoras de idosos, elevam o nome da associação. Esse prêmio não é

meu, não é da Giovanna; é de vocês. Essa premiação, essa honraria, em termos de homenagem, é para vocês, cuidadores e principalmente cuidadoras, que, verdadeiramente, nos lisonjeiam ao cuidar tão bem das pessoas idosas.

Gratidão! Que Deus abençoe a todos e a todas.

A presidenta – Mais uma vez, eu vou pedir licença com relação aos protocolos e passar agora a palavra à Giovanna Simeone, vice-presidente da Associação de Cuidadores de Idosos. Peço a você, que é tão importante nesse processo como um todo, que possa trazer aqui para a gente também a sua palavra, a sua saudação.

Palavras da Sra. Giovanna Simeone

Desculpe, sou chorona, mas agradeço imensamente à Ana Paula, que me pegou aqui de surpresa; eu não estava contando em subir.

Eu sou muito tímida, muito chorona. Quem me conhece sabe disso. Perdão, gente, pela minha timidez, pelo meu choro, mas eu estou aqui para agradecer.

Outro dia, eu falei com o Jorge: “Jorge, nada é por acaso; tudo tem um porquê”. E esses 15 anos são a resposta do porquê às conquistas, às dificuldades, que foram um aprendizado. A gente aprendeu muita coisa nesses 15 anos. Cada dia que chega um cuidador à associação e fala do sucesso que teve, da mudança de vida que teve, isso é uma alegria muito grande. No programa Maior Cuidado, quantas oportunidades, quantas portas nós abrimos para 130 cuidadores – fora os idosos. Quantos idosos puderam ser cuidados – idosos que, às vezes, estavam jogados, não tinham ninguém; bem como deficientes visuais que não tinham ninguém para cuidar deles, não tinham ninguém para levar-lhes uma alimentação digna. E os cuidadores foram esses anjos que abriram a porta, levaram, deram a oportunidade a muitos idosos de ainda viver um pouquinho do que podiam.

Então, eu fico muito feliz pelo trabalho de vocês, pela luta de vocês, pelas conquistas que tiveram, por nunca desistirem da profissão. É difícil? É, mas eu acho que o resultado é muito maior. O resultado é muito maior ao ver a satisfação de um idoso levantando, de ver a alegria de ser recebido. Na Assopoc mesmo eu já estive várias vezes. Os cuidados... Que coisa mais linda! Os idosos podendo conviver, podendo estar ali, saindo daquela visão antiga, através da Assopoc e da instituição Talvane. Isso mudou a visão de antigos asilos. Hoje são casas de repouso. Por quê? Porque tiveram boas pessoas com visão diferente, cuidadores humanos. Não são cuidadores que estão ali por um acaso só por causa do dinheiro, e sim por amor, porque a profissão é amor.

Então eu agradeço aos cuidadores, agradeço à Ana Gilda, à Ana Siqueira, à Elaine – peço desculpa; é emoção – por estarem à frente das instituições. Agradeço ainda ao nosso amigo Juarez, que leva quantas alegrias, não é? Um pouquinho que está ali ele leva aquela alegria para tantos idosos. Isso é bonito demais. Hoje a gente vê o idoso vivendo. Eles estão tendo oportunidade de viver. À minha querida Profa. Sylvana está ali na instituição cuidando da alimentação deles, olhando, cuidado. Isso é muito bonito. O amor é cuidar, cuidar é amor. Então nada é por acaso; tudo tem uma resposta; tudo tem um porquê. E por que estar nessa caminhada de 15 anos, nessa jovem caminhada de 15 anos? São as conquistas, são os objetivos que há ainda pela frente. Que venham mais 15, 20, 30 anos. A luta é grande, mas eu sei que nós não estamos sozinhos. Nós temos o apoio dos amigos, da família, que é muito importante para a gente.

Eu falei com o Jorge que cheguei na Fumec por um acaso. A minha irmã achou um folheto e falou: “Giovanna, por que você não faz esse curso?”. Ela o achou na chuva, ficou todo molhado. Fui para a Fumec, fiz o curso, cuidei do meu pai na época em que ele teve AVC, ajudei minha mãe que tinha dificuldade, também tinha passado por um AVC. Somente eu e minha irmã mais velha... A outra era caçula. Foi um momento muito difícil. Eu agradeço aos meus padrinhos que puderam pagar esse curso para mim, porque eu não tinha condição. (– Emociona-se.) E hoje eu só tenho a agradecer a vocês, cuidadores, por confiarem, por acreditarem na associação; ao Jorge, por ser essa pessoa visionária. Graças a Deus, agradeço a Deus por ter saúde e poder continuar. Eu quero muito, muito, chegar muito mais além, estudar muito, aprender mais para dar mais aos cuidadores.

Agradeço a todos o carinho. Perdoem-me pela emoção. Muito obrigada, gente. À minha amiga, Cláudia...

O locutor – Com a palavra, a deputada Ana Paula Siqueira, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus.

Palavras da Presidente

Vou fazer aqui a leitura do pronunciamento do presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus. (–Lê:) “Em 2030, a projeção é de que Minas Gerais tenha mais de 3 milhões de idosos, segundo o IBGE, representando 15% da população, enquanto o número de jovens até 14 anos cairá para 16%, instituindo assim uma proporção equivalente. Minas Gerais é o 2º Estado em número de idosos: são 2.600.000, atestando que Sudeste é a região que mais envelhece no País. Considerando o processo de envelhecimento da população, a profissão de cuidador e cuidadora de idosos ganha maior importância na nossa sociedade, que precisará cada vez mais desse serviço e de uma categoria cada vez mais qualificada para o envelhecimento, qualificada para o desenvolvimento afetivo, físico, cognitivo e sociocultural dos idosos.

O aumento do número de idosos despertou na sociedade a importância do cuidado com esse contingente da população, manifestado, entre outras formas, no combate à violência e à negligência aos direitos daqueles que têm 60 anos ou mais. Envelhecer com dignidade é um direito humano fundamental. Em qualquer situação em que a pessoa idosa precise de apoio e estímulo, haverá espaço para o trabalho fundamental de um cuidador. Cuidar de idosos é um dom que exige carinho, atenção e paciência. Todas essas reflexões são despertadas pelos 15 anos da Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais, a quem homenageamos neste evento, com muita satisfação.

Pioneira desde a sua criação, em 2006, foi a primeira entidade representativa da categoria no Brasil. Idealizada pelo cuidador profissional Jorge Roberto e pela cuidadora familiar Giovanna Simeone, a ACI-MG vem prestando um serviço de grande relevância para o Estado e a sociedade, tanto na qualificação, orientação e apoio às cuidadoras e aos cuidadores de idosos, quanto no apoio às famílias que necessitam desse importante profissional.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a questão da velhice vem fazendo parte da agenda desta Assembleia, que a reconhece como prioritária. Os brasileiros estão ficando mais velhos e vivendo mais, por isso e para que esses anos conquistados sejam usufruídos com dignidade, precisamos de políticas públicas que assegurem a estas gerações – presentes e futuras – inclusão social, renda, saúde, lazer e cultura.

Este ano, por exemplo, foi promulgada a Lei nº 23.791, originária do Projeto de Lei nº 86/2019, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Profissão de Cuidador de Idoso. A norma tem por objetivo, entre outros, incentivar a formação de cuidadores de idosos no Estado e contribuir para a melhoria da atenção prestada ao idoso, com o auxílio de um profissional qualificado. Destacamos também a Lei nº 23.790/2021, originária do PL nº 770/2019, que autoriza o governo a estimular a criação de conselhos municipais de idosos.

Em recente audiência pública, estive em debate o Projeto de Lei nº 2.577/2021, que institui a campanha Junho Violeta, em alusão ao Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa. É preciso observar que essa produção legislativa, bem como as audiências públicas sobre o tema, sempre contam com a presença da atuante Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais, que trabalha sem cessar na luta pela regulamentação da profissão de cuidador de idosos.

Com um forte compromisso social e humano, a ACI-MG promove, todos os anos, diversas campanhas de combate à violência contra a pessoa idosa, e também propõe políticas públicas e ações de valorização daqueles com 60 anos ou mais. Os cuidadores de idosos têm papel fundamental em assegurar saúde e bem-estar para esse segmento da nossa população. Nos últimos 18 meses, eles têm demonstrado dedicação, sacrifício e compromisso extremos não só para fazer esse trabalho, mas também para ajudar no combate à pandemia de Covid-19.

Onde estiver um cuidador, uma cuidadora, ali estará alguém acompanhando um idoso, estimulando as atividades da vida diária, cuidando do vestuário e da aparência, facilitando a comunicação, acompanhando-o em seus passeios.

Reconhecemos a importância da Associação dos Cuidadores de idosos de Minas Gerais, que atua seguindo os princípios de proteção dos direitos humanos do idoso, da ética, do respeito e da solidariedade, da melhoria da qualidade de vida do idoso em relação a si, a sua família e à sociedade, e da manutenção da convivência social do idoso. Que estes primeiros 15 anos sejam só o início de uma longa trajetória. Muito obrigado. Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus.”

Antes de encerrar a nossa solenidade, quero agradecer a presença de várias pessoas que estão nos acompanhando através do Facebook, através da TV Assembleia, e registrar algumas presenças aqui também conosco de algumas instituições importantes. Temos aqui a Solange, Jorge, que é uma liderança comunitária de Nova Gameleira. Solange, obrigada pela presença. Você tem um trabalho também muito respeitoso com os cuidadores dos idosos da região Oeste de Belo Horizonte. Obrigada, Solange, pela presença.

Quero cumprimentar também a Juliana Viegas, que é assistente social e atua conosco no mandato. Mais do que nunca, como profissional que é, sabe a importância dessa instituição, a importância dos profissionais que cuidam das pessoas idosas. Quero saudar e agradecer a presença da Érica Olímpio, que está aqui representando, Jorge, o elo nacional do Partido Rede e Sustentabilidade, nossa representante, nossa líder, em Brasília.

Quero cumprimentar também a Cláudia Estefânia, que está aqui hoje representando também o elo estadual do Partido Rede Sustentabilidade. A Cláudia estava chefe de gabinete na câmara municipal – não é, Cláudia? – quando a associação se organizou, se fundou, portanto, ela acompanha também há muito tempo e hoje está ocupando outras funções. Ela, estando numa coordenação partidária, sabe o quanto é importante esse trabalho. Com certeza, nós contamos com você na direção desse partido para fortalecer, cada vez mais, a política de idosos não só no Estado de Minas Gerais como no Brasil.

Quero saudar todos e todas aqui que porventura não tenha referenciado, que a nominata não tenha chegado aqui para a gente.

Encerramento

A presidenta – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as especiais de segunda-feira, dia 13, às 17 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/11/2021

Às 9h44min, comparecem à reunião as deputadas Ana Paula Siqueira e Leninha e o deputado Celinho Sintrocel (substituindo a deputada Andréia de Jesus, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater o aumento dos casos de feminicídio e violência contra a mulher no Norte e no Noroeste de Minas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.890/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer que seja realizada visita técnica ao Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos – Muquifu –, em Belo Horizonte, para conhecer as iniciativas desenvolvidas, o espaço e sua relevância para o Estado, em especial para as mulheres;

nº 10.891/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater, conhecer a iniciativa e os estudos realizados pelo Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos – Muquifu –, bem como as ações coordenadas pelo Padre Mauro Silva, na perspectiva das mulheres;

nº 10.917/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a saúde e o adoecimento da população negra, em especial, das mulheres negras;

nº 10.918/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para coordenar e ofertar, por meio da Escola de Formação em Direitos Humanos, cursos de formação em práticas e ações antirracistas e antidiscriminatórias para os servidores públicos, de forma a qualificar o atendimento nos serviços públicos dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado;

nº 10.919/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais pedido de providências para ofertar, por meio da Escola do Legislativo, cursos de formação em práticas e ações antirracistas e antidiscriminatórias para seus servidores públicos;

nº 10.920/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para que seja ofertada, por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, cursos de formação em práticas e ações antirracistas e antidiscriminatórias para seus servidores públicos;

nº 10.921/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada visita técnica ao Centro de Vivência Agroecológica – Cevae – no Bairro Granja de Freitas, no Município de Belo Horizonte, para conhecer a instituição e seu trabalho em prol da agroecologia e da sustentabilidade, em especial na perspectiva das mulheres.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Luciana Canela Sales Paixão, psicóloga e educadora social do Centro de Referência em Direitos Humanos do Norte de Minas; Maria de Lourdes de Souza Nascimento, vice-presidente da Associação do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas; e dos Srs. Maj. PM Walter Carlaid Borges, chefe do Estado-Maior da 16ª Região de Polícia Militar – Unaí, representando o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; Maj. PM Welington Eduardo Mourão Ferreira, chefe da Seção de Operações da 11ª Região de Polícia Militar de Montes Claros, representando o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; Jurandir Rodrigues Cesar Filho, delegado-geral da Polícia Civil e chefe do 11º Departamento de Polícia Civil de Montes Claros. A presidenta passa a presidência para a deputada Leninha, autora do requerimento que deu origem ao debate, que tece suas considerações iniciais. Retiram-se a deputada Ana Paula Siqueira e o deputado Celinho Sintrocel. A presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2021.

Ana Paula Siqueira, presidenta.

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/12/2021

Às 9h14min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Laura Serrano e os deputados Betão e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, as deputadas Celise Laviola e Leninha e os deputados Antônio Carlos Arantes, Carlos Pimenta, Gil Pereira, Dalmo Ribeiro Silva, André Quintão, Gustavo Valadares, Fábio Avelar de Oliveira, João Magalhães, Charles Santos, Cleitinho Azevedo, Zé Guilherme, Fernando Pacheco, Professor Irineu, Zé Reis e Delegado Heli Grilo. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do

Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a receber a prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Ana, secretária de Estado de Educação. A presidência passa a palavra à secretária para que faça sua exposição e, em seguida, concede a palavra aos deputados inscritos para suas interações. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.983/2021, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a reforma que visa reerguer a Escola Municipal Fúlvio Mota para que seja criada a Escola Quilombola do Macuco, na Comunidade do Macuco Quilombola, em Minas Novas;

nº 10.992/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a situação da política estadual de educação indígena ao longo de 2021, tendo em vista as demandas apresentadas pelos representantes do setor, no que se refere a: valor total de investimentos realizados na política de educação indígena, compreendendo todas as suas dimensões ao longo de 2021; funcionamento da comissão estadual da educação escolar indígena, especificando-se quantas vezes se reuniu, quais os encaminhamentos dados, as pautas, etc.; quantas e quais escolas estaduais indígenas se tornaram autônomas, funcionando como órgãos estaduais autônomos, independentes das escolas-sede não indígenas; e, em relação aos três pontos anteriores, no planejamento de 2021, qual o volume total de investimentos previstos para a educação escolar indígena em todas as suas dimensões, o cronograma e o calendário previamente estabelecidos para a comissão estadual de educação escolar indígena e a perspectiva para avançar em relação à autonomização das escolas indígenas quanto às escolas-sede não indígenas;

nº 10.993/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações substanciadas no cronograma de implementação da educação integral nas escolas estaduais quilombolas no Estado, visando a proporcionar o desenvolvimento completo dos alunos nos aspectos físico, intelectual, social e cultural;

nº 10.994/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações substanciadas em cronograma detalhado da abertura de edital para contratação de professores quilombolas para a região Norte de Minas Gerais, em que constem as respectivas datas e a quantidade de vagas disponibilizadas;

nº 10.995/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a previsão de construção de escola estadual nos Bairros Vereda e Liberdade, ambos em Ribeirão das Neves, bem como se há algum projeto em andamento para construção dessas escolas e, em caso positivo, sobre o seu estágio;

nº 10.996/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja viabilizado, com urgência, o efetivo pagamento do auxílio merenda para os alunos devidamente matriculados em escola estadual do Município de Ribeirão das Neves, visando a garantir a segurança alimentar dos alunos durante a pandemia de covid-19;

nº 10.997/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o planejamento de ações, com apresentação do cronograma, para responder à demanda de inclusão digital, que se tornou ainda mais urgente devido ao isolamento social decorrente da pandemia de covid-19; e sobre a existência de planos e ações para enfrentar o analfabetismo no Estado;

nº 10.998/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os repasses de recursos para as escolas estaduais situadas no Município de Ribeirão das Neves com a finalidade de promover obras e reformas nos prédios escolares de suas unidades;

nº 10.999/2021, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a contratação de profissionais do serviço social e da psicologia, visando à implementação da Lei nº 16.683, de 2007, e da Lei Federal nº 13.935, de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica;

nº 11.000/2021, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações a respeito da ampliação das novas unidades e ampliação de vagas nas unidades existentes nos Colégios Tiradentes da PMMG;

nº 11.001/2021, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os municípios e escolas que já foram estudadas e estariam aptas a receber o Colégio Tiradentes, da PMMG;

nº 11.002/2021, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para implementação do turismo pedagógico nas escolas;

nº 11.003/2021, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para implementação da política de valorização da vida nas escolas;

nº 11.004/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a origem da orientação que o Colégio Tiradentes – Unidade Betim deu às suas estudantes, não permitindo, em nenhuma hipótese, que utilizem penteados como tranças, *blacks*, *tererês* e afins, conforme divulgação de documento de retorno ao ensino presencial, que é assinado pelo Capitão Elmo Engracio, bem como justifique o motivo dessa proibição, tendo em vista que a orientação em nada se relaciona ou agrega ao aprendizado das estudantes, vai na contramão das ações de valorização e reconhecimento das contribuições da população negra, e esses penteados são historicamente ligados à cultura afro-brasileira e fazem parte da identidade étnico-racial dessas alunas, sendo um retrocesso inadmissível proibir seu uso, que faz parte dessa construção;

nº 11.005/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que suspenda a orientação de restrição de uso de penteados ligados a cultura afro-brasileira, como *blacks*, tranças, *tererês* e afins, no Colégio Tiradentes – Unidade Betim, tendo em vista que essa proibição nada se relaciona ou agrega ao aprendizado das estudantes, além de ser um retrocesso inadmissível, tendo em vista os diversos debates e conquistas que o movimento negro e demais entidades pautam quanto ao empoderamento e a valorização da cultura afro-brasileira, bem como seja apurado e investigado de onde saiu tal orientação e se outras unidades do Colégio Tiradentes estão praticando a mesma ação, bem como a devida responsabilização dos responsáveis por replicarem e reforçarem ações de apagamento e constrangimento de traços e manifestações dessa cultura;

nº 11.006/2021, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que anule a determinação de reposição de carga horária das auxiliares de serviço da educação básica, em razão da suspensão dos trabalhos no período da onda roxa do Plano Minas Consciente;

nº 11.007/2021, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para o cumprimento das metas do Plano Estadual de Educação, instituído pela Lei nº 23.197, de 2018;

nº 11.008/2021, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a atualização dos vencimentos dos profissionais de educação, em observância do disposto na Lei nº 21.710, de 2015, e no art. 201-A da Constituição do Estado;

nº 11.009/2021, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, no que concerne à aplicação do percentual mínimo de recursos de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, referente ao exercício de 2021;

nº 11.010/2021, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a manutenção, em 2022, dos empregos dos servidores contratados e convocados, em decorrência da implantação do Projeto Mãos Dadas;

nº 11.011/2021, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a realização do rateio do saldo de recursos do Fundeb referente ao exercício de 2021 com a remuneração dos profissionais da educação básica, tendo em vista o posicionamento favorável do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais à concessão de abono para o cumprimento da aplicação do percentual mínimo de 70%;

nº 11.012/2021, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as razões para a redução no número de matrículas na educação básica da rede estadual de ensino em mais de 10%, entre os anos de 2019 a 2021;

nº 11.013/2021, das deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a regularização do pagamento das gratificações de dedicação exclusiva devidas aos profissionais de educação superior da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – e para o cumprimento do compromisso assumido pelo Estado de incorporação da Gratificação de Dedicação Exclusiva – GDE – e da Gratificação de Incentivo à Docência – GID – nos vencimentos dos mencionados profissionais;

nº 11.014/2021, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja efetuado, no mês de janeiro de 2022, o pagamento do rateio de férias e do terço constitucional aos servidores públicos da educação básica contratados temporariamente, tal como realizado nos anos anteriores, sem prejuízo da prorrogação dos contratos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 14/12/2021

Às 9h14min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Bartô. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, a proceder a entrega dos

diplomas referentes aos votos de congratulações com os policiais militares e rodoviários federais pela operação realizada em 31/10/2021, nos arredores da cidade de Varginha. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo (10/9/2021); Edgard Estavo da Silva, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (10/9/2021); Gustavo José Miano Bonora Biscassi, diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Vale S.A. (18/9/2021); Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral do Polícia Militar de Minas Gerais (10/9/2021 – 16/9/2021(2)); Bruno Figueiredo Viegas, presidente do Sindicato dos Escrivães de Polícia de Minas Gerais – Sindep -MG (3/12/2021); Lauro Pacheco, presidente de Associação Nacional de Radiodifusores Comunitários e das Rádios e Televisões Comunitárias e Mídias Sociais – Federacom (12/11/2021). Registra-se a presença do deputado Bruno Engler. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Ten.-Cel. PM Rodolfo César Morotti Fernandes, comandante do Batalhão, 1º Sgt. PM Cássio Eustáquio da Silva Faria, 1º Sgt. PM Max Pierre Teixeira Silva, 1º Sgt. PM Sérgio H de Freitas Oliveira, 1º Sgt. PM Tiago Henrique Costa Silva, 2º Sgt. PM Jucélio Marcos de Oliveira, 2º Sgt. PM Edmilson Carlos da Silva, 3º Sgt. PM Frederico Gomes do Amaral, Cb. PM Ricardo de Moraes Costa, todos do Batalhão de Operações Policiais Especiais – Bope; Rodrigo Figueiredo de Oliveira, superintendente executivo, Ioannes Paulus de Rezende Pena, chefe do Serviço de Inteligência, Felipe Luz de Godoy, chefe do Serviço de Operações, todos da 4ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – 4ª SRPRF/MG; subtenente Gonzaga, deputado federal; Cel. PM Webster Wadim Passos Ferreira de Souza, comandante do Policiamento da Capital. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e, em seguida, procede a entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com os policiais militares e rodoviários federais pela operação realizada em 31/10/2021, nos arredores da cidade de Varginha. Logo após, passa a palavra aos deputados e convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.155/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para, em primeiro lugar, convocar os candidatos excedentes no concurso público para admissão ao CFO/2022 e, caso não seja possível neste momento, determinar a prorrogação do certame, nos termos do item 5.6, para fins do item 5.6.1., ambos do Edital DRH/CRS nº 9/2021, considerando-se que as citadas medidas são essenciais para a recomposição do efetivo da PMMG e para a manutenção do Estado de Minas Gerais entre os estados mais seguros do País;

nº 11.205/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que os candidatos excedentes ao Curso de Formação de Sargentos (CFS 2022) sejam convocados, tendo em vista, entre outros fatores, que os 36 primeiros colocados ficaram empatados na nota de corte com 34 acertos (sendo que, inicialmente, o edital previa a convocação dos candidatos empatados, e o item foi revogado após a prova); o último almanaque prevê um efetivo de 1.230 terceiros-sargentos (atualmente são apenas 897); e o plano de comando prevê um aumento de 51 unidades;

nº 11.206/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar a convocação dos candidatos excedentes no concurso público para admissão ao Curso de Formação de Soldados – QPPM –, para o ano de 2022 (CFSd QPPM/2022) – BH/RMBH e interior (4ª a 19ª RPM), bem como para o Quadro de Praças Especialistas – QPE –, considerando-se, em especial, a patente e indiscutível necessidade de efetivo policial em todo o Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Coronel Sandro.

**MATÉRIA VOTADA****MATÉRIA VOTADA NA 96ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 14/12/2021**

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em redação final: Projetos de Lei n.ºs 4.479/2017, do deputado Arlen Santiago; 4.719/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes; 4.792/2017, do deputado Inácio Franco; 535/2019, da deputada Ione Pinheiro; 632/2019, do deputado Coronel Henrique; 654/2019, do deputado Sargento Rodrigues; 3.042/2021, do deputado Raul Belém.

**ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 97ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 15/12/2021****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n.º 1.202/2019, do governador do Estado, que autoriza o Estado, por meio do Poder Executivo, a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca, nos termos do § 1º do art. 7º da Deliberação da Mesa nº 2.776/2021 e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada nesta edição do *Diário do Legislativo*, reunião extraordinária da Assembleia para as 10 horas do dia 15 de dezembro de 2021, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Resolução nº 152/2021, da Mesa da Assembleia, que reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19, ou sua prorrogação, nos municípios que menciona; e do Projeto de Lei nº 3.278/2021, do deputado Bruno Engler, que determina o congelamento, no âmbito do Estado, da tabela de referência dos valores dos veículos nacionais e importados, para fins de cálculo do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA –, relativa ao ano de 2020; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 14 de dezembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca, nos termos do § 1º do art. 7º da Deliberação da Mesa nº 2.776/2021 e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada nesta edição do *Diário do Legislativo*, reunião extraordinária da Assembleia para as 18 horas do dia 15 de dezembro de 2021, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Resolução nº 152/2021, da Mesa da Assembleia, que reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19, ou sua prorrogação, nos municípios que menciona; e do Projeto de Lei nº 3.278/2021, do deputado Bruno Engler, que determina o congelamento, no âmbito do Estado, da tabela de referência dos valores dos veículos nacionais e importados, para fins de cálculo do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA –, relativa ao ano de 2020; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 14 de dezembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da CPI da Cemig**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Professor Cleiton, Hely Tarquínio, Sávio Souza Cruz, Zé Guilherme e Zé Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/12/2021, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2021.

Cássio Soares, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Betão, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/12/2021, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, proceder à entrega de diplomas referentes a votos de congratulações aprovados pela comissão.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Cássio Soares, Braulio Braz, Doorgal Andrada, Ulysses Gomes e Zé Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/12/2021, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos n°s 9.836/2021 a 9.841/2021 da Comissão de Participação Popular, os Requerimentos n°s 9.843/2021 a 9.864/2021, da Comissão de Participação Popular, os Requerimentos n°s 9.866/2021 a 9.881/2021, da Comissão de Participação Popular, os Requerimentos n°s 9.883/2021 a 9.894/2021, da Comissão de Participação Popular, os Requerimentos n°s 9.896/2021 a 9.899/2021, da Comissão de Participação Popular, os Requerimentos n°s 9.901/2021 a 9.944/2021, da Comissão de Participação Popular, os Requerimentos n°s 9.946/2021 e 9.947/2021, da Comissão de Participação Popular, e os Requerimentos n°s 9.949/2021 a Requerimento n° 9.988/2021, da Comissão de Participação Popular, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2021.

Hely Tarquínio, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****RECEBIMENTO DE CORRESPONDÊNCIA**

– Foi recebida na 96ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, em 14/12/2021, a seguinte correspondência:

MENSAGEM Nº 175/2021

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Vossas Excelências – Senhoras e Senhores Deputados

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossas Excelências – Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados –, para apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia e para conhecimento e acompanhamento do Povo Mineiro, projeto de lei que altera a Lei nº 14.937, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e dá outras providências.

O projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a estabelecer outras hipóteses de concessão de descontos no pagamento do IPVA.

Esses descontos serão concedidos quando ocorrerem os respectivos fatos geradores, considerada, para essa finalidade, a data de 1º de janeiro de 2022. Por sua vez, os cálculos dos valores dos descontos terão por parâmetros os lançamentos do IPVA em relação aos fatos geradores aferidos em 1º de janeiro de 2021, conforme metodologia e alcance especificados no projeto.

A medida visa reduzir o impacto dos preços médios praticados no mercado, apurados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe, também utilizados como referência para contratos de seguro de veículos automotores, de modo a atenuar os efeitos da valorização patrimonial dos veículos à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA verificada no período.

Destaco que o projeto alcança a titularidade da propriedade sobre os veículos automotores que foram objeto de lançamento do IPVA, pelo Estado, em 2021. Ademais, estão ainda abarcadas, no projeto, as hipóteses de incidência do IPVA concernentes às titularidades das propriedade sobre veículos automotores que foram transferidas de outras entidades federadas para Minas Gerais no exercício de 2021, e às que dizem respeito a modelos novos que ingressaram no mercado consumidor também no exercício de 2021.

Em síntese, Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados, essas são as razões que me levam a propor o projeto de lei.

Na oportunidade, reitero meu apreço e consideração a Vossas Excelências – Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados – e ao Povo Mineiro.

Romeu Zema Neto, Governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 3.409/2021

Altera a Lei nº 14.937, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA – e dá outras providências.

Art. 1º – O art. 11 da Lei nº 14.937, de 23 de dezembro de 2003, fica acrescido dos seguintes §§ 4º e 5º:

“Art. 11 – (...)

§ 4º – Fica o Poder Executivo autorizado a conceder desconto para o pagamento do IPVA referente ao fato gerador de 1º de janeiro de 2022, de veículo rodoviário usado que tenha sido objeto de lançamento do imposto referente ao fato gerador de 1º de janeiro de 2021, correspondente à diferença positiva entre:

I – o valor utilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda, para fins de lançamento do imposto nos termos do art. 2º-B, com base em pesquisa realizada na forma do inciso I do § 2º do art. 7º, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe –, referente ao fato gerador de 1º de janeiro de 2022; e

II – o valor utilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda, para fins de lançamento do imposto nos termos do art. 2º-B, com base em pesquisa realizada na forma do inciso I do § 2º do art. 7º, pela Fipe, referente ao fato gerador de 1º de janeiro de 2021, acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ocorrida no período de novembro de 2020 a outubro de 2021.

§ 5º – Fica o Poder Executivo autorizado a conceder desconto para o pagamento do IPVA referente ao fato gerador de 1º de janeiro de 2022, de veículo rodoviário usado que não tenha sido objeto de lançamento do imposto, por este Estado, referente ao fato gerador de 1º de janeiro de 2021, limitado ao percentual correspondente à redução média decorrente da diferença positiva apurada nos termos dos incisos I e II do § 4º.”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Bruno Engler. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.278/2021, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

OFÍCIO Nº 829/2021

(Correspondente ao Ofício Presidência nº 18 / 2021 – SEGOVE)

Belo Horizonte, 1º de dezembro de 2021.

Exmo. Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que Fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais relativa aos anos de 2020 e 2021.

Com meus agradecimentos, renovo, na oportunidade, meus protestos de estima e consideração.

Desembargador Gilson Soares Lemes, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

PROJETO DE LEI Nº 3.382/2021

Fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais relativa aos anos de 2020 e 2021.

Art. 1º – A partir de 1º de maio de 2020, o valor do padrão PJ-01 da Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos constante do item “b” do Anexo X da Lei nº 13.467, de 12 de janeiro de 2000, fica reajustado em 2,40% (dois ponto quarenta por cento), nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição da República, e do art. 1º da Lei nº 18.909, de 31 de maio de 2010.

Art. 2º – A partir de 1º de maio de 2021, o valor do padrão PJ-01 da Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos constante do item “b” do Anexo X da Lei nº 13.467, de 12 de janeiro de 2000, fica reajustado em 6,76% (seis ponto setenta e seis por cento), nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição da República, e do art. 1º da Lei nº 18.909, de 31 de maio de 2010.

Art. 3º – O disposto nesta lei não se aplica:

I – ao servidor inativo cujos proventos tenham sido calculados nos termos dos §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal e sejam reajustados na forma prevista no § 8º do mesmo artigo;

II – ao servidor de que trata o art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 100, de 5 de novembro de 2007.

Art. 4º – As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Poder Judiciário do Estado.

Art. 5º – A implementação do disposto nesta Lei observará o previsto no art. 169 da Constituição da República e as normas pertinentes da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 6º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei versa sobre a fixação do percentual de revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais relativa aos anos de 2020 e 2021.

A nova proposta tem como objetivo cumprir acordo entabulado entre o Tribunal de Justiça e os sindicatos representativos dos servidores de seu quadro.

O art. 1º do projeto fixa o índice de revisão geral para o ano de 2020 em 2,40% (dois ponto quarenta por cento), o qual corresponde à previsão do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA – para o período.

Em razão da aplicação desse índice, o valor do padrão PJ-01 da Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos, constante do item “b” do Anexo X da Lei nº 13.467, de 12 de janeiro de 2000, passa a ser de R\$ 1.287,63 (Um mil, duzentos e oitenta e sete reais e sessenta e três centavos).

O art. 2º do mesmo projeto fixa o índice de revisão geral para o ano de 2021 em 6,76% (seis ponto setenta e seis por cento), o qual corresponde à previsão do IPCA para o período.

Em razão da aplicação desse índice, o valor do padrão PJ-01 da Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos, constante do item “b” do Anexo X da Lei nº 13.467, de 12 de janeiro de 2000, passa a ser de R\$1.374,67 (Um mil, trezentos e setenta e quatro reais e sessenta e sete centavos).

O art. 3º excetua da revisão geral anual de que tratam os artigos 1º e 2º os servidores inativos: 1) que têm seus proventos calculados sem paridade com a remuneração dos servidores ativos e reajustados pelas regras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), nos termos da Lei nº 18.887, de 2004; e 2) de que trata o art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 100, de 5 de novembro de 2007.

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Projeto de Lei – Revisão anual (data-base) dos vencimentos e proventos dos servidores do TJMG. art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal

DATA-BASE 2020						
Ação Orçamentária	2021		2022		2023	
	Valor (R\$)	Percentual*	Valor (R\$)	Percentual**	Valor (R\$)	Percentual**
2054 – Remuneração de Servidores da Ativa e Encargos Sociais	122.436.857	3,6849%	122.436.857	3,1091%	122.436.857	2,9950%
7006 – Proventos de Inativos Cíveis e Pensionistas	46.933.958	2,0399%	46.933.958	2,3842%	46.933.958	2,2967%

Observação: o impacto orçamentário-financeiro apresentado para 2021 considera, para efeitos demonstrativos, o montante relativo ao exercício de 2020.

DATA-BASE 2021						
Ação Orçamentária	2021		2022		2023	
	Valor (R\$)	Percentual*	Valor (R\$)	Percentual**	Valor (R\$)	Percentual**
2054 – Remuneração de Servidores da Ativa e Encargos Sociais	142.887.888	4,3004%	210.427.001	5,3434%	210.427.001	5,1473%
7006 – Proventos de Inativos Cíveis e Pensionistas	46.107.539	2,0040%	73.369.601	3,7271%	73.369.601	3,5903%

* Representatividade em relação ao Orçamento de 2021.

** Representatividade em relação aos valores previstos no PPAG 2020 – 2023.

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ACUMULADO

Ação Orçamentária	Orçamento (R\$)	2021	2022	2023
2054 – Remuneração de Servidores da Ativa e Encargos Sociais	Valor*	3.322.664.393	3.938.052.267	4.088.091.797
	Impacto	265.324.745	332.863.858	332.863.858
	Restante	3.057.339.648	3.605.188.409	3.755.227.939
70006 – Proventos de Inativos Cíveis e Pensionistas	Valor*	2.300.788.251	1.968.543.480	2.043.544.987
	Impacto	93.041.497	120.303.559	120.303.559

	Restante	2.207.746.754	1.848.239.921	1.923.241.428
--	----------	---------------	---------------	---------------

*2021 – Lei nº 23.751, de 30 de dezembro de 2020 (LOA 2021); 2022 – PLOA nº 3.191/2021; 2023 – PPAG 2020-2023.

Premissas e metodologia de cálculo (§ 2º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF).

– Atendimento da data-base de 2020, com recomposição dos vencimentos e proventos dos servidores do TJMG, com aplicação do índice percentual de 2,4%, a partir de maio de 2020, correspondente ao acumulado do IPCA para o período de maio/19 a abril/20.

– Atendimento da data-base de 2021, com recomposição dos vencimentos e proventos dos servidores do TJMG, com aplicação do índice percentual de 6,76%, a partir de maio de 2021, correspondente ao acumulado do IPCA para o período de maio/20 a abril/21.

DECLARAÇÃO – LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000

Para atendimento ao disposto no inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com embasamento nas informações prestadas pela Diretoria Executiva de Planejamento Orçamentário e Qualidade na Gestão Institucional – DEPLAG e pela Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária – DIRFIN, DECLARO, na condição de ORDENADOR DE DESPESAS, que o aumento de despesa referente à data-base do ano de 2020, percentual de recomposição de 2,40%, e à data-base de 2021, percentual de recomposição de 6,76%, apresenta adequação orçamentária e financeira à Lei Orçamentária Anual (LOA 2021) e compatibilidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG 2020-2023) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Desembargador Gilson Soares Lemes, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

OFÍCIO Nº 830/2021

Do Sr. Gilson Soares Lemes, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, encaminhando sugestão de substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 72/2021. (– Anexe-se ao referido projeto.)

OFÍCIO Nº 831/2021

(Correspondente ao Ofício nº 218/2021/DPG/DPMG)

Belo Horizonte, 9 de dezembro de 2021.

Assunto: Encaminha Projeto de Lei.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, tenho a honra de encaminhar à elevada deliberação dessa nobre Assembleia Legislativa o incluso Projeto de Lei, acompanhado da respectiva justificativa, que dispõe sobre a revisão dos vencimentos e proventos dos servidores da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, no período de janeiro de 2020 a novembro de 2021, e dos subsídios e proventos dos membros da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, no período de dezembro de 2019 a novembro de 2021, e dá outras providências.

Informo que a iniciativa do projeto tem fundamento no art. 134, §4º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 80/2014.

A proposição almeja cumprir o artigo 37, X, da Constituição da República, o art. 24, caput, da Constituição Estadual, bem como o parágrafo 4º do art. 134 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 80 de 2014.

Para a revisão, a Defensoria Pública está propondo o índice de recomposição de 14,30% (quatorze vírgula trinta por cento), referente ao IPCA apurado no período de janeiro de 2020 a novembro de 2021, sobre o padrão inicial remuneratório das carreiras constantes da Lei Estadual 22.790/2017, e de 15,6% (quinze vírgula sessenta por cento), referente ao IPCA apurado no mencionado período de dezembro de 2019 a novembro de 2021 sobre o valor do subsídio correspondente à classe especial constante da Lei Estadual 23.607/2020, com vigência somente a partir de 1º de janeiro de 2022.

Destaca-se que referida Lei nº 23.607/2020 promoveu a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Defensoria Pública do Estado referente ao período de janeiro de 2019 a dezembro de 2019 e a revisão anual dos subsídios e proventos dos membros da Defensoria Pública do Estado referente ao período de julho de 2018 a novembro de 2019.

A recomposição é prevista expressamente no inciso X, do art. 37, da CF/88 e no art. 19 da Lei Estadual nº 23.831/21, que contém a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, e é exceção prevista nos arts. 17 e 22 da LRF, sendo que o impacto orçamentário correrá à conta das dotações da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, já incluídas na LOA 2022.

Além disso, a Emenda Constitucional nº 80/2014 estabeleceu simetria entre as carreiras da Defensorias Pública com a carreira da Magistratura e do Ministério Público, conforme reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ na Resolução nº 133/2011.

Apresento-lhe, com essas razões, o projeto anexo, para o trâmite legislativo correspondente.

Aproveitando o ensejo, apresento protestos de elevada estima e distinta consideração.

Gério Patrocínio Soares, Defensor Público-Geral do Estado de Minas Gerais.

PROJETO DE LEI Nº 3.391/2021

Dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, no período de janeiro de 2020 a novembro de 2021, e dos subsídios e proventos dos membros da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, referente ao período de dezembro de 2019 a novembro de 2021 e dá outras providências.

Art. 1º – Ficam revistos os vencimentos e proventos dos servidores da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, mediante a aplicação do índice de 14,30% (quatorze vírgula trinta por cento), nos termos do inciso X do art. 37 da Constituição da República e do art. 24 da Constituição do Estado de Minas Gerais, relativamente ao período de janeiro de 2020 a novembro de 2021.

Art. 2º – O percentual de revisão previsto no art. 1º será aplicado sobre os vencimentos relativos ao padrão inicial remuneratório das carreiras de Agente, Técnico e Analista da Defensoria Pública, previstos no anexo I da Lei nº 23.607, de 14 de março de 2020, a partir de 1º de janeiro de 2022.

Parágrafo único – Em decorrência do disposto no caput, o Anexo III da Lei nº 22.790, de 2017, passa a vigorar na forma do Anexo I desta lei.

Art. 3º – O reajuste das tabelas, relativas aos servidores de que trata o art. 3º aplica-se às vantagens pessoais a que se referem o § 4º do art. 1º da Lei nº 14.683, de 30 de julho de 2003, e o § 3º do art. 1º da Lei nº 10.470, de 15 de abril de 1991, a que fazem jus os servidores alcançados por esses reajustes, e não serão deduzidos do valor da Vantagem Temporária Incorporável – VTI, instituída pela Lei nº 15.787, de 27 de outubro de 2005.

Art. 4º – Ficam revistos os subsídios e proventos dos membros da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, mediante a aplicação do índice de 15,60% (quinze vírgula sessenta por cento), nos termos do inciso X do art. 37 da Constituição da República e

do art. 24 da Constituição do Estado de Minas Gerais, relativamente ao período de dezembro de 2019 a novembro de 2021, nos seguintes termos.

§ 1º – O índice de revisão previsto no art. 4º será aplicado sobre o subsídio dos Defensores Públicos de Classe Especial, previsto no Anexo II da Lei nº 23.607, de 14 de março de 2020, cujo valor passa a ser o constante no Anexo II desta lei.

§ 2º – O valor dos subsídios dos Defensores Públicos da Classe Final, da Classe Intermediária e da Classe Inicial previstas no art. 58 da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, fixado no Anexo II da Lei nº 23.607, de 14 de março de 2020, será calculado observando-se a diferença de 5% (cinco por cento) entre as classes da carreira, na forma estabelecida no art. 134, §4º, e do art. 93, ambos da Constituição Federal, e serão os constantes do Anexo II desta lei.

§ 3º – Os subsídios do Defensor Público-Geral, do Subdefensor Público-Geral, do Corregedor-Geral, previstos no Anexo II da Lei nº 23.607, de 14 de março de 2020, passam a ser os constantes no Anexo III desta lei.

Art. 5º – O disposto nesta lei não se aplica:

I – ao servidor inativo cujos proventos tenham sido calculados nos termos dos §§3º e 17 do art. 40 da Constituição da República, e sejam reajustados na forma prevista no §8º do mesmo artigo;

II – ao servidor inativo de que trata o art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 100, de 05 de novembro de 2007.

Art. 6º – As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

Art. 7º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

ANEXO I

(a que se refere o Parágrafo Único do art. 2º da Lei nº, de de de 20.....)

“ANEXO III

(a que se referem o caput do art. 31, o § 3º do art. 34, o art. 37 e os §§ 1º e 2º do art. 38 da Lei nº 22.790, de 27 de dezembro de 2017)

III.1 – Tabelas de vencimentos básicos das carreiras de Técnico da Defensoria Pública e Analista da Defensoria Pública

Tabela 1

Técnico da Defensoria Pública

Tabela de vencimentos básicos da carreira de Técnico da Defensoria Pública								
30 HORAS								
Classe	A	B	C	D	E	F	G	H
I	R\$ 2.056,46	R\$ 2.132,55	R\$ 2.211,45	R\$ 2.293,28	R\$ 2.378,12	R\$ 2.466,12	R\$ 2.557,36	R\$ 2.651,98
II	R\$ 2.750,11	R\$ 2.851,86	R\$ 2.957,38	R\$ 3.066,80	R\$ 3.180,27	R\$ 3.297,95	R\$ 3.419,97	R\$ 3.546,51
III	R\$ 3.677,73	R\$ 3.813,80	R\$ 3.954,92	R\$ 4.101,24	R\$ 4.252,99	R\$ 4.410,36	R\$ 4.573,54	R\$ 4.742,76
IV	R\$ 4.918,25	R\$ 5.100,22	R\$ 5.288,92	R\$ 5.484,61	R\$ 5.687,54	R\$ 5.897,98	R\$ 6.116,21	R\$ 6.342,51
V	R\$ 6.577,18	R\$ 6.820,53	R\$ 7.072,90	R\$ 7.334,59	R\$ 7.605,97	R\$ 7.887,40	R\$ 8.179,23	R\$ 8.481,87
40 HORAS								
Classe	A	B	C	D	E	F	G	H
I	R\$ 2.741,94	R\$ 2.843,39	R\$ 2.948,60	R\$ 3.057,70	R\$ 3.170,83	R\$ 3.288,15	R\$ 3.409,82	R\$ 3.535,97
II	R\$ 3.666,81	R\$ 3.802,48	R\$ 3.943,18	R\$ 4.089,07	R\$ 4.240,37	R\$ 4.397,27	R\$ 4.559,96	R\$ 4.728,68
III	R\$ 4.903,64	R\$ 5.085,08	R\$ 5.273,22	R\$ 5.468,33	R\$ 5.670,66	R\$ 5.880,48	R\$ 6.098,04	R\$ 6.323,68
IV	R\$ 6.557,65	R\$ 6.800,29	R\$ 7.051,90	R\$ 7.312,82	R\$ 7.583,39	R\$ 7.863,98	R\$ 8.154,94	R\$ 8.456,68

V	R\$ 8.769,58	R\$ 9.094,05	R\$ 9.430,53	R\$ 9.779,46	R\$ 10.141,30	R\$ 10.516,53	R\$ 10.905,64	R\$ 11.309,14
---	--------------	--------------	--------------	--------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Tabela 2

Analista da Defensoria Pública

Tabela de vencimentos básicos da carreira de Analista da Defensoria Pública								
30 HORAS								
Classe	A	B	C	D	E	F	G	H
I	R\$ 3.710,56	R\$ 3.847,85	R\$ 3.990,23	R\$ 4.137,87	R\$ 4.290,96	R\$ 4.449,73	R\$ 4.614,37	R\$ 4.785,11
II	R\$ 4.962,15	R\$ 5.145,76	R\$ 5.336,14	R\$ 5.533,59	R\$ 5.738,33	R\$ 5.950,64	R\$ 6.170,81	R\$ 6.399,13
III	R\$ 6.635,91	R\$ 6.881,43	R\$ 7.136,05	R\$ 7.400,07	R\$ 7.673,88	R\$ 7.957,81	R\$ 8.252,26	R\$ 8.557,59
IV	R\$ 8.874,21	R\$ 9.202,57	R\$ 9.543,06	R\$ 9.896,15	R\$ 10.262,30	R\$ 10.642,02	R\$ 11.035,77	R\$ 11.444,09
V	R\$ 11.867,52	R\$ 12.306,63	R\$ 12.761,97	R\$ 13.234,17	R\$ 13.723,83	R\$ 14.231,60	R\$ 14.758,17	R\$ 15.304,22
40 HORAS								
Classe	A	B	C	D	E	F	G	H
I	R\$ 4.947,42	R\$ 5.130,47	R\$ 5.320,30	R\$ 5.517,15	R\$ 5.721,29	R\$ 5.932,97	R\$ 6.152,49	R\$ 6.380,13
II	R\$ 6.616,20	R\$ 6.861,00	R\$ 7.114,85	R\$ 7.378,10	R\$ 7.651,09	R\$ 7.934,19	R\$ 8.227,75	R\$ 8.532,17
III	R\$ 8.847,87	R\$ 9.175,24	R\$ 9.514,72	R\$ 9.866,77	R\$ 10.231,85	R\$ 10.610,42	R\$ 11.003,00	R\$ 11.410,12
IV	R\$ 11.832,29	R\$ 12.270,09	R\$ 12.724,08	R\$ 13.194,87	R\$ 13.683,08	R\$ 14.189,35	R\$ 14.714,36	R\$ 15.258,79
V	R\$ 15.823,37	R\$ 16.408,83	R\$ 17.015,96	R\$ 17.645,55	R\$ 18.298,43	R\$ 18.975,47	R\$ 19.677,56	R\$ 20.405,63

III.2 – Tabela de vencimentos básicos da carreira de Agente da Defensoria Pública – (cargos a serem extintos com a vacância).

Tabela de vencimentos básicos da carreira de Agente da Defensoria Pública								
(cargos a serem extintos com a vacância)								
30 HORAS								
Classe	A	B	C	D	E	F	G	H
I	R\$ 953,72	R\$ 989,01	R\$ 1.025,61	R\$ 1.063,55	R\$ 1.102,89	R\$ 1.143,70	R\$ 1.186,02	R\$ 1.229,90
II	R\$ 1.275,41	R\$ 1.322,61	R\$ 1.371,54	R\$ 1.422,28	R\$ 1.474,91	R\$ 1.529,48	R\$ 1.586,07	R\$ 1.644,76
III	R\$ 1.705,61	R\$ 1.768,72	R\$ 1.834,17	R\$ 1.902,03	R\$ 1.972,40	R\$ 2.045,38	R\$ 2.121,06	R\$ 2.199,54
IV	R\$ 2.280,93	R\$ 2.365,32	R\$ 2.452,83	R\$ 2.543,59	R\$ 2.637,70	R\$ 2.735,30	R\$ 2.836,50	R\$ 2.941,45
V	R\$ 3.050,29	R\$ 3.163,15	R\$ 3.280,19	R\$ 3.401,55	R\$ 3.527,41	R\$ 3.657,92	R\$ 3.793,26	R\$ 3.933,61
40 HORAS								
Classe	A	B	C	D	E	F	G	H
I	R\$ 2.056,46	R\$ 2.132,55	R\$ 2.211,45	R\$ 2.293,28	R\$ 2.378,12	R\$ 2.466,12	R\$ 2.557,36	R\$ 2.651,98
II	R\$ 2.750,11	R\$ 2.851,86	R\$ 2.957,38	R\$ 3.066,80	R\$ 3.180,27	R\$ 3.297,95	R\$ 3.419,97	R\$ 3.546,51
III	R\$ 3.677,73	R\$ 3.813,80	R\$ 3.954,92	R\$ 4.101,24	R\$ 4.252,99	R\$ 4.410,36	R\$ 4.573,54	R\$ 4.742,76
IV	R\$ 4.918,25	R\$ 5.100,22	R\$ 5.288,92	R\$ 5.484,61	R\$ 5.687,54	R\$ 5.897,98	R\$ 6.116,21	R\$ 6.342,51
V	R\$ 6.577,18	R\$ 6.820,53	R\$ 7.072,90	R\$ 7.334,59	R\$ 7.605,97	R\$ 7.887,40	R\$ 8.179,23	R\$ 8.481,87

ANEXO II

(a que se referem os Parágrafos 1º e 2º do art. 4º da Lei nº, de de de 20.....)

I – Tabela de subsídios dos Defensores Públicos

CLASSE	VALOR VIGENTE A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2022
DEFENSOR PÚBLICO DE CLASSE ESPECIAL	R\$ 35.462,22
DEFENSOR PÚBLICO DE CLASSE FINAL	R\$ 33.689,11
DEFENSOR PÚBLICO DE CLASSE INTERMEDIÁRIA	R\$ 32.004,65
DEFENSOR PÚBLICO DE CLASSE INICIAL	R\$ 30.404,42

ANEXO III

(a que se refere o Parágrafo 3º do art. 4º da Lei nº, de de de 20.....)

II – Tabela de subsídios do Defensor Público-Geral, do Subdefensor Público-Geral e do Corregedor-Geral

	VALOR VIGENTE A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2022
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL	R\$ 35.462,22
SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL	R\$ 35.462,22
CORREGEDOR-GERAL	R\$ 35.462,22

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Os arts. 1º a 4º do presente projeto de lei preveem a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, no período de janeiro de 2020 a novembro de 2021, e dos subsídios e proventos dos membros da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, referente ao período de dezembro de 2019 a novembro de 2021, em cumprimento ao inciso X do art. 37, da Constituição da República, e ao art. 24, caput, da Constituição Estadual, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.

Trata-se, portanto, de recomposição da perda do poder aquisitivo dos vencimentos, proventos e subsídios dos servidores e membros da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

A última recomposição inflacionária foi efetivada pela Lei 23.607/2020, tendo sido naquela oportunidade promovida a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Defensoria Pública referente ao período de janeiro de 2019 a dezembro de 2019 e a revisão anual dos subsídios e proventos dos membros da Defensoria Pública do Estado referente ao período de julho de 2018 a novembro de 2019.

Destaca-se que a inclusão dos membros da Defensoria Pública nos projetos de recomposição se justifica porque não possuem automaticidade aprovada por essa Assembleia Legislativa no art. 1º da Lei Estadual nº 21.941/15, quanto ao Ministério Público, e no art. 1º da Lei Estadual nº 21.942/15, quanto à Magistratura.

Para fins de recomposição das perdas inflacionárias, foi adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA – no índice de recomposição de 14,30% (quatorze vírgula trinta por cento), referente ao IPCA apurado no mencionado período de janeiro de 2020 a novembro de 2021, sobre o padrão inicial remuneratório das carreiras constantes da Lei Estadual 22.790/2017, e de 15,60% (quinze vírgula sessenta por cento), referente ao IPCA apurado no mencionado período de dezembro de 2019 a novembro de 2021, sobre os valores constantes da Lei Estadual 23.607/2020 (índices informados pelo Banco Central do Brasil no endereço <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores> e pelo IBGE para cada um dos períodos e para o acumulado para o mês de novembro de 2021).

Destaca-se que a diferença de percentuais se justifica pela diferença dos períodos considerados relativamente aos servidores e membros, inclusive conforme a Lei nº 23.607/20.

Especificamente quanto aos parágrafos do art. 4º, registram a forma de aplicação da recomposição sobre os subsídios correspondentes às quatro classes da carreira, previstas no art. 58 da Lei Orgânica Estadual (LC nº 65/2003).

Necessário registrar que os membros da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, a despeito da Emenda Constitucional nº 80/2014 determinar a aplicação das disposições do art. 93 da CF/88, estabelecendo, por isso mesmo, simetria com o subsídio dos magistrados, ainda não contam com a referida equiparação decorrente dessa norma constitucional expressa.

Nota-se que o preceito de simetria entre as carreiras da Magistratura, Ministério Público e da Defensoria Pública já foi reconhecido expressamente Conselho Nacional de Justiça – CNJ na Resolução nº 133/2011, diante da aplicação por norma

constitucional das disposições do art. 93 da CF/88 tanto ao Ministério Público, quanto, após as alterações promovidas pela Emenda Constitucional Federal nº 80/14, à Defensoria Pública.

Assim sendo, com a aplicação da recomposição salarial ao padrão de subsídio dos Defensores da classe especial, a nova legislação passa a cumprir também a Emenda Constitucional nº 80/2014 (parágrafo 4º do art. 134 c/c art. 93, ambos da Constituição Federal) fixando definitivamente o percentual da diferença entre as referidas classes da carreira, até hoje inexistente no âmbito da DPMG.

Neste particular, necessário pontuar que a Emenda Constitucional Federal nº 80/14 está sendo cumprida mais de 7 (sete) anos após a sua promulgação.

O art. 6º deixa claro que as despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais já incluídas na LOA 2022, ou seja, sem a necessidade de qualquer suplementação ou aporte de recursos para além daqueles já incluídos durante a compatibilização orçamentária e aprovados por essa douta Assembleia.

Além disso, o Projeto não prevê qualquer retroatividade, sendo que os novos valores estarão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022.

Em cumprimento ao disposto nos arts. 16 e 17, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, registra-se que o impacto anual orçamentário e financeiro deste projeto de lei nos exercícios de 2022, 2023 e 2024 é estimado em R\$ 69.762.188,67 nas rubricas de pessoal ativo e de R\$ 19.848.995,73, nas rubricas de pessoal inativo.

Salienta-se que o impacto orçamentário desta Lei não se sujeita ao limite prudencial estabelecido inciso I do art. 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal, haja vista decorrer da aplicação de dois dispositivos constitucionais (art. 37, X, e art. 134, § 4º), além de estar contido integralmente no orçamento de 2022, conforme LOA de 2022, não havendo, como mencionado, qualquer retroação de pagamentos.

Soma-se a isso a consulta nº 977.671, na qual o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais manifestou o entendimento de que enquanto não houver a alteração da LRF, as despesas com pessoal da Defensoria Pública estarão sujeitas apenas às regras e aos limites gerais fixados ordinariamente no Plano Plurianual – PPAG, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Nota-se, no mesmo sentido, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente – Lei 23.831/21, estabelece no seu art. 19 o seguinte:

Art. 19 – As despesas com pessoal e encargos sociais dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do TCEMG considerarão a revisão geral anual de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição da República e eventuais acréscimos legais, observado o disposto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e no art. 18 desta lei.

Nestes termos, o acréscimo da despesa tem perfeita adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (2022), é previsto expressamente na LDO vigente, estando também compatível com o Plano Plurianual, nos termos do artigo 169 da Constituição da República, além de ter conformidade com o inciso II do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Belo Horizonte, 9 de dezembro de 2021.

Gério Patrocínio Soares, Defensor Público-Geral do Estado de Minas Gerais.

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - FINANCEIRO EM 2022, 2023 E 2024

IMPACTO DO SUBSÍDIO PARA OS DEFENSORES PÚBLICOS - BASE FOLHA DE NOVEMBRO DE 2021

VIGÊNCIA	NÚMERO DE PAGAMENTOS			IMPACTO FINANCEIRO COM ENCARGOS PATRONAIS					
	ATIVOS	INATIVOS	TOTAL	MENSAL			IMPACTO ANUAL DO EXERCÍCIO REFERENTE		
				ATIVO	INATIVO	TOTAL	ATIVO	INATIVO	TOTAL
jan/22	675	203	878	R\$ 5.039.244,00	R\$ 1.107.193,88	R\$ 6.146.437,88	R\$ 68.142.741,10	R\$ 14.393.520,44	R\$ 82.536.261,54
							R\$ 68.142.741,10	R\$ 14.393.520,44	R\$ 82.536.261,54

IMPACTO DO SUBSÍDIO PARA OS SERVIDORES COM PARIDADE - BASE FOLHA DE NOVEMBRO DE 2021

VIGÊNCIA	NÚMERO DE PAGAMENTOS			IMPACTO FINANCEIRO COM ENCARGOS PATRONAIS					
	ATIVOS	INATIVOS	TOTAL	MENSAL			IMPACTO ANUAL DO EXERCÍCIO REFERENTE		
				ATIVO	INATIVO	TOTAL	ATIVO	INATIVO	TOTAL
jan/22	0	37	37	R\$ -	R\$ 252.601,72	R\$ 252.601,72	R\$ -	R\$ 3.283.822,36	R\$ 3.283.822,36
							R\$ -	R\$ 3.283.822,36	R\$ 3.283.822,36

IMPACTO DO VENCIMENTO BÁSICO DOS SERVIDORES DPMG - BASE FOLHA DE NOVEMBRO DE 2021

VIGÊNCIA	NÚMERO DE PAGAMENTOS			IMPACTO FINANCEIRO COM ENCARGOS PATRONAIS					
	ATIVOS	INATIVOS	TOTAL	MENSAL			IMPACTO ANUAL DO EXERCÍCIO REFERENTE		
				ATIVO	INATIVO	TOTAL	ATIVO	INATIVO	TOTAL
jan/22	52	130	182	R\$ 122.199,29	R\$ 167.050,23	R\$ 289.249,52	R\$ 1.619.447,57	R\$ 2.171.652,93	R\$ 3.791.100,50
							R\$ 1.619.447,57	R\$ 2.171.652,93	R\$ 3.791.100,50

TOTAL GERAL ANUAL (2022, 2023 e 2024)		
R\$ 69.762.188,67	R\$ 19.848.995,73	R\$ 89.611.184,40

DECLARAÇÃO

Para fins de cumprimento do disposto nos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, com respaldo nos cálculos elaborados pela Superintendência de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional e na declaração da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças (anexos), ambas desta Defensoria Pública, bem como no resultado da Consulta nº 977671 do TCE/MG, DECLARO que a despesa decorrente do projeto de lei que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, no período de janeiro de 2020 a novembro de 2021, e dos subsídios e proventos dos membros da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, referente ao período de dezembro de 2019 a novembro de 2021, e dá outras providências, possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária anual (LOA 2022 – Lei nº 24.013/2021), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO – Lei nº 23.831/21) e compatibilidade com o plano plurianual e serão absorvidas integralmente pelo orçamento da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, sem necessidade de suplementação.

Belo Horizonte, 9 de dezembro de 2021.

Gerio Patrocínio Saores, Defensor Público-Geral do Estado de Minas Gerais, Ordenador de Despesas.

DECLARAÇÃO

Declaramos, para todos os fins de direito, a pedido do Gabinete da Defensoria Pública de Minas Gerais que,

Considerando o Crédito Autorizado para Pessoal Ativo e Inativo por meio da Lei 24.013/2021 (LOA) de R\$ 498.135.058,00 e R\$ 131.000.000,00 respectivamente, nas rubricas abaixo discriminadas, e conforme Quadro de Detalhamento de Despesa anexo;

1.44.1.03.092.726.4.193.0001.90.0.10.1/1.44.1.03.092.726.4.193.0001.91.0.10.1;

1.44.1.09.272.705.7.006.0001.90.0.42.5/43.5/58.5;

Considerando a obrigação de estimar o impacto orçamentário-financeiro no exercício atual e nos dois subsequentes, bem como declarar sua compatibilidade com a previsão orçamentária nos citados períodos, conforme art. 16 da Lei Complementar 101/2000;

Considerando eventual aplicação da recomposição orçamentária pelo Índice Nacional de Preço ao Consumido (3,42% previsto para 2023 e 3,09% para 2024, conforme Relatório Focus, do Banco Central do Brasil de nov/2021), o que elevaria o Crédito Autorizado de Pessoal Ativo e Inativo para R\$ 515.171.276,98 e R\$ 135.480.200,00 em 2023 e R\$535.262.955 e R\$140.763.927 em 2024, respectivamente;

Considerando a atual execução orçamentária e financeira da folha de pagamento de Pessoal Ativo e Inativo;

Considerando a execução orçamentária e financeira até então programadas para 2022;

Temos disponibilidade orçamentária para acobertar o incremento de despesa de R\$69.762.189 na rubrica de “Pessoal Ativo” e R\$19.848.996 na rubrica de “Pessoal Inativo” para o exercício fiscal de 2022 para recomposição inflacionária prevista membros e servidores.

Belo Horizonte, 7 de dezembro de 2021.

Diego Mendes de Sousa, Superintendente de Planejamento Orçamento e Finanças – Carla A. Souza Carvalho, Superintendente de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

OFÍCIO Nº 832/2021

(Correspondente ao Ofício nº 1851/2021/GAB-PGJ)

Belo Horizonte, 6 de dezembro de 2021.

Senhor Presidente,

A par de cumprimentá-lo, aprez-me encaminhar a Vossa Excelência, nos termos do art. 66, § 2º, c/c o art. 122 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e do art. 18, incisos VIII e XV, da Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, para deliberação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso projeto de lei que dispõe sobre a revisão de vencimentos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

No projeto, os percentuais de recomposição inflacionária observarão as seguintes graduações: 2,4% (dois vírgula quatro por cento) e 6,76% (seis vírgula setenta e seis por cento), em 1º de maio, respectivamente, de 2020 e de 2021.

Na previsão da receita corrente líquida para o presente exercício, o Ministério Público está dentro dos limites de despesas com pessoal dispostos no art. 20, inciso II, alínea “d”, e no art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o projeto de lei.

Na oportunidade, reitero meu apreço e consideração a Vossa Excelência e à Assembleia Legislativa.

Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça.

PROJETO DE LEI Nº 3.392/2021

Fixa o percentual, relativo aos anos de 2020 e 2021, para revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado

Art. 1º – O valor dos multiplicadores a que se refere o item IV.2 do Anexo IV da Lei nº 13.436, de 30 de dezembro de 1999, que contém a Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado, fica reajustado, a partir de 1º de maio de 2020, em 2,4% (dois vírgula quatro por cento), e, a partir de 1º de maio de 2021, em 6,76% (seis vírgula setenta e seis por cento), nos termos do inciso X do *caput* do art. 37 da Constituição da República.

Parágrafo único – Em virtude da aplicação dos índices previstos no *caput*, o quadro de multiplicadores da Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos constante no item IV.2 do Anexo IV da Lei nº 13.436, de 1999, passa a vigorar na forma do Anexo desta lei.

Art. 2º – O disposto nesta lei não se aplica ao servidor inativo cujos proventos tenham sido calculados com base na média das remunerações prevista no art. 1º da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, e sejam reajustados na forma prevista no § 8º do art. 40 da Constituição da República.

Art. 3º – As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério Público do Estado.

Art. 4º – A implementação do disposto nesta lei observará o previsto no art. 169 da Constituição da República e as normas pertinentes da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

ANEXO

(a que se refere o Parágrafo Único do art. 1º da Lei nº)

“ANEXO IV

(a que se refere o art. 9º da Lei nº 13.436, de 30 de dezembro de 1999)

Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos

(...)

IV.2 – Multiplicadores

Padrão	Valor a Partir de 1º/5/2020	Valor a Partir de 1º/5/2021
MP-01 ao MP-44	1.326,31	1.415,96
MP-45 ao MP-60	1.304,75	1.392,95
MP-61 ao MP-79	1.274,98	1.371,84
MP-80 ao MP-98	1.254,43	1.339,23

Belo Horizonte, 6 de dezembro de 2021.

Prezada Diretora-Geral,

No que diz respeito à possibilidade de concessão das Datas Base 2020 e 2021 no exercício de 2022, informamos que há disponibilidade orçamentária para implantação dos percentuais de 2,40% e 6,76%, respectivamente, considerando como orçamento aprovado para 2022 os valores constantes no Projeto de Lei 3.191/2021 (Lei Orçamentária Anual de 2022), valores estes que tem como base o orçamento autorizado em 2021, corrigido pelo índice de 7,52%.

Destacamos, ainda:

- O percentual de 2,40% corresponde à variação do índice IPCA/IBGE no período de maio/2019 a abril/2020;
- O percentual de 6,76% corresponde à variação do índice IPCA/IBGE no período de maio/2020 a abril/2021;

– Os impactos anuais estimados para implantação das Datas Base 2020 e 2021 são R\$16.160.000 (dezesesseis milhões, cento e sessenta mil reais) e R\$46.609.749 (quarenta e seis milhões, seiscentos e nove mil, setecentos e quarenta e nove reais) referentes ao período de janeiro a dezembro/2022.

Atenciosamente,

Danilo Botelho de Carvalho, Superintendência de Finanças – Tobias Rodrigues de Mendonça Chaves Neto, Diretoria de Orçamento.

DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de cumprimento do art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que o aumento de despesa oriundo da concessão das Datas Base 2020 e 2021 aos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, não afetando as metas de resultados fiscais.

Belo Horizonte, 6 de dezembro de 2021.

Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

RECEBIMENTO DE PROPOSIÇÕES

– Foram recebidas, na 96ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 14/12/2021, as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.417/2021

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O valor do índice básico utilizado para o cálculo da tabela de vencimentos básicos dos servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa, previsto no art. 5º da Lei nº 16.833, de 20 de julho de 2007, com a incidência dos reajustes concedidos até o previsto na Lei nº 23.603, de 13 de março de 2020, fica reajustado para R\$793,10 (setecentos e noventa e três reais e sessenta e dois centavos), a partir de 1º de abril de 2021.

Art. 2º – O disposto no art. 1º não se aplica:

I – ao servidor inativo cujos proventos tenham sido calculados com base na média das remunerações previstas no art. 1º da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, e sejam reajustados na forma prevista no § 8º do art. 40 da Constituição da República;

II – aos proventos percebidos conforme as regras e os critérios estabelecidos pelo Regime Geral da Previdência Social – RGPS –, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 100, de 5 de novembro de 2007.

Art. 3º – As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de recursos orçamentários da Assembleia Legislativa.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia Legislativa, 14 de dezembro de 2021.

Mesa da Assembleia

Justificação: O projeto de lei que ora apresentamos tem por finalidade reajustar o valor do índice básico utilizado para calcular a remuneração e os proventos dos servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA –, apurada no período de 1º de março de 2020 a 31 de março de 2021, no percentual de 6,44% (seis vírgula quarenta e quatro por cento).

Ressaltamos que a Assembleia Legislativa vem cumprindo rigorosamente os comandos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Conforme se pode verificar no Demonstrativo da Despesa de Pessoal relativo a 2020, o gasto da Secretaria da Assembleia Legislativa na área de pessoal, sem a dedução de inativos e pensionistas, foi de 1,51% em relação à receita corrente líquida – bem abaixo, portanto, do limite imposto pela LRF.

Pelas razões apresentadas e dada a relevância da matéria tratada na presente proposição, solicitamos o apoio à sua aprovação.

– Publicado, vai o projeto à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 79, inciso VIII, alínea “a”, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 9.502/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Andrey Nicioli, vigário da paróquia São José Operário, em Pouso Alegre. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 9.519/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações consubstanciadas no estudo técnico elaborado pela Unidade de Serviços de Informações e Estudos Econômicos da Copasa-MG, apresentado pela Sra. Elisângela Martins de Oliveira, gerente desta unidade, na reunião do Conselho de Administração e Conselho Fiscal realizada no dia 29 de outubro de 2020. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão do Trabalho. Anexe-se ao Requerimento nº 7.036/2020, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 9.699/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais pedido de providências para atualizar, até o mês de outubro de 2021, as informações da execução das ações da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais, instituída pela Lei nº 22.806, de 2017.

Nº 9.701/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, ao Instituto Mineiro de Agropecuária e à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais pedido de providências para a imediata execução do Plano de Ação da Estratégia Intersetorial de Redução do Uso de Agrotóxicos e Apoio à Agroecologia e à Produção Orgânica em Minas Gerais – Planera. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 9.711/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, ao governador do Estado, ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG –, ao Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – e ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG – pedido de providências para que o Fundo de Erradicação da Miséria – FEM – e o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – Fhidro – cumpram a finalidade que motivou sua criação de atender às necessidades de garantias ambientais e demanda da população vulnerável, diante da situação de privação do direito à alimentação.

Nº 9.712/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp –, à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG –, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG –, ao Ministério Público Federal – MPF – em Belo Horizonte, à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG –, à Defensoria Pública da União – DPU – e à Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais – CEPCT-MG – em Belo Horizonte pedido de providências para que se apure o incêndio criminoso ocorrido no acampamento localizado na Fazenda São Francisco, território tradicional geraizeiro, do núcleo de Lamarão, no Município de Grão-Mogol.

Nº 9.713/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Coral Banzo do Quilombo Pega pela valorização, preservação e difusão da cultura negra e quilombola no Município de Virgem da Lapa.

Nº 9.714/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos – MTD –, com sede no Município de Belo Horizonte, pelos 21 anos de sua fundação.

Nº 9.715/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulada manifestação de repúdio pela prisão injustificável do Sr. Auro Maia, cidadão, professor, ex-vereador, ex-secretário municipal de Assistência Social do Município de Passos e ativista social pelos direitos das pessoas em situação de rua, efetuada pela Polícia Militar em 20/2/2021, no referido município, por filmar a abordagem da PM a um menor que estava em visível crise de automutilação e requeria cuidados médicos urgentes e cuja mãe também se encontrava em situação de rua.

Nº 9.716/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Belo Horizonte pedido de informações sobre quais são as medidas previstas ou em andamento para a regularização fundiária urbana – Reurb – ou plano de urbanização nos assentamentos nas áreas pertencentes às ocupações na região da Izidora, considerando-se, especialmente, o acordo judicial estabelecendo tal responsabilidade ao município, nos termos relatados à comissão durante audiência pública realizada em 15/10/2021, esclarecendo-se o número de ruas liberadas (discriminadas por ocupação) para a implantação dos serviços de água, esgotamento sanitário e energia elétrica; o respectivo quantitativo de famílias a serem atendidas (também discriminadas por ocupação); e qual a data prevista para a efetiva liberação da totalidade das ruas da região da Izidora para a implementação desses serviços públicos.

Nº 9.717/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Santa Luzia e ao secretário de Desenvolvimento Urbano de Santa Luzia pedido de informações sobre o andamento da regularização fundiária urbana – Reurb – nos assentamentos nas áreas pertencentes às ocupações na região da Izidora, localizadas no Município de Santa Luzia, nos termos estabelecidos, especialmente, nos Decretos nºs 3.863, de 20/8/2021, e 3.867, de 25/8/2021, esclarecendo-se o número de ruas liberadas (discriminadas por ocupação) para a implantação dos serviços de água, esgotamento sanitário e energia elétrica; o respectivo quantitativo de famílias a serem atendidas (também discriminadas por ocupação); e qual a data prevista para a efetiva liberação da totalidade das ruas da região da Izidora para a implementação desses serviços públicos.

Nº 9.718/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre o cronograma ou plano de trabalho, incluindo esclarecimentos acerca dos recursos previstos, para a efetiva implantação do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos territórios das ocupações da Izidora – Helena Greco, Rosa Leão, Esperança e Vitória –, considerando-se a obrigação estabelecida por acordo judicial atribuindo à companhia tal responsabilidade, nos termos relatados à comissão durante audiência pública realizada em 15/10/2021. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.719/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Rede América de Televisão pela inauguração do Canal 17 no Município de Ouro Fino e região, novo canal de televisão que irá produzir conteúdo audiovisual local, proporcionando informação e entretenimento para toda a região. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 9.721/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo, à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações substanciadas na relação e detalhamento dos projetos prioritários do governo do Estado no sentido de garantir a segurança hídrica e o saneamento básico para as comunidades quilombolas localizadas nas regiões do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, em face das graves denúncias apresentadas na 24ª Reunião Extraordinária, realizada em 18/10/2021, com a finalidade de debater a falta de acesso à água em comunidades quilombolas do Médio Jequitinhonha, bem como o *link* para o inteiro teor da referida reunião. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.722/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Defensoria Pública de Minas Gerais pedido de providências para o estudo e a adoção das medidas administrativas e judiciais inerentes ao direito à reparação por danos morais e materiais de moradores das ocupações na região da Izidora, especialmente no que se refere à morte da criança João Vitor, que perdeu a vida atropelado por um caminhão-pipa na Ocupação Vitória, em Belo Horizonte, analisando-se a possível responsabilidade de órgãos estaduais e municipais em face da negligência na prestação dos serviços públicos na localidade, o que inclui o acesso à água; e que seja enviado, para conhecimento, o *link* com o inteiro teor da 23ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/10/2021, com a finalidade de debater as possíveis violações de direitos humanos nas ocupações da Izidora – Helena Greco, Rosa Leão, Esperança e Vitória –, relacionadas à ausência de fornecimento de água e energia elétrica e às dificuldades de acesso às políticas socioassistenciais e de saúde.

Nº 9.723/2021, da deputada Leninha e outros, em que requerem seja formulada manifestação de apoio ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA-ZM – pela comemoração, no dia 14 de novembro de 2021, dos seus 34 anos de sua existência e história de luta pela agricultura familiar e pela agroecologia na Zona da Mata Mineira. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 9.724/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Edmilson Pereira Valias, presidente do grupo empresarial Edmil. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 9.725/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os agentes de segurança pública que promoveram ações em comemoração do Dia das Crianças, em 14/10/2021, em Astolfo Dutra, com crianças que fazem parte do projeto Escolinha de Capoeira – Abadá Capoeira, coordenado pelo mestre Neginho, o qual faz um trabalho educacional na cidade ensinando capoeira às crianças e despertando a atenção dos alunos em relação à importância de viver longe das drogas e da violência. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.727/2021, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para construção de rede de esgoto no Bairro Nossa Senhora de Lourdes, Município de Ibirité, na Av. Pará e na Rua Santa Marta, em caráter de urgência. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 9.730/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja apurada possível transgressão ou crime praticado por professor da Escola Estadual Antônio Thomaz Ferreira de Rezende, do Município de Uberlândia, ao constranger seus alunos, em sala de aula, com palavras que ofendem a honra do presidente Jair Messias Bolsonaro. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 9.731/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com o 2º-Sgt. PM Cláudio Márcio Lima Bicalho Silva pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Minas Gerais. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.732/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado aos juízes de Direito das Varas da Fazenda Pública e Autarquias e aos desembargadores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais pedido de providências para que busquem solução, junto ao governo do Estado, para o descumprimento do acordo público firmado com os servidores da segurança pública relativo à recomposição da perda inflacionária da classe.

Nº 9.733/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de providências para, no exercício da função de polícia judiciária, seja apurada a conduta e o possível cometimento de infrações penais pela motociclista que aparece em vídeo, amplamente divulgado nas redes sociais, pichando um *outdoor* na cidade de Salinas.

Nº 9.734/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Diretoria de Educação Escolar e Assistência Social – Deecas – da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que sejam prestados, com brevidade, os devidos serviços socioassistenciais ao 2º-Sgt. PM Paulo Robério Mendes Lima, lotado em Santa Margarida, o qual, após encomendar um botijão de gás, teve sua residência incendiada.

Nº 9.735/2021, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com as unidades dos Tiros de Guerra de Oliveira e de Visconde do Rio Branco pelos serviços prestados à juventude e à pátria, e com os respectivos municípios que acolhem esses Tiros de Guerra. (– À Comissão de Esporte.)

Nº 9.736/2021, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec – pedido de providências para execução de plano de contingência e mitigação na cidade de Sem Peixe, atingida, nos últimos dias, pelas fortes chuvas, que provocaram destruição e danos à infraestrutura local, como as estradas, gerando enormes prejuízos. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.737/2021, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec – pedido de providências para execução de plano de contingência e mitigação na cidade de Alvinópolis, atingida, nos últimos dias, pelas fortes chuvas, que provocaram destruição e danos à infraestrutura local, como as estradas, gerando enormes prejuízos. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.738/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Espera Feliz pelos seus 35 anos de existência, luta e defesa em prol da classe trabalhadora.

Nº 9.739/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e Região pelos seus 89 anos de existência, luta e atuação na defesa da classe trabalhadora.

Nº 9.740/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que apresente ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais proposta de recomposição salarial dos trabalhadores da categoria compatível com as perdas decorrentes da inflação acumulada nos últimos três anos.

Nº 9.741/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre o provisionamento dos recursos necessários para pagamento da reposição salarial de seus funcionários, estimada em 17,47%, segundo estudos realizados pelo Dieese e apresentados na 13ª reunião extraordinária da comissão. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.742/2021, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Água Comprida pelo aniversário de 68 anos desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 9.743/2021, do deputado Professor Irineu, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas no contrato de concessão e contrapartidas da Pedreira MBV, Mineração Bela Vista, situada no Bairro Solar do Madeira, no Município de Contagem. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.744/2021, do deputado Professor Irineu, em que requer seja encaminhado à gerente regional da Agência Nacional de Mineração em Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas no contrato de concessão e contrapartidas da Pedreira MBV, Mineração Bela Vista, situada no Bairro Solar do Madeira, no Município de Contagem. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 9.745/2021, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para seja realizada a manutenção corretiva, em caráter de urgência, da rede elétrica do Bairro Caladinho de Cima, no Município de Coronel Fabriciano, notadamente no transformador localizado na Rua Tapuias, tendo em vista as constantes quedas de energia que têm ocorrido na região. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 9.746/2021, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao Ten.-Cel. PM Waldir dos Santos Teixeira, comandante do 54º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais em Ituiutaba pedido de providências para que seja realizado policiamento preventivo nos Bairros Nova Ituiutaba II e Nova Ituiutaba IV, com o objetivo de garantir que os conjuntos habitacionais inacabados na região não sejam invadidos ou depredados. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.747/2021, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao superintendente executivo de Habitação da Caixa Econômica Federal, Bruno Gomes de Oliveira, pedido de informações sobre o cronograma de retomada das obras e de entrega dos imóveis referentes aos programas habitacionais Nova Ituiutaba II e Nova Ituiutaba IV, no Município de Ituiutaba.

Nº 9.748/2021, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Caixa Econômica Federal – CEF – em Ipatinga pedido de providências para que seja agilizada a retomada das obras inacabadas dos conjuntos habitacionais Bom Jardim e Veneza II, após a aprovação, no Congresso Nacional, de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social para a conclusão de obras de moradias inacabadas.

Nº 9.749/2021, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Guanhães pelo aniversário de 146 anos desse município.

Nº 9.750/2021, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, em que requer seja encaminhado à Presidência da República pedido de providências para a criação de um programa similar ao National Community Solar Partnership, do Departamento de Energia dos Estados Unidos, cujo objetivo é instalar painéis solares em comunidades pobres, que poderão utilizar a energia solar gerada de forma comunitária. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 9.751/2021, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Regional pedido de providências para a criação de um programa similar ao National Community Solar Partnership, do Departamento de Energia dos Estados Unidos, cujo objetivo é instalar painéis solares em comunidades pobres, que poderão utilizar a energia solar gerada de forma comunitária. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 9.752/2021, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, em que requer seja encaminhado ao presidente do Senado pedido de providência para criação de um programa similar ao National Community Solar Partnership, do Departamento de Energia dos Estados Unidos, cujo objetivo é instalar painéis solares em comunidades pobres, que poderão utilizar a energia solar gerada de forma comunitária. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 9.753/2021, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para criação de um programa similar ao National Community Solar Partnership, do Departamento de Energia dos Estados Unidos, cujo objetivo é instalar painéis solares em comunidades pobres, que poderão utilizar a energia solar gerada de forma comunitária. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 9.754/2021, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, em que requer seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de providências para criação de um programa similar ao National Community Solar Partnership, do Departamento de Energia dos Estados Unidos, cujo objetivo é instalar painéis solares em comunidades pobres, que poderão utilizar a energia solar gerada de forma comunitária. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 9.755/2021, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam implementados, de forma gratuita, cursos de formação técnica para instalação e manutenção dos sistemas de energia fotovoltaica na Rede Uaitec, em parceria com outras instituições de ensino, a exemplo do que está sendo elaborado pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG. (– À Comissão de Educação.)

Nº 9.756/2021, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que seja dada prioridade para a ligação de energia aos projetos de energia fotovoltaica financiados pela Caixa Econômica Federal. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 9.758/2021, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado à VLI Logística em Belo Horizonte pedido de informações consubstanciadas em relatório referente a ocorrências de roubo e furtos de ferro-gusa na Região Metropolitana de Belo Horizonte, juntamente com a cópia dos registros de ocorrência referentes a esses fatos. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.759/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que efetue instalação elétrica na aldeia Naô Xohãn, localizada no Município de São Joaquim de Bicas, conforme termos da parceria estabelecida entre a Funai, a prefeitura do município e a Cemig. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 9.760/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Grupo Pardini pelo marco de um ano de existência do programa Diversidade e Inclusão que, com honroso e fundamental trabalho, vem alcançando resultados relevantes na promoção da diversidade e inclusão na instituição em todo o território nacional, em especial no Estado de Minas Gerais. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 9.763/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer sejam formulados votos de congratulações com os seguintes acadêmicos, titulares e fundadores da Academia de Letras de Arcos – Alarc –, instituição que contribuirá com o enriquecimento literário, artístico e cultural na cidade de Arcos e região: Rosana Cristina Ferreira Silva, Kátia Peixoto de Sousa Fonseca, Arilton Carlos Martins, Vagna Maria de Oliveira Almeida, Leila Maria Rodrigues, Rivane Rodrigues Ferreira, Adriana Augusta de Oliveira, Ismeraldino Beirigo da Silva, Maria Marlene Rodrigues de Sousa, Adircilene Lerilda Batista e Silva, Ronaldo Gaspar Ribeiro, Lázara Teixeira de Sousa e Geraldo Adriano da Silva. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 9.764/2021, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Delegado Heli Grilo e Bosco, em que requerem seja formulado voto de congratulações com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae – pela realização da Semana Internacional do Café, evento agropecuário referência no Brasil e no mundo. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 9.765/2021, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Delegado Heli Grilo e Bosco, em que requerem seja formulado voto de congratulações com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – Seapa – pela realização da Semana Internacional do Café, evento agropecuário referência no Brasil e no mundo. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 9.766/2021, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Delegado Heli Grilo e Bosco, em que requerem seja formulado voto de congratulações com a Revista Café Editora pela realização da Semana Internacional do Café, evento agropecuário referência no Brasil e no mundo. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 9.767/2021, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Delegado Heli Grilo e Bosco, em que requerem seja formulado voto de congratulações com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg – pela realização da Semana Internacional do Café, evento agropecuário referência no Brasil e no mundo. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 9.768/2021, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis e rodoviários federais pela operação integrada realizada no dia 19/11/2021, em Juiz de Fora, que resultou na prisão de seis pessoas e na apreensão de três veículos e quase nove toneladas de maconha, sendo considerada a maior apreensão de drogas em Minas Gerais. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.769/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para o desenvolvimento das ferramentas necessárias à publicização, para os beneficiários, dos processos de concessão de indenização para os filhos segregados de pais com hanseníase, nos termos da Lei nº 23.137, de 2018, de forma a garantir-lhes o acompanhamento do andamento dos procedimentos e a interlocução com a equipe da comissão de avaliação responsável pelas análises.

Nº 9.770/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e ao Comitê de Orçamentos e Finanças pedido de providências com vistas à majoração do valor previsto para indenização dos filhos segregados de pais com hanseníase submetidos à política de isolamento compulsório em Minas Gerais, nos termos da Lei nº 23.137, de 2018.

Nº 9.771/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que se estenda aos filhos segregados de pais com hanseníase o direito ao recebimento da cota crua (cesta básica), que já é previsto para os pacientes com hanseníase, tendo em vista a situação de grave insegurança alimentar vivenciada por esse público.

Nº 9.772/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências com vistas à articulação e à implementação de projetos direcionados aos filhos segregados de pais com hanseníase, submetidos à política de isolamento compulsório em Minas Gerais, considerando-se a necessidade de atenção e atendimento multidisciplinar a esse público.

Nº 9.773/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas ao desenvolvimento de ações afirmativas direcionadas aos filhos segregados de pais com hanseníase submetidos à política de isolamento compulsório em Minas Gerais, com sua inclusão como público foco de políticas setoriais, como nas áreas de saúde, habitação e trabalho e emprego e renda, como forma de reconhecimento pelas históricas violências vivenciadas, as quais devem ser consideradas para o alcance da justiça e da efetiva reparação, o que não se esgota no pagamento da indenização pecuniária prevista na Lei nº 23.137, de 2018.

Nº 9.774/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas ao recebimento, pelos herdeiros necessários, da indenização prevista na Lei nº 23.137, de 2018, devida aos filhos segregados de pais com hanseníase submetidos à política de isolamento compulsório em Minas Gerais, após o falecimento do beneficiário.

Nº 9.775/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que sejam incrementados, como medida prioritária, os trabalhos da comissão de avaliação responsável pela análise dos processos de concessão da indenização aos filhos segregados de pais com hanseníase, nos termos da Lei nº 23.137, de 2018, especialmente no que se refere à garantia de recursos humanos e de infraestrutura necessários ao efetivo cumprimento do novo dimensionamento para finalização das análises, prevista para dezembro de 2022, nos termos apresentados à comissão durante audiência pública realizada em 16/11/2021.

Nº 9.776/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República e ao presidente da Fundação Nacional do Índio pedido de informações sobre quais ações ou estratégias de interiorização de venezuelanos vêm sendo desenvolvidas junto aos municípios de Minas Gerais no âmbito da Operação Acolhida, coordenada pelo governo federal.

Nº 9.777/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Social, de Justiça e Segurança Pública, de Saúde, de Educação e de Cultura e Turismo pedido de providências para que seja priorizada, no âmbito do Plano Plurianual de Ação Governamental e da Lei Orçamentária Anual, a previsão de ações e recursos necessários à implementação do Plano Estadual de Políticas Públicas para Refugiados, Migrantes, Apátridas e Retornados de Minas Gerais.

Nº 9.778/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Montes Claros pedido de informações sobre as ações ou os projetos existentes no município para o acolhimento e atendimento da população migrante, especialmente dos indígenas e dos haitianos, especificando-se quais são as estratégias adotadas em caráter emergencial com foco nesse público.

Nº 9.779/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para realizar, de maneira prioritária, o mapeamento da população migrante no Estado e o apontamento das vulnerabilidades verificadas, como forma de propiciar o desenvolvimento de ações governamentais efetivas para o atendimento desse público, bem como subsidiar a consolidação do Plano Estadual de Políticas Públicas para Refugiados, Migrantes, Apátridas e Retornados de Minas Gerais e da legislação estadual inerente.

Nº 9.780/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para a constituição de mesa técnica de resposta emergencial de acolhida às demandas na área de migração (nos termos já sinalizados em reunião anterior realizada com a presença da deputada Leninha), visando à articulação intergovernamental de saberes e ações relativas à garantia dos direitos da população migrante, notadamente de origem indígena, considerando-se que o atual contexto exige permanente coordenação dos órgãos públicos do Estado e dos municípios para a necessária resposta de áreas e agentes diversos, de forma multidisciplinar.

Nº 9.781/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e à Secretaria-Geral do Estado, por meio da Subsecretaria de Comunicação Social e Eventos, pedido de providências para implementar ações direcionadas a canais de comunicação – como TV, rádio, redes sociais e internet – com o objetivo de esclarecer que a população migrante e refugiada indígena, ainda que em mobilidade por municípios mineiros, não se trata de grupo populacional em situação de rua e realizar campanhas publicitárias para o enfrentamento da xenofobia e do racismo que atinge a população migrante no Estado.

Nº 9.782/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para executar, em caráter prioritário, as medidas necessárias ao integral cumprimento da Recomendação DPE nº 04/2021, datada de 28/10/2021, oriunda da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, relacionada ao acolhimento de grupos indígenas venezuelanos da etnia Warao no Abrigo São Paulo, Município de Belo Horizonte, e à adoção de políticas públicas adequadas (com foco em assistência social, moradia, alimentação, saúde e educação), por meio da atuação coordenada e imediata.

Nº 9.783/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências com vistas a atuar no apoio ao acolhimento e ao atendimento de grupos indígenas venezuelanos da etnia Warao no Estado, particularmente em Belo Horizonte, especialmente no que toca à articulação para a adoção de políticas públicas adequadas (com foco na assistência social, moradia, alimentação, saúde e educação), incluindo a prestação de

orientações e suporte técnico necessário para a revalidação de diplomas de cursos de graduação e o reconhecimento dos diplomas de pós-graduação *stricto sensu*, expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior, como forma de propiciar a esse público condições de inserção no mercado de trabalho.

Nº 9.784/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que a pasta replique em outros municípios as exitosas práticas, atualmente desenvolvidas no Município de Contagem, que visam coibir a violência contra a mulher, conforme debate realizado na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em 11/11/2021, devendo ser encaminhado ao referido órgão as notas taquigráficas da 15ª Reunião Extraordinária dessa comissão, que teve por finalidade debater iniciativas educacionais com temáticas ligadas à prevenção da violência contra a mulher, como o concurso de redação promovido pela prefeitura de Contagem com o tema “Educação: um caminho na prevenção da violência contra a mulher”, para conhecimento.

Nº 9.785/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Prefeitura do Município de Contagem pelas exitosas práticas, atualmente desenvolvidas pelo município, que visam prevenir a prática de atos de violência contra a mulher.

Nº 9.786/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja formulada manifestação de repúdio a Pablo Henrique Dantas Freitas, conhecido popularmente como Pablo de Melo, pelas manifestações com conteúdo racista contra Kênia Beatriz Oliveira dos Santos, por meio de redes sociais, nos seguintes termos: “A gente vai defender os interesses da população e logo cedo tem que ler esse tipo de conversa de gente que carrega no sangue o estilo de serviçal da Casa Grande!”.

Nº 9.787/2021, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a instalação de sinalizador ou faixa elevada no trecho da Rodovia MG-347, que corta o Bairro Resende, no Município de Pedralva. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 9.789/2021, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – e ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG –, pedido de providências para a instauração do processo de registro do Doce de Leite Viçosa como patrimônio cultural imaterial do Estado no Iepha-MG, nos termos do Decreto nº 42.505, de 2002, que institui as formas de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem patrimônio cultural de Minas Gerais. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 9.790/2021, do deputado Delegado Heli Grilo, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Armando Avolio Neto, delegado regional, com a Sra. Camila da Silva Miller, delegada, com os investigadores Bruno Augusto Oliveira do Morin, Raian Martins Andrade, Wemerson Jose dos Santos, Leonardo da Silva Garcia e Marcelle Aparecida Alves Pelloso e com os policiais rodoviários federais Flavio Loures de Barros, Raquel Nogueira Guilhon Loures, Rogério Antônio Gonçalves, Francisco Duarte Vieira Júnior, Eber Paulo de Oliveira e Rejane Carvalho de Almeida pela operação realizada em 19/11/2021, em Juiz de Fora, que culminou na apreensão de cerca de nove toneladas de maconha, duas carretas, três veículos de passeio, entre eles um clonado, e na prisão de seis indivíduos, um deles paraguaio. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela deputada Delegada Sheila. Anexe-se ao Requerimento nº 9.768/2021, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 9.791/2021, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal pedido de providências para apresentação de projeto de lei complementar que equipare a medicina veterinária e as atividades médicas veterinárias às demais atividades de saúde, especialmente em relação à tributação prevista na Lei Complementar nº 123, de 2006, a fim de corrigir as distorções existentes em relação às alíquotas aplicadas às demais atividades de saúde, no que tange a microempresas ou a empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 9.792/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer sejam formulados votos de congratulações com a Ten. PM Bárbara, com o Cb. PM Araújo, com o Sgt. PM Almeida e com a Sd. PM Lais pela atuação que paralisou a construção irregular de um galpão metálico no entorno da linha ferroviária localizada na área da Estação Ecológica do Cercadinho, no Bairro Belvedere.

Nº 9.793/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que os policiais militares que iniciaram o então Curso Técnico em Segurança Pública – CTSP – em fevereiro de 2007 sejam convocados para o Curso Especial de Formação de Sargentos – CEFS – previsto para 2022, salientando-se que mencionados militares foram promovidos a graduação de cabo em fevereiro de 2015, apenas 12 dias após a promoção da turma de 2006.

Nº 9.795/2021, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor –, e ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene –, pedido de informações sobre as medidas que estão sendo adotadas após reunião com a Secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme mencionado no Ofício Seapa/SUDRS nº 116/2021, em resposta ao Requerimento nº 8639/2021, desta Casa, em que foram solicitadas providências para que sejam equacionados os problemas de abastecimento de água ocasionados pela construção da barragem do Rio Setúbal, no Vale do Jequitinhonha, em especial nos Municípios de Jenipapo de Minas e Chapada do Norte e eventualmente em outras localidades afetadas pela referida barragem. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.796/2021, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor –, e ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene –, pedido de providências para que sejam equacionados os problemas de abastecimento de água nos Municípios de Jenipapo de Minas e Chapada do Norte e em outras localidades eventualmente afetadas pela turbidez da água provocada pela construção da barragem do Rio Setúbal, no Vale do Jequitinhonha.

Nº 9.797/2021, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que o Distrito de Bom Jesus Cana Brava, no Município de São João Evangelista, seja incorporado ao Programa estadual Alô Minas, com o objetivo de garantir o acesso da população local à telefonia móvel e à internet.

Nº 9.798/2021, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja fiscalizado o cumprimento do quadro de horários da Linha 411C, no Terminal São Benedito, em Santa Luzia.

Nº 9.799/2021, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para melhoria das condições de trafegabilidade da BR-367, entre os Municípios de Couto Magalhães e Leme de Prado.

Nº 9.800/2021, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para a inclusão do Terminal São Gabriel no edital de concessão dos terminais e estações do Move Metropolitano.

Nº 9.801/2021, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Sr. Alexandre Kalil, prefeito municipal de Belo Horizonte, pedido de providências com vistas a liberar o tráfego de veículos de transporte escolar nas pistas exclusivas do Move.

Nº 9.802/2021, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, pedido de providência para a ampliação do acostamento da MG 122 do Município de Janaúba até o entroncamento da BR 251.

Nº 9.803/2021, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a liberação de recursos emergenciais com a finalidade de iniciar programa de mutirão de cirurgias eletivas. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 9.804/2021, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado à Controladoria-Geral do Estado – CGE – pedido de providências para que seja apurado eventual conflito de interesses com a contratação de ex-secretário da Seinfra para a Presidência da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR – e a participação de filiadadas a essa associação, ou da própria entidade, em planejamentos, estudos, licitações, contratos etc. no Estado, em especial nos que envolvam o rodoanel metropolitano. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 9.805/2021, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que sejam adotados os projetos para o rodoanel metropolitano sugeridos pelos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Médio Paraopeba, encabeçados pelo prefeito de Betim. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 9.806/2021, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a contratação da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias AB-CR e/ou do Movimento Brasil Competitivo MBC para a realização de planejamento e estudos das obras do rodoanel metropolitano para viabilizar a estruturação de projeto para desenvolver os estudos de viabilidade e a modelagem, a manutenção e a operação, com o envio de cópias de todos os documentos referentes à contratação. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.807/2021, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao advogado-geral do Estado e ao controlador-geral do Estado pedido de informações consubstanciadas em cópias de todos os dados e documentos pertinentes ao acordo de leniência firmado pela empresa Andrade Gutierrez em agosto deste ano. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão de Fiscalização Financeira. Anexe-se ao Requerimento nº 9.413/2021, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 9.808/2021, do deputado Doutor Paulo, em que requer seja formulado voto de congratulações com as Sras. Beatriz Bertolaccini Martínez e Daniela Francescato Veiga e com os Srs. Rafael Lazzarotto Simioni e Geraldo Magela Salomé, professores da Universidade do Vale do Sapucaí – Univas – pelo ingresso e posição no *ranking* dos cientistas mais influentes da América Latina do AD Scientific Index 2021. (– À Comissão de Educação.)

Nº 9.809/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da ocorrência, em Itapagibe, no Triângulo Mineiro, que resultou na apreensão de quase meia tonelada de pasta-base de cocaína, na MG-255, material valorado em mais ou menos R\$55 milhões. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.811/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que atuaram na localização e apreensão de um adolescente de 14 anos que roubou, estuprou e esfaqueou uma mulher de 54 anos, em Tupaciguara. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.812/2021, do deputado Doutor Paulo, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Pouso Alegre Futebol Clube – PAFC – por sua atuação no futebol, o que o levou à conquista de vaga na 1ª divisão do Campeonato Mineiro, possibilitando sua participação no Campeonato Brasileiro e na Copa do Brasil em 2021. (– À Comissão de Esporte.)

Nº 9.813/2021, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja divulgado o calendário de pagamento referente às férias-prêmio convertidas em espécie devidas aos servidores públicos estaduais de acordo com a data da aposentadoria, para que os servidores tenham ciência com antecedência sobre quem será contemplado no mês.

Nº 9.814/2021, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre os critérios utilizados para definir a ordem de pagamento do passivo referente às férias-prêmio convertidas em espécie devidas aos servidores públicos estaduais, uma vez que vários servidores relatam falta de transparência no processo de pagamento e indícios de que o critério da ordem cronológica de publicação da aposentadoria tem sido desrespeitada. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.815/2021, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, em que requer seja encaminhado à Copasa pedido de providências com vistas à expansão da sua rede de distribuição de água, por meio da implantação de uma subestação no Distrito Industrial 2, em Montes Claros, local onde será instalada uma unidade da Eurofarma e poderão a vir a ser instaladas outras indústrias no futuro. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 9.816/2021, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, em que requer seja encaminhado à Cemig pedido de providências para a expansão da sua rede de distribuição de energia, por meio da implantação de uma subestação no Distrito Industrial 2, em Montes Claros, onde será instalada uma unidade da Eurofarma e poderão vir a ser instaladas outras indústrias no futuro. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 9.817/2021, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que os conteúdos relacionados às normas legais que regulam o registro, o cadastro, a aquisição e o porte de armas e de munições por caçadores, atiradores e colecionadores sejam incluídos nos treinamentos e atualizações dos policiais militares do Estado, considerando-se a recente entrada em vigor do Decreto nº 10.629, de 12 de fevereiro de 2021, de modo a reforçar o conhecimento técnico do policial militar e qualificar sua preparação para atuar com segurança e profissionalismo em prol da população e de seu próprio bem-estar. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 9.818/2021, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit –, no Estado de Minas Gerais, pedido de providências para a instalação de sinalização adequada e de redutores de velocidade na BR-367, numa extensão de aproximadamente 5km de curvas e declive acentuados, no trecho que vai do povoado de Poço Dantas até a ponte sobre o Rio Araçuai, e se estende até a comunidade do Barreiro, tendo por referência o km 444, no Município de Turmalina, em razão do elevado registro de acidentes com vítimas fatais. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 9.819/2021, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a fiscalização do efetivo cumprimento da Lei nº 16.297, de 1º de agosto de 2006, que determina a inclusão do leite na merenda escolar dos estabelecimentos da rede estadual de ensino e dispõe sobre a divulgação do produto, considerando a importância nutricional do leite para a alimentação dos estudantes mineiros, a aptidão e a relevância da atividade leiteira para o Estado. (– À Comissão de Educação.)

Nº 9.820/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis e rodoviários federais pela atuação na operação integrada entre as polícias civil e rodoviária federal, realizada no dia 19/11/2021, em Juiz de Fora, que resultou na prisão de seis pessoas e na apreensão de três veículos e quase nove toneladas de maconha, sendo considerada a maior apreensão de drogas em Minas Gerais. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela deputada Delegada Sheila. Anexe-se ao Requerimento nº 9.768/2021, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 9.821/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre os impactos da proposta de privatização da CeasaMinas no cálculo e no pagamento do Valor Adicionado Fiscal – VAF – para os municípios, em especial para os que são sede dos entrepostos da Ceasa. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.822/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre os planos de destinação e gerenciamento dos espaços da CeasaMinas, de propriedade e

administração do governo do Estado, a saber: as portarias, os mercados livres do produtor – MLPs – e o pavilhão 4 do entreposto de Contagem, nos estudos de privatização dos demais espaços de propriedade do governo federal.

Nº 9.823/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre os planos de destinação e gerenciamento dos espaços da CeasaMinas, de propriedade e administração do governo do Estado, constituídos pelas portarias, pelos Mercados Livres do Produtor – MLPs – e pelo pavilhão 4 do entreposto de Contagem, nos estudos de privatização dos demais espaços de propriedade do governo federal. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.824/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Movimento Transporte Legal e Responsável e com a sua comissão de mobilização, pelas respectivas atuações no processo de aprovação do Projeto de Lei nº 1.155, que regulamentou o transporte de fretamento no Estado, e na defesa do emprego e dos interesses dos trabalhadores em transportes rodoviários de Minas Gerais.

Nº 9.825/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para coordenar e ofertar, por meio da Escola de Formação em Direitos Humanos, cursos de formação em práticas e ações antirracistas e antidiscriminatórias para os servidores públicos, de forma a qualificar o atendimento nos serviços públicos dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 9.826/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais pedido de providências para ofertar, por meio da Escola do Legislativo, cursos de formação em práticas e ações antirracistas e antidiscriminatórias para seus servidores públicos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.827/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para que seja ofertada, por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, cursos de formação em práticas e ações antirracistas e antidiscriminatórias para seus servidores públicos. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 9.828/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja formulado voto de congratulações com o professor Diogo Veloso por sua valorosa, destacada e dedicada atuação na defesa de uma educação pública de qualidade em Minas Gerais.

Nº 9.829/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja formulada manifestação de apoio ao professor Diogo Veloso da Escola Estadual Antônio Thomaz Ferreira de Rezende, localizada em Uberlândia, pelas perseguições, ataques e humilhações que ele vem sofrendo desde que a sua aula foi gravada e divulgada ilegalmente, com edições das falas e exposição da sua imagem, o que configura nítida violação aos direitos à intimidade e à dignidade da pessoa humana, à liberdade de ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, arte e saber, garantidos pela Constituição da República.

Nº 9.830/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Ederson Alves da Silva, vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais – CES-MG –, por sua valorosa e importante história de atuação em defesa da ciência, pesquisa e tecnologia na área da saúde pública, em especial no enfrentamento da pandemia de covid-19.

Nº 9.831/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações, diante da ausência dos dados no Portal Transparência, consubstanciadas nas cópias dos contratos de gestão, convênios, termos de parcerias ou outros instrumentos jurídicos firmados pelo governo do Estado com o Instituto Iungo, bem como nos dados referentes à execução e aos valores pagos pelo governo do Estado ao referido instituto. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.832/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações, diante da ausência dos dados no Portal da Transparência, consubstanciadas nas cópias dos contratos de gestão, convênios, termos de parcerias ou outros instrumentos jurídicos firmados pelo governo do Estado com o Instituto Unibanco e o

Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, bem como nos dados referentes à execução e aos valores pagos pelo governo do Estado aos referidos institutos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.833/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a regularização das matrículas dos cursos técnicos e profissionais em segurança do trabalho e logística da Escola Estadual João Paulo I, localizada no Município de Betim, tendo em vista as denúncias de inconsistências do Sistema Único de Controle de Efetivos e Movimentações – Suceem – considerando-se que, até novembro de 2021, o sistema não reconheceu as vagas previstas no plano de atendimento para o ano de 2022.

Nº 9.834/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências com vistas à inclusão de conteúdo temático específico sobre a vida e os feitos de Santos Dumont na grade curricular no Estado, com o objetivo de promover o reconhecimento das realizações desse importante mineiro.

Nº 9.835/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – pedido de providências para que seja afastado o Sr. Danilo Dupas, atual diretor do Inep, em razão das diversas denúncias de diretores técnicos desse órgão que, às vésperas da realização do Enem 2021, pediram demissão e denunciaram de maneira ampla a falta de comando técnico para a realização do Enem, o clima de insegurança e medo que é gerado pela atual gestão, além da alteração de cerca de vinte questões por motivo de pressão, buscando montar uma prova com a cara do governo federal, conforme palavras do próprio presidente da República, Jair Bolsonaro.

Nº 9.836/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que oriente o Município de Guaranésia sobre as alternativas de financiamento dos serviços socioassistenciais prestados por entidades sociais, conforme previsto nas normativas da política de assistência social, de modo a atender as necessidades das crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.837/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para alocação de recursos na Ação 1066 – Transferência de Renda para Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social – para a estruturação de programa continuado de transferência de renda, conforme demanda resultante do processo de discussão participativa para a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, para o exercício de 2022. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.838/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para alocação de recursos na Ação 1066 – Transferência de Renda para Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social –, para estruturação de programa continuado de transferência de renda no Estado, demanda resultante do processo de discussão participativa para revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, para o exercício de 2022. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.839/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para dar continuidade à implantação dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – Creas – regionais, conforme meta pactuada no Plano Estadual de Regionalização da Proteção Social Especial. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.840/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que no âmbito da Ação 4535 – Rede Cuidar: Aprimoramento da Rede Socioassistencial do Suas – seja proporcionado apoio técnico e financeiro aos Centros-Dia das Apaes. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.841/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para alocação de recursos na Ação 4132 – Piso Mineiro de Assistência Social Fixo – para o reajuste do piso mineiro a partir de janeiro de 2022, com a finalidade de atender as reais demandas dos municípios quanto aos benefícios eventuais, bem como de possibilitar a utilização mais ampla dos recursos em outros serviços tipificados, visto que o valor do cofinanciamento praticado é insuficiente para execução de forma qualificada de todas as ações permitidas na Ação 4132. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.842/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a realização do diagnóstico das situações de violência em municípios de pequeno porte 1 sem cobertura de Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas –, que se encontra em andamento, para subsidiar a rediscussão do Plano Estadual de Regionalização da Proteção Social Especial. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.843/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para, no âmbito da Ação 1039 – Enfrentamento à Violência contra a Mulher –, do Programa 5 – Investigação –, adotar medidas de fortalecimento e intensificação de ações da campanha “O silêncio também mata. Não se cale! Denuncie!”, em todas as regiões do Estado, a fim de encorajar mulheres em situação de violência e pessoas que presenciem ou tomem conhecimento dessa violência a romper com o silêncio e denunciá-la. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.844/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que promova a divulgação detalhada, regular e de fácil acesso e compreensão, em seu *site* institucional, de dados e informações sobre todo tipo de violência contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos no Estado, notadamente a violência sexual, especificando o tipo de violência praticada, a idade e o gênero da vítima e o município de ocorrência, entre outros dados que favoreçam o princípio da publicidade, bem como o acompanhamento e o controle social em relação a esse problema e aos resultados da política de segurança pública do Estado. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.845/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – pedido de providências para que promova a divulgação, em seu *site* institucional, de forma detalhada, regular, de fácil acesso e compreensão, de dados e informações sobre todo tipo de violência contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos no Estado, notadamente a violência sexual, especificando-se o tipo de violência praticada, a idade e o gênero da vítima, o município de ocorrência, entre outros dados que favoreçam o princípio da publicidade, bem como o acompanhamento e o controle social em relação a esse problema e aos resultados da política de segurança pública do Estado. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.846/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para, no âmbito da Ação 1067 – Projeto Delegacia Rural –, do Programa 5 – Investigação –, ampliar o número de delegacias especializadas em investigação e repressão a crimes rurais, a fim de potencializar a apuração de crimes ocorridos nas zonas rurais de todo o Estado, com a responsabilização dos autores e conseqüente redução dos índices de criminalidade referentes a essa modalidade. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.847/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades que especifica, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.848/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que intensifique o policiamento no transporte público da Região Metropolitana de Belo

Horizonte, dentro e fora dos coletivos (pontos de ônibus e estações de integração), a fim de aumentar a sensação de segurança dos usuários do sistema e coibir as práticas criminais. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.849/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que intensifique a realização de operações policiais com vistas a coibir delitos cujas vítimas são pessoas que exerçam atividade profissional de transporte de passageiros individuais (taxistas e motoristas de aplicativo) ou de entrega de mercadoria (entregadores de aplicativo). (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.850/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para, no âmbito da Ação 4166 – Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco – Gepar –, do Programa 034 – Polícia Ostensiva –, ampliar o número de localidades que contam com o Gepar, a fim de potencializar a prevenção de crimes, com consequente redução dos índices de criminalidade e aumento da sensação de segurança. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.851/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para, no âmbito da Ação 4558 – Modernização e Estruturação da Polícia Militar de Minas Gerais –, do Programa 034 – Polícia Ostensiva –, que sejam instaladas câmeras nos uniformes dos policiais militares do Estado, visando esclarecer e, principalmente, evitar situações relacionadas a comportamentos inadequados em abordagens policiais. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.852/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para, no âmbito da Ação 4169 – Bases Comunitárias –, do Programa 034 – Polícia Ostensiva –, ampliar o número de bases móveis da PMMG, a fim de potencializar a prevenção de crimes, com consequente redução dos índices de criminalidade e aumento da sensação de segurança. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.853/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que, na execução da Ação 4048 – Policiamento Ostensivo Geral –, do Programa 034 – Polícia Ostensiva –, fomentem ações preventivas de enfrentamento da prática do delito de importunação sexual no transporte público, com posterior divulgação dos resultados dessas ações à sociedade. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.854/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que, no âmbito do Programa 034 – Polícia Ostensiva –, fortaleça o sistema de videomonitoramento Olho Vivo nos municípios em que ele já tenha sido implementado e promova novas instalações naqueles que ainda não dispõem desse recurso, considerando os efeitos benéficos do uso dessa ferramenta pela PMMG, a exemplo do aumento da sensação de segurança e do efeito dissuasor em relação à prática de atos criminosos, o que acaba por repercutir positivamente na política de segurança pública do Estado. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.855/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que, no âmbito do Programa 034 – Polícia Ostensiva –, intensifique, em todo o Estado, a promoção de ações de policiamento ostensivo com vistas à prevenção da criminalidade em áreas comerciais, por meio de campanhas educativas, do aumento do número de abordagens a indivíduos suspeitos, do fomento de redes de comerciantes protegidos, da ampliação do sistema de videomonitoramento Olho Vivo e do trabalho articulado junto a outros órgãos de segurança pública, no intuito de reduzir as taxas de criminalidade de que são vítimas os comerciantes e consumidores. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.856/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades especificados, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 –, para o exercício

2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.857/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que estude a viabilidade de ampliação das regiões do Estado atendidas no âmbito da política pública de defesa civil e gestão de respostas a desastres e emergências do CBMMG, conforme o Plano de Comando 2015-2026, 4ª edição. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.858/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que, na execução da Ação 4472 – Gestão da Resposta a Desastres –, do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil –, todas as regiões intermediárias do Estado sejam contempladas com recursos orçamentários e metas físicas suficientes para suas respectivas demandas e necessidades no tocante à gestão de respostas a desastres e emergências, no âmbito da política pública de defesa civil. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.859/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que, na execução da Ação 4472 – Gestão da Resposta a Desastres –, do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil –, todas as Regiões Intermediárias do Estado sejam contempladas com recursos orçamentários e metas físicas suficientes para suas respectivas demandas e necessidades no tocante à gestão de respostas a desastres e emergências, no escopo da política pública de defesa civil. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.860/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que, na execução da Ação 4484 – Recrutamento, Treinamento e Formação de Bombeiros –, do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil –, todas as regiões intermediárias do Estado sejam contempladas com recursos orçamentários e metas físicas suficientes para atender as suas respectivas demandas e necessidades para a capacitação de militares e civis em atividades de prevenção e resposta a desastres, no âmbito da política pública de defesa civil. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.861/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que, na execução da Ação 4484 – Recrutamento, Treinamento e Formação de Bombeiros –, do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil –, todas as Regiões Intermediárias do Estado sejam contempladas com recursos orçamentários e metas físicas suficientes para suas respectivas demandas e necessidades no tocante à capacitação de militares e civis em atividades de prevenção e resposta a desastres, no escopo da política pública de defesa civil. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.862/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para, não havendo possibilidade de utilização de recursos destinados à instalação de unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – no Município de Pedra Azul, alocados na Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã –, com sugestão de remanejamento para a Ação 4479 – Expansão do CBMMG através da Criação e Ampliação de Unidades Prediais –, do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil –, que esses recursos sejam remanejados para a aquisição de materiais e equipamentos para outras unidades do CBMMG, preferencialmente as que atendem o Município de Pedra Azul. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.863/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que, não havendo possibilidade de utilização de recursos destinados à instalação de unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – no Município de Pedra Azul, alocados na Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã –, com sugestão de remanejamento para a Ação 4479 – Expansão do CBMMG através da Criação e Ampliação de Unidades Prediais –, do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil –, sejam esses

recursos remanejados para a aquisição de materiais e equipamentos para outras unidades do CBMMG, preferencialmente as que atendem o Município de Pedra Azul. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.864/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para, não havendo possibilidade de utilização de recursos destinados à instalação de unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – no Município de Pedra Azul, alocados na Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã –, com sugestão de remanejamento para a Ação 4479 – Expansão do CBMMG através da Criação e Ampliação de Unidades Prediais –, do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil –, que esses recursos sejam remanejados para a aquisição de materiais e equipamentos para outras unidades do CBMMG, preferencialmente as que atendem o Município de Pedra Azul. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.865/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a execução orçamentária de cada região do Estado em 2021, no âmbito da Ação 4472 – Gestão da Resposta a Desastres –, do Programa 155 – Promoção de Defesa Civil. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.866/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que os projetos e as atividades que especifica, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.867/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de lançamento de edital de fomento cultural específico para as demandas de povos tradicionais indígenas, quilombolas e de comunidades de terreiro. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.868/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de lançamento de edital de fomento cultural específico para o *rock* independente. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.869/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de lançamento de edital de fomento cultural específico para a Cozinha Mineira, com especial atenção para as peculiaridades da região de Pompéu, no Baixo Paraopeba. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.870/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de lançamento de edital de fomento cultural específico para a realização de festivais e outros eventos e atividades que relacionem cultura, reciclagem e meio ambiente nas escolas mineiras. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.871/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais pedido de providências para que analise a viabilidade de programar os estudos técnicos necessários ao reconhecimento do circo tradicional nômade como patrimônio cultural do Estado. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.872/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de revitalização do programa Bandas de Minas. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.873/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de retomada do Programa Circula Minas, com destinação de recursos para a circulação de grupos de cultura popular de Minas Gerais. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.874/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de reativação de escritórios regionais da antiga Secretaria de Estado de Cultura, com vistas a permitir maior descentralização das ações e facilitar o acesso dos agentes e grupos culturais aos mecanismos de fomento e às demais políticas públicas da área. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.875/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que analise a viabilidade de lançamento de edital de fomento cultural específico para a circulação e a divulgação de obras literárias, como consta do escopo do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, cuja minuta foi resultado do evento Semeando Letras, realizado por meio da parceria entre a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a então Secretaria de Estado de Cultura e diversas entidades da sociedade civil desse segmento cultural. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.876/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, pedido de providências para que priorize a pavimentação dos seguintes trechos rodoviários: MGC-262, estrada estadual que liga o Município de Sabará à BR-381, nas proximidades do Distrito de Ravena, e LMG-744, que liga a cidade de Marilac ao entroncamento de São José da Safira e Nacip Raydan. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.877/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que priorize a conservação, recuperação e pavimentação de todos os segmentos da BR-367 em Minas Gerais, inclusive, se necessário, com eventual assunção pelo Estado dos trechos sob gestão federal. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.878/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que sejam realizados os projetos de pavimentação das Rodovias MG-108, no trecho que liga Mutum a Aimorés, e LMG-214, no trecho que liga Senador Modestino Gonçalves a Capelinha. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.879/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências com vistas ao aumento do número de servidores que atuam na fiscalização de transporte realizada pelo DER-MG no Estado. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.880/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para solicitar o aumento do número de servidores que atuam na fiscalização de transporte realizada por esse órgão em todo o Estado. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.881/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades que especifica, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.882/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Sérgio Rodrigues Leonardo pela eleição como presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais – para o triênio 2022-2024. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 9.883/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que, na execução da Ação 4088 – Fomento aos Empreendimentos da Economia Popular Solidária –, sejam realizadas ações de fomento aos empreendimentos econômicos solidários de catadores de

materiais recicláveis e pessoas em situação de rua, por meio de atividades de formação, capacitação e assessoramento técnico. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.884/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que avalie a possibilidade de apoiar iniciativas de assessoramento a empreendimentos da economia popular solidária formados por catadores de materiais recicláveis, agricultores familiares e recuperandos de Apacs, entre outros grupos, nas regiões de Uberlândia e Patos de Minas. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.885/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que avalie a necessidade de implantar ação específica de geração de trabalho e renda para mulheres atendidas pelo Programa Bolsa Família na região do Alto Paranaíba. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.886/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que avalie a possibilidade de incentivar os municípios a realizarem ações de esterilização cirúrgica (castração) de cães e gatos, no âmbito da vigilância ambiental. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.887/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para a execução dos projetos e atividades que específica, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.888/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que o município implemente políticas públicas de regularização fundiária no âmbito do Programa Mineiro de Regularização Territorial – Minas Reurb. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.889/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para a criação da Casa do Artesão Mineiro, visando ao fortalecimento e à consolidação de ações de comercialização do artesanato mineiro, incluindo-se a gastronomia. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.890/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para a criação da Casa do Artesão Mineiro, visando ao fortalecimento e à consolidação de ações de comercialização do artesanato mineiro, incluída a gastronomia. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.891/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que sejam assegurados os recursos necessários para o aprimoramento da fiscalização de cargas de animais nas rodovias pelo Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, com novos veículos e servidores em quantidade suficiente, diante da iminente retirada da obrigatoriedade de vacinação contra a febre aftosa e consequente declaração do território mineiro como livre de aftosa sem vacinação. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.892/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – pedido de providências para que estude a possibilidade de, por meio de parcerias, promover a instalação de laboratório de análise de plantas apícolas, com ênfase na análise da própolis verde no Estado, em face da importância socioeconômica do segmento apícola como um todo e da própolis verde como produto de exportação. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.893/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais – Epamig – pedido de providências para, por meio de parcerias, promover a instalação de laboratório de análise de plantas apícolas, com ênfase na análise da própolis verde no Estado, em face da importância socioeconômica do segmento apícola como um todo e da própolis verde como produto de exportação. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.894/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4415 – Recrutamento, Seleção, Formação, Capacitação e Treinamento dos Profissionais do Sistema de Justiça e Segurança Pública –, do Programa 139 – Gestão Integrada de Segurança Pública –, sejam priorizados cursos para capacitação e formação continuada dos servidores que atuam no sistema socioeducativo. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.895/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre as iniciativas ou programas a serem executados no ano de 2022 e as respectivas previsões orçamentárias, no âmbito da Ação 4416 – Implantação de Unidades de Prevenção à Criminalidade – e da Ação 4417 – Prevenção Social às Violências e Criminalidades –, ambas do Programa 144 – Prevenção à Criminalidade –, especificando-se os projetos direcionados a crianças e adolescentes e aos egressos do sistema socioeducativo, haja vista a essencialidade do atendimento a esse público para a mitigação das vulnerabilidades e para a prevenção e redução das violências e da letalidade que incidem sobre esses segmentos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.896/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que conheça o material pedagógico produzido pela Universidade Federal de Uberlândia e avalie a possibilidade de utilizá-lo na execução da Ação nº 4328 – Educação das Relações Étnico-raciais –, vinculada ao Programa 112 – Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino – do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.897/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que avalie a viabilidade de instituir apoio a projetos profissionais de estudantes egressos das Escolas Família Agrícola – EFAs –, escolas do campo e escolas técnicas agrícolas. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.898/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que utilize os núcleos de tecnologia educacional como plataforma de capacitação de professores para o uso de tecnologia da informação e comunicações – TIC – e para inovação em sala de aula. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.899/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que os projetos e as atividades que especifica, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.900/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as atividades atualmente desenvolvidas pelos Núcleos de Tecnologia Educacional no Estado e sobre o público docente atendido. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.901/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que avalie a possibilidade de abrir linha de financiamento de projetos de pesquisa sobre a terapia de hidrogênio. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.902/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de providências para que preste orientação e apoio para a elaboração de projeto de restauração da Igreja Matriz de Santana dos Ferros, em Guaraciaba, e para a captação de recursos para a sua realização. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.903/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que aprimore sua infraestrutura de distribuição de energia elétrica, especialmente por

meio da implantação de novas subestações de distribuição e da extensão de linhas de subtransmissão e de distribuição para conexão de projetos de geração distribuída de energia elétrica. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.904/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado da Fazenda – SEF – pedido de providências para que o Estado de Minas Gerais proponha a atualização do Convênio Confaz nº 101/1997, de modo a contemplar os equipamentos solares fotovoltaicos – como inversores, estruturas, *stringbox*, gerador CA e sistemas de armazenamento – e os insumos produtivos desses equipamentos, de forma a garantir a isonomia tributária. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.905/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que o Estado proponha a atualização do Convênio Confaz nº 101, de 1997, de modo a contemplar os equipamentos solares fotovoltaicos – como inversores, estruturas, *stringbox*, gerador CA e sistemas de armazenamento – e os insumos produtivos desses equipamentos, de forma a garantir a isonomia tributária. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.906/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado da Fazenda – SEF – pedido de providências para que o Estado de Minas Gerais estenda o prazo de validade do benefício instituído pelo art. 48 da Lei nº 22.549, de 2017, levando em consideração a alteração no inciso III do § 2º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 160, de 2017. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.907/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que o Estado estenda o prazo de validade do benefício instituído pelo art. 48 da Lei nº 22.549, de 2017, levando em consideração a alteração no inciso III do § 2º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 160, de 2017. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.908/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que amplie a infraestrutura de transmissão e distribuição de energia elétrica para a Região Norte, particularmente para as usinas solares fotovoltaicas, em consonância com os estudos elaborados em 2020 pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE – e, em especial, para que envide esforços para executar, nessa região, os investimentos de pequena monta, e para que esses investimentos possam ser implementados via processo autorizativo. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.909/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que, com o apoio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede –, se articule com a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – com vistas a agilizar e priorizar leilões dos projetos de transmissão de novas linhas e de aumento de capacidade, conforme estudo sobre a região Norte de Minas, realizado pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.910/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que elabore análise preliminar e, com apoio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede –, se articule com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE – ou faça demanda formal a essa entidade no sentido de que sejam feitos novos levantamentos sobre o potencial para expansão da energia solar fotovoltaica em áreas da região Norte e em outras regiões do Estado nas quais não se tenham estudos concluídos sobre esse tema e exista evidente demanda de energia não atendida por falta de capacidade de transmissão e distribuição. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.911/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a execução dos projetos e das atividades que especifica, demandados pela população e

resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.912/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que publique editais da Lei de Incentivo ao Esporte direcionados a projetos com maior dificuldade de captação executados por entidades privadas sem fins lucrativos. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.913/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que analise a viabilidade de instituir fundo contábil destinado à promoção do esporte, nos moldes do Fundo Estadual de Cultura. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.914/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4547 – Monitoramento da Qualidade da Água –, realize o monitoramento mensal das águas do Rio Jequitinhonha, com a finalidade de identificar o grau de sua contaminação por mercúrio e por outros contaminantes derivados do garimpo. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.915/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, na execução da Ação 4054 – Elaboração e Implementação do Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais (Somos Todos Água) –, seja dada atenção especial à gestão das áreas de conflito pelo uso dos recursos hídricos nas sub-bacias hidrográficas do Córrego Bebedouro, do Ribeirão Douradinho e do Rio Piedade. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.916/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, na execução da Ação 4054 – Elaboração e Implementação do Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais (Somos Todos Água) –, sejam realizadas ações voltadas para o combate à contaminação por agrotóxicos. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.917/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, na execução da Ação 4054 – Elaboração e Implementação do Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais (Somos Todos Água) –, sejam promovidas atividades de recuperação e conservação das nascentes e de construção de barramentos de pequeno ou médio porte nos afluentes do Rio Araçuai, com objetivo de promover o controle de vazão nesse curso d'água. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.918/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a execução dos projetos e das atividades que especifica, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.919/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, na execução da Ação 4054 – Elaboração e Implementação do Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais (Somos Todos Água) –, seja analisada a viabilidade de elaboração de estudo técnico para recuperação ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuai. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.920/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações substanciadas nos documentos que atestem a regularidade fundiária da Barragem do Rio Mosquito, no Município de Serranópolis. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.921/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que se empenhe no desenvolvimento, em

parceria com prefeituras e organizações da sociedade civil, de projetos de agricultura urbana e periurbana nos municípios do Sul de Minas, por meio da aplicação de recursos redirecionados para a Ação 4245. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.922/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para a execução dos projetos e atividades que especifica, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã – demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023, para o exercício 2022. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.923/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, na execução da Ação 4390 – Elaboração e Atualização dos Instrumentos de Planejamento de Recursos Hídricos –, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, seja elaborado o enquadramento dos seguintes cursos d'água: Rio da Prata/Tijuco, da nascente do Rio Piracanjuba até a foz (49°51'42,667"w 18°48'24,006"s); Rio Tijuco, da nascente até a foz (50°5'5,584"w 18°39'55,832"s); e Rio Arantes, da nascente até a foz (50°44'33,564"w 19°12'57,832"s). (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.924/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a execução dos projetos e das atividades que especifica, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.925/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para a quitação do passivo do Programa Bolsa Verde referente aos editais abertos nos anos de 2010 e 2011, bem como para que estude a possibilidade de abertura de novos editais do programa. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.926/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para a recuperação da vegetação no entorno da barragem localizada no Rio Mosquito, no Município de Serranópolis. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.927/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que estude a viabilidade de executar ações de preservação das nascentes e de recuperação da mata ciliar da Bacia do Rio Machado. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.928/2021, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja formulado voto de congratulações com o atleta Lucas Dias Bueno pela conquista das provas de 800m e 1500m, categoria T37 do Meeting de Atletismo Paralímpico Loterias Caixa. (– À Comissão de Esporte.)

Nº 9.929/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para o desenvolvimento de projetos ambientais na Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro, localizada no Município de Machado, em especial para a construção de um viveiro de mudas de espécies nativas da região e para a realização de ações de semeadura, de plantio de mudas e de cercamento de áreas protegidas, tendo em vista o aporte de R\$300.000,00 na Ação 4276 – Recuperação Ambiental – para esse fim. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.930/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que estude maneiras de apoiar a Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro, localizada no Município de Machado, na criação de uma sala verde, espaço destinado à realização de ações de educação ambiental, tendo em vista o aporte de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) na Ação 4276 – Recuperação Ambiental –, de responsabilidade do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, voltada para a criação de um viveiro de mudas e para a implantação da referida sala. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.931/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências com vistas à execução dos projetos e atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, que especifica, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.932/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que, no âmbito do Programa 120 – Gestão Ambiental e Saneamento, avalie a viabilidade da implantação de 1.000 fossas de evapotranspiração ou de outros sistemas integrados de tratamento de esgotos que utilizem tecnologia social, nas áreas rurais dos municípios da região intermediária de Montes Claros, com prioridade para os municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.933/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que a implementação das Unidades Regionais de Saneamento Básico no Estado, em atendimento ao Novo Marco Legal do Saneamento, instituído pela Lei Federal nº 14.026/2020, seja feita de forma a serem respeitados os elementos e os princípios do direito humano à água e ao esgotamento sanitário e para que sejam comparados o modelo de regionalização adotado no Estado com outros no País, com foco na inclusão das populações em situação de vulnerabilidade, em especial as populações rurais, solicitando-se, ainda, a inclusão dos diversos grupos sociais nos processos decisórios; atenção para os impactos da regionalização sobre a aplicação das tarifas sociais e a proteção dos usuários em maiores condições de vulnerabilidade; verificação de como as empresas poderiam ampliar o acesso da população rural e da população urbana em condições de vulnerabilidade aos serviços de água e esgotos; investigação de como os municípios com maior índice de vulnerabilidade estão inseridos nos arranjos regionais em Minas Gerais e nos outros modelos de regionalização no País; verificação de como os municípios com mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – e as populações em situação de vulnerabilidade, em especial as populações rurais, estão incluídas nos processos decisórios das unidades regionais; verificação de como as prestadoras podem garantir o acesso das populações vulnerabilizadas aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em especial para as populações rurais. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.934/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – pedido de providências para que sejam ampliados os serviços de coleta e tratamento de esgoto nos municípios do Vale do Jequitinhonha, em especial nos que estão localizados às margens dos Rios Jequitinhonha e Araçuaí. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.935/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que apoie a organização, o fomento e a qualificação das organizações de catadores de material reciclável de base rural, de modo que possam ser beneficiadas futuramente com o incentivo do Bolsa Reciclagem. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.936/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que, no âmbito do Programa 120 – Gestão Ambiental e Saneamento, avalie a viabilidade da implantação de sistemas integrados de saneamento rural nas comunidades quilombolas e indígenas da região do Vale do Mucuri, por meio das seguintes tecnologias sociais já testadas nessa região: Fossa Séptica Biodigestora ou Evapotranspiradora e Círculo de Bananeiras. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.937/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a execução dos projetos e das atividades que especifica, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã –, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023, para o exercício 2022. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.938/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para a elaboração de projeto de recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Mucuri, que contemple atividades de cercamento de nascentes, construção de barraginhas e terraceamentos, plantio de árvores nativas e frutíferas, patrolamento das estradas de acordo com as normas ambientais, proteção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente – APPs – e matas ciliares e implantação de agroflorestas, recuperação do solo e da água de áreas degradadas e de estradas vicinais, para garantir qualidade de vida por meio da produção sustentável e permitir o abastecimento racional e o uso da água potável na região do Mucuri, com especial atenção às Sub-bacias dos Rios Piauí e Gravatá. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.939/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, na execução da Ação 4512 – Recuperação Integrada da Capacidade Produtiva das Bacias –, sejam desenvolvidos e executados projetos para a implantação de barragens e barraginhas e para a melhoria de infraestrutura para atendimento aos municípios da Bacia do Rio Doce. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.940/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja analisada a viabilidade de implantação de barraginhas, curvas de nível e projetos de recuperação de nascentes na Bacia do Rio Paraopeba, por meio da aplicação de recursos oriundos do acordo firmado com a mineradora Vale S.A., em razão do rompimento da barragem em Brumadinho. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.941/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4512 – Recuperação Integrada da Capacidade Produtiva das Bacias –, seja analisada a viabilidade de implantação de estruturas para a captação de águas de chuva por meio de barraginhas e caixas secas, principalmente nas regiões Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.942/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja analisada a viabilidade de implantação de barraginhas, curvas de nível e projetos de recuperação de nascentes na Bacia do Rio Paraopeba, por meio da aplicação de recursos oriundos do acordo firmado com a mineradora Vale S.A., em razão do rompimento da barragem em Brumadinho. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.943/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4512 – Recuperação Integrada da Capacidade Produtiva das Bacias –, sejam destinados apoio e recursos para os agricultores familiares para aquisição de madeira, telas e arames a serem utilizados na proteção, recuperação e preservação de nascentes. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.944/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, na execução da Ação 4495 – Construção de Barragens –, seja dada especial atenção à região de Governador Valadares, assegurando atendimento ao Município de Resplendor. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.945/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre a gestão e a prática do uso múltiplo das águas e a segurança da Barragem do Rio Mosquito, no Município de Serranópolis. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.946/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, diante da alocação de recursos para a Uemg – no âmbito da Ação 4069, com o objetivo de promover e disseminar conhecimento sobre as tecnologias de elaboração de biofertilizantes, bem como sobre sua utilização, por meio de minicursos, cartilhas e palestras, atue em parceria com a universidade e empenhe esforços para a consecução desses objetivos. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.947/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades que especifica, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.948/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a gestão e a prática do uso múltiplo das águas e a segurança da Barragem do Rio Mosquito, no Município de Serranópolis. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.949/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para apoiar, no âmbito de suas atribuições, o projeto Juntas Somos Mais Fortes, desenvolvido pela Associação de Bairros do Município de Teófilo Otoni, que tem como escopo a orientação das mulheres sobre seus direitos, o estímulo ao seu protagonismo e à sua autonomia econômica e a superação das situações de vulnerabilidade e violência. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.950/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que avalie a possibilidade de inclusão de bomba vibratória (bomba-sapo) nos kits que compõem o produto da Ação 4492 – Irriga Minas. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.951/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – pedido de providências para que analise a viabilidade de elaboração de estudo técnico que contemple a oferta de kits fotovoltaicos para a energização de poços tubulares profundos de uso coletivo no semiárido mineiro e para a inserção dessa ação no orçamento para 2023. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.952/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências com vistas a apoiar, no âmbito de suas atribuições, o projeto Juventudes em Movimento, desenvolvido pela Associação de Bairros do Município de Teófilo Otoni, que tem por objetivo mapear, motivar e formar articuladores, fomentando a mobilização e a comunicação social, de modo a incentivar e potencializar, ainda, a participação dos jovens nos espaços de formulação e implementação das políticas públicas. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.953/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4276 – Recuperação Ambiental –, seja analisada a viabilidade da implantação de estruturas para o cercamento e a proteção de nascentes nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.954/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências com vistas a priorizar a realização de campanhas amplas e permanentes acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, inclusive em rodovias estaduais, com a divulgação dos canais de denúncia, de dados e de informações inerentes, destacando-se o aumento do número desses casos durante a pandemia de covid-19 no Estado e no País. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.955/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – pedido de providências para que seja dada especial atenção ao atendimento de demandas dos 15 municípios da Serra Geral, no semiárido mineiro, na execução da Ação 4095 – Implantação de Cisterna de Consumo –, referente à instalação de cisternas para reservação de água para consumo humano, além de cisternas de placas e cisternas de telhadão, de uso geral. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.956/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que analise a viabilidade de elaboração de projetos para a construção de bacias de retenção de cheias (piscinões) nas bacias hidrográficas das regiões do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, com o objetivo de amortecer as vazões das cheias e garantir a oferta adequada de água em qualidade e quantidade. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.957/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para fomentar as ações de prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes junto aos municípios, com o incremento dos equipamentos públicos de assistência social, principalmente nas regiões com maior taxa dessas ocorrências e/ou com menor Índice de Desenvolvimento Humano no Estado. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.958/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para, no âmbito de suas atribuições, atuar no fortalecimento dos conselhos tutelares, inclusive com oferta de apoio técnico a esses colegiados, com foco na melhoria do atendimento prestado às crianças e aos adolescentes e na prevenção e mitigação das situações de vulnerabilidade e violência. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.959/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a execução dos projetos e das atividades que especifica, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.960/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para ampliar as ações e estratégias voltadas para o fortalecimento dos vínculos e o enfrentamento da violência de gênero, sobretudo da violência doméstica e familiar, e das demais violações de direitos humanos nos municípios da região do Vale do Mucuri. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.961/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades que especifica, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.962/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que estude, em parceria com a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – Unicafe –, o desenvolvimento de projeto executivo para a estruturação de centro de distribuição dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares mineiros, na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, e a possibilidade de alocação de recursos para essa finalidade no orçamento para o ano de 2023. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.963/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades que especifica, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício

2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.964/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que estude, em parceria com entidades representativas da agricultura familiar, o desenvolvimento de projeto executivo para a criação de uma plataforma digital pública de apoio à comercialização e divulgação de produtos da agricultura familiar do Estado, com vistas à alocação de recursos no orçamento para 2023. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.965/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que mobilize suas empresas vinculadas com o objetivo de realizar o acompanhamento das alterações climáticas no Sul de Minas e o levantamento prévio dos agricultores familiares cujas culturas estão sujeitas a geadas. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.966/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que avalie a possibilidade de atuar em parceria com a Fiocruz Minas, na região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, para a realização de pesquisas sobre leishmaniose, hanseníase e infecção pelo HPV. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.967/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades que especifica, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.968/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que promova a gestão perante as autoridades federais com vistas a possibilitar o enquadramento da aquicultura em alternativas de seguro de renda. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.969/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Banco Central do Brasil pedido de providências para que aja com maior rigor na fiscalização da execução das linhas de Crédito Produtivo Orientado de Investimento – Pronaf Produtivo Orientado –, de forma a garantir a aplicação das regras do Manual de Crédito Rural – MCR. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.970/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, na execução da Ação 4377 – Certificação de Produtos Agropecuários e Agroindustriais –, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, seja dada maior atenção à região Sul de Minas. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.971/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que, na execução da Ação 4423 – Custódia e Ressocialização de Presos –, do Programa 145 – Infraestrutura do Sistema Prisional –, sejam instaladas placas de aquecimento solar de água em unidades prisionais e ofertados cursos de qualificação profissional aos custodiados para a instalação de tais equipamentos, a fim de garantir sua ressocialização quando se tornarem egressos do sistema prisional. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.972/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que, na execução da Ação 1012 – Qualificação Profissional –, do Programa 089 – Rede de Desenvolvimento de Educação Profissional –, seja ofertada a custodiados do sistema prisional qualificação

para a instalação de equipamentos de aquecimento solar de água, com vistas a possibilitar sua reinserção profissional quando se tornarem egressos. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.973/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que os projetos e as atividades que especifica demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2022, sejam executados no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.974/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para estudar a viabilidade de criar plataforma educacional com o objetivo de capacitar os técnicos agrícolas, com cursos destinados ao cultivo dos itens com menor oferta nos entrepostos da CeaSaMinas, conforme levantamento técnico dos itens mais encarecidos, como principal estratégia para reduzir o valor médio comercializado, a longo prazo, destes hortifrutícolas. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.975/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater–MG – pedido de providências para estudar a viabilidade de criar plataforma educacional com o objetivo de capacitar os técnicos agrícolas com cursos destinados ao cultivo dos itens com menor oferta nos entrepostos da CeaSaMinas, conforme levantamento técnico dos itens mais encarecidos, como principal estratégia para reduzir o valor médio comercializado, a longo prazo, desses hortifrutícolas. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.976/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências com vistas a aumentar a dotação orçamentária destinada à manutenção do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG –, para garantir o funcionamento do conselho e das comissões regionais como instâncias de controle social da política, bem como para fortalecer as ações do Programa 067 – Políticas de Integração e Segurança Alimentar e Nutricional. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.977/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para avaliar a possibilidade de ampliar o escopo do sistema de vigilância estadual por meio da realização de inquérito telefônico com vistas a identificar os diferentes níveis de insegurança alimentar (leve, moderada e grave) e fornecer dados e indicadores para orientar o planejamento da política de segurança alimentar e nutricional, seu monitoramento e a tomada de decisão com base em evidências. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.978/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para a execução dos projetos e atividades que especifica, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.979/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que avalie a possibilidade de abertura de novo edital de chamamento público para o recebimento de propostas técnicas de organizações da sociedade civil, com sede no Estado de Minas Gerais, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros a essas organizações, com vistas à execução de ações estruturadas nos eixos do Sistema Integrado de Política sobre Drogas da Rede Complementar de Suporte Social na Atenção ao Dependente Químico, dando-se ampla divulgação aos editais em andamento e orientando-se as organizações da sociedade civil quanto ao cumprimento dos requisitos necessários para participação no chamamento público. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.980/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para a execução dos projetos e das atividades que especifica, demandados pela população e resultantes do

processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.981/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a execução dos projetos e atividades que especifica, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.982/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a execução dos projetos e atividades demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, que menciona, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.983/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que, no âmbito da execução da Ação 4210 – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, seja dada especial atenção ao Vale do Mucuri, inclusive por meio do desenvolvimento de projetos de fortalecimento de iniciativas e empreendimentos das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais, visando à qualificação das cadeias produtivas e à ampliação da segurança econômica local. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.984/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências com vistas a promover ações de capacitação sobre implantação de Sistemas Participativos de Garantia – SPG – e de vigilância popular sobre o uso adequado de agrotóxicos. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.985/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que, no âmbito da execução do Programa 87 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais, na Ação 4210 – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, seja desenvolvido projeto que abarque a finalidade da extinta Ação 4209 – Inclusão Produtiva das Mulheres do Campo, Apoio à Produção Sustentável, Agregação de valor e Comercialização – na perspectiva da produção e do abastecimento, do campo à mesa, incluindo a produção em espaços rurais e urbanos. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.986/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que, no âmbito da execução do Programa 87 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais, na Ação 4210 – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, seja desenvolvido projeto que abarque a finalidade da extinta Ação 4242 – Fomento à Produção Sustentável da Agricultura, Criação Animal, Extrativismo e Pesca Familiar – Transição Agroecológica. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.987/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que, no âmbito da execução do Programa 87 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais, na Ação 4210 – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, seja desenvolvido projeto de estímulo à implantação de Sistemas Agroflorestais – SAFs. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.988/2021, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que, no âmbito da execução do Programa 87 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais, na Ação 4210 – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, sejam desenvolvidos projetos que abarquem os objetivos do extinto Programa 059 – Apoio à Produção

Sustentável, Agregação de Valor e Comercialização – Do Campo à Mesa, e que, em seu âmbito, sejam destacados o estímulo a sistemas alimentares a partir dos circuitos curtos de produção e abastecimento por meio do apoio às feiras livres da agricultura familiar; a implantação de campos de sementes crioulas e bancos comunitários de sementes crioulas; o resgate da finalidade das Ações 4238 – Juventude rural e Educação do Campo e 4251 – Apoio aos Projetos Profissionais dos Jovens Egressos das Escolas Famílias Agrícolas – Efas – e de escolas técnicas agrícolas; e o apoio a projetos pedagógicos em escolas do campo da rede estadual e à agricultura urbana agroecológica. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 9.989/2021, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com a vereadora Livia Guimarães, por sua trajetória de lutas na busca de uma sociedade mais justa e igualitária, e pela sua atuação de destaque na Câmara Municipal de São João del Rei, em especial pela autoria do Projeto de Lei nº 7563/2021, que dispõe que maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do município permitam a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que solicitadas.

Nº 9.990/2021, do deputado Léo Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com Heloísa Diniz, formanda do curso de Política do Politize, em Uberlândia, no ano de 2021, por sua disposição em contribuir e participar para o fortalecimento da democracia. (– À Comissão de Educação.)

Nº 9.991/2021, do deputado Léo Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com Ana Paula Batista Silva, formanda do curso de Política do Politize, em Uberlândia, no ano de 2021, por sua disposição em contribuir e participar para o fortalecimento da democracia. (– À Comissão de Educação.)

Nº 9.992/2021, do deputado Léo Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com Jordana Strano Espada, formanda do curso de Política do Politize, em Uberlândia, no ano de 2021, por sua disposição em contribuir e participar para o fortalecimento da democracia. (– À Comissão de Educação.)

Nº 9.993/2021, do deputado Léo Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com Jacqueline Aimê dos Reis Vilela, formanda do curso de Política do Politize, em Uberlândia, no ano de 2021, por sua disposição em contribuir e participar para o fortalecimento da democracia. (– À Comissão de Educação.)

Nº 9.995/2021, do deputado Léo Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com José Augusto Venâncio Bárbara pela formação como mobilizador no curso de Política do Politize, em Uberlândia, no ano de 2021, em reconhecimento à sua disposição de contribuir e participar para o fortalecimento da democracia. (– À Comissão de Educação.)

Nº 9.996/2021, do deputado Léo Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com Samuel Moraes de Oliveira pela formação como mobilizador no curso de Política do Politize, em Uberlândia, no ano de 2021, em reconhecimento à sua disposição de contribuir e participar para o fortalecimento da democracia. (– À Comissão de Educação.)

Nº 9.997/2021, do deputado Léo Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com João Lucas Ribeiro Moreira pela atuação como mobilizador no curso de Política do Politize, em Uberlândia, no ano de 2021, em reconhecimento à sua disposição de contribuir e participar para o fortalecimento da democracia. (– À Comissão de Educação.)

Nº 9.998/2021, do deputado Raul Belém, em que requer seja formulado voto de congratulações com a aluna Maria Luiza Alves Franco, da Escola Municipal Dom Pedro II (Comunidade das Três Barras), no Município de Prata, pela conquista do 1º lugar na etapa estadual do Prêmio MPT na Escola 2021, do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais, na categoria Poesia, com o tema resgate à infância. (– À Comissão de Educação.)

Nº 9.999/2021, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Jurandir Vieira Linhares, ocorrido em 24/11/2021, em Alvinópolis. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 10.000/2021, do deputado Raul Belém, em que requer seja formulado voto de congratulações com a diretora e a comunidade escolar da Escola Estadual Cônego Paulo Monteiro pela 1ª colocação na etapa Ensino Médio e pela 3ª colocação na etapa Anos Finais do Ensino Fundamental na 3ª edição do Prêmio Escola Transformação da Secretaria de Estado de Educação. (– À Comissão de Educação.)

Nº 10.001/2021, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais pedido de providências para obter pelos meios legais, inclusive judiciais, se necessário, informações sobre o saldo em caixa na conta única do Tesouro Estadual, assim como a relação das demais contas não incluídas na referida conta e seus respectivos saldos em caixa, referentes ao dia 2/7/2021, conforme requerido pela comissão através do Requerimento nº 8648/2021, assim como nos meses subsequentes. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.002/2021, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que promovam a recuperação e a adequação do trecho da Rodovia MGC-491, entre as cidades de Três Corações e Varginha.

Nº 10.003/2021, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de informações sobre o destino das madeiras que foram retiradas das margens do referido trecho por ocasião das obras de sua duplicação, realizadas em 2018. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.004/2021, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Queijaria Rubi pela conquista do 2º lugar no 13º Concurso Estadual do Queijo Minas Artesanal. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 10.005/2021, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Festival da Jabuticaba de Sabará pela comemoração de sua 35ª edição. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 10.006/2021, do deputado Léo Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com Rayssa Lemes Ordonhes pela formação no curso de política da organização Politize, em Uberlândia, no ano de 2021, em reconhecimento à disposição da formanda em contribuir para o fortalecimento da democracia. (– À Comissão de Educação.)

Nº 10.007/2021, do deputado Ulysses Gomes e outros, em que requerem a concessão de título de Cidadão Honorário a Givanildo Vieira de Souza, o Hulk, por sua contribuição ao futebol mineiro, em especial pela alegria que deu ao torcedor na campanha do Clube Atlético Mineiro em 2021. (Publicado, vai o requerimento a Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.753/2020.)

Nº 10.008/2021, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – Cosems – MG – pelos 30 anos de atuação na formulação das políticas públicas de saúde para os mineiros e no fortalecimento do Sistema Único de Saúde. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 10.009/2021, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Joziana Muniz de Paiva Barçante por sua dedicação, competência e brilhantismo no desenvolvimento de estudos e pesquisas no cenário acadêmico, colocando Minas Gerais em destaque no cenário internacional. (– À Comissão de Educação.)

Nº 10.010/2021, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao Senado Federal pedido de providências para inclusão da medicina veterinária no rol das atividades com exposição a risco à integridade física, constantes do Projeto de Lei Complementar nº 245/2019, em tramitação no Senado Federal, que pretende regulamentar o inciso II do §1º, do art.

201, da Constituição Federal, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos segurados do Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 10.011/2021, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja formulado voto de congratulações com todos os profissionais da Santa Casa de Misericórdia de Itajubá pela obtenção da Acreditação ONA – Organização Nacional de Acreditação –, nível 1, com 99,8% de atendimento aos requisitos, como reconhecimento de que a instituição atende aos rigorosos padrões que a metodologia exige. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 10.012/2021, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Santa Juliana pela comemoração do aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 10.013/2021, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Veríssimo pela comemoração do aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 10.014/2021, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Nova Ponte pela comemoração do aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 10.015/2021, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Natalândia pela comemoração do aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 10.016/2021, da Comissão Extraordinária das Privatizações e das Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre os setores e as empresas beneficiados com regimes especiais de tributação em 2021 e os respectivos valores do impacto financeiro das renúncias fiscais em cada um desses setores e empresas beneficiados. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.017/2021, da Comissão de Fiscalização Financeira, da Comissão Extraordinária das Privatizações e das Comissões de Defesa do Consumidor e de Desenvolvimento Econômico, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências com vistas ao rateio dos recursos do Fundeb de 2021 entre os profissionais de educação da rede estadual de ensino.

Nº 10.018/2021, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – pedido de providências para que seja regulamentado o funcionamento dos serviços de inspeção municipais, individuais e de consórcios, e seu processo de adesão ao Sistema de Estadual de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal de Minas Gerais – Sisei-MG –, criado pela Lei nº 23.955, de 2021.

Nº 10.019/2021, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – pedido de providências para que seja desenvolvido convênio ou credenciamento do laboratório de análise de água da Fundação Ezequiel Dias – Funed –, de forma a viabilizar o uso dos laudos dessa instituição para a comprovação de potabilidade da água utilizada por agroindústrias de pequeno porte, queijarias artesanais e estabelecimentos de beneficiamento artesanal de leite de cabra e de ovelha e de seus derivados.

Nº 10.020/2021, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – pedido de informações sobre a efetiva regularização de estabelecimentos agroindustriais que processam artesanalmente leite de cabra e ovelha por meio da Lei nº 19.583, de 2011, esclarecendo se o órgão registra estabelecimentos segundo as regras dessa lei e quantos e quais são os registrados; e, em caso negativo, qual a justificativa para que esse registro não ocorra. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.021/2021, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, no papel de gestora do Mercado Livre do Produtor, dê apoio à

manutenção do trabalho das cafezeiras na Ceasa-MG, no período da madrugada e mesmo durante o dia, em razão do conforto que elas proporcionam às centenas de trabalhadores que transitam por aquele entreposto agropecuário.

Nº 10.022/2021, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG pedido de providências para que seja estruturado projeto abrangente de orientação e apoio para acesso a financiamento e à instalação de unidades de geração de energia solar fotovoltaica em estabelecimentos rurais como forma de reduzir os custos de produção e elevar a competitividade da agropecuária mineira.

Nº 10.023/2021, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências com vistas a que seja dado apoio ao Projeto Jaíba, em especial quanto à restauração da estrada de acesso, à desinterdição do aeroporto que atende à região, à restauração das estradas vicinais, ao conserto do vazamento no canal principal e à regularização fundiária dos lotes remanescentes.

Nº 10.024/2021, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja dado apoio ao Projeto de Assentamento Herbert de Souza – PA Betinho –, no Município de Bocaiuva, que visa à transformação das redes elétricas monofásicas em trifásicas e à aceleração da regularização fundiária dos lotes do referido assentamento.

Nº 10.025/2021, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para pavimentação e manutenção do trecho da Rodovia MG-350 localizado entre os Municípios de Virgínia e Marmelópolis, em virtude da sua importância para o escoamento da produção agrícola da região.

Nº 10.026/2021, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências com vistas à promoção de medidas de apoio, por meio de intervenções de mercado ou estabelecimento de subsídios para os produtores de leite no Estado, em função da elevação extraordinária dos custos de produção dessa importante e essencial cadeia produtiva.

Nº 10.027/2021, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja dado apoio aos produtores de mudas de frutíferas do Município de Dona Euzébia, com vistas ao cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta – TACs – firmados com o Ministério Público de Minas Gerais.

Nº 10.028/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ – pedido de providências com vistas a estabelecer normas no âmbito judicial para que as mulheres vítimas de violências e estupro tenham suas imagens preservadas ao longo da realização das audiências virtuais. (– À Comissão dos Direitos da Mulher.)

Nº 10.029/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações para que seja apresentada a situação da política estadual de educação indígena ao longo de 2021, tendo em vista as demandas apresentadas pelos representantes do setor, no que se refere a: valor total de investimentos realizados na política de educação indígena, compreendendo todas as suas dimensões ao longo de 2021; funcionamento da comissão estadual da educação escolar indígena, especificando-se quantas vezes se reuniu, quais os encaminhamentos dados, as pautas, etc.; quantas e quais escolas estaduais indígenas se tornaram autônomas, funcionando como órgãos estaduais autônomos, independentes das escolas-sede – não indígenas; e, em relação aos três pontos anteriores, no planejamento de 2021, qual o volume total de investimentos previstos para a educação escolar indígena em todas as suas dimensões, o cronograma e o calendário previamente estabelecidos para a comissão estadual de educação escolar indígena e a perspectiva para avançar em relação à autonomização das escolas indígenas quanto às escolas-sede – não indígenas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.030/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações consubstanciadas no cronograma de implementação da educação integral nas escolas estaduais quilombolas no Estado, visando a proporcionar o desenvolvimento completo dos alunos nos aspectos físico, intelectual, social e cultural. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.031/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações consubstanciadas em cronograma detalhado da abertura de edital para contratação de professores quilombolas para a região Norte de Minas Gerais, em que constem as respectivas datas e a quantidade de vagas disponibilizadas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.032/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a previsão de construção de escola estadual nos Bairros Vereda e Liberdade, ambos em Ribeirão das Neves, bem como se há algum projeto em andamento para construção dessas escolas e, em caso positivo, sobre o seu estágio. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.033/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja viabilizado, com urgência, o efetivo pagamento do auxílio-merenda para os alunos devidamente matriculados em escola estadual do Município de Ribeirão das Neves, visando a garantir a segurança alimentar dos alunos durante a pandemia de covid-19.

Nº 10.035/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os repasses de recursos para as escolas estaduais situados no Município de Ribeirão das Neves com a finalidade de promover obras e reformas nos prédios escolares de suas unidades. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.036/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a contratação de profissionais do serviço social e da psicologia, visando à implementação da Lei nº 16.683, de 2007, e da Lei Federal nº 13.935, de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão de Educação. Anexe-se ao Requerimento nº 9.671/2021, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 10.037/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações a respeito da ampliação das novas unidades e ampliação de vagas nas unidades existentes nos Colégios Tiradentes da PMMG. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.038/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os municípios e escolas que já foram estudadas e estariam aptas a receber o Colégio Tiradentes, da PMMG. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.039/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para implementação do turismo pedagógico nas escolas.

Nº 10.040/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para implementação da política de valorização da vida nas escolas.

Nº 10.041/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a origem da orientação que o Colégio Tiradentes – Unidade Betim deu às suas estudantes, não permitindo, em nenhuma hipótese, que utilizem penteados como tranças, *blacks*, *tererês* e afins, conforme divulgação de documento de retorno ao ensino presencial, que é assinado pelo Capitão Elmo Engracio, bem como justifique o motivo dessa proibição, tendo em vista que a orientação em nada se relaciona ou agrega ao aprendizado das estudantes, vai na contramão das ações de valorização e reconhecimento das contribuições da população negra, e esses penteados são historicamente ligados à cultura afro-

brasileira e fazem parte da identidade étnico-racial dessas alunas, sendo um retrocesso inadmissível proibir seu uso, que faz parte dessa construção. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.042/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que suspenda a orientação de restrição de uso de penteados ligados a cultura afro-brasileira, como *blacks*, tranças, tererês e afins, no Colégio Tiradentes – Unidade Betim, tendo em vista que essa proibição nada se relaciona ou agrega ao aprendizado das estudantes, além de ser um retrocesso inadmissível, tendo em vista os diversos debates e conquistas que o movimento negro e demais entidades pautam quanto ao empoderamento e a valorização da cultura afro-brasileira, bem como seja apurado e investigado de onde saiu tal orientação e se outras unidades do Colégio Tiradentes estão praticando a mesma ação, bem como a devida responsabilização dos responsáveis por replicarem e reforçarem ações de apagamento e constrangimento de traços e manifestações dessa cultura.

Nº 10.043/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que anule a determinação de reposição de carga horária das auxiliares de serviço da educação básica, em razão da suspensão dos trabalhos no período da onda roxa do Plano Minas Consciente.

Nº 10.044/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para o cumprimento das metas do Plano Estadual de Educação, instituído pela Lei nº 23.197, de 2018.

Nº 10.045/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a atualização dos vencimentos dos profissionais de educação, em observância do disposto na Lei nº 21.710, de 2015, e no art. 201-A da Constituição do Estado.

Nº 10.046/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, no que concerne à aplicação do percentual mínimo de recursos de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, referente ao exercício de 2021.

Nº 10.047/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a manutenção, em 2022, dos empregos dos servidores contratados e convocados, em decorrência da implantação do Projeto Mãos Dadas.

Nº 10.048/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a realização do rateio do saldo de recursos do Fundeb referente ao exercício de 2021 com a remuneração dos profissionais da educação básica, tendo em vista o posicionamento favorável do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais à concessão de abono para o cumprimento da aplicação do percentual mínimo de 70%.

Nº 10.049/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as razões para a redução no número de matrículas na educação básica da rede estadual de ensino em mais de 10%, entre os anos de 2019 a 2021. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.050/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a regularização do pagamento das gratificações de dedicação exclusiva devidas aos profissionais de educação superior da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes e para o cumprimento do compromisso assumido pelo Estado de incorporação da Gratificação de Dedicação Exclusiva – GDE – e da Gratificação de Incentivo à Docência – GID – nos vencimentos dos mencionados profissionais.

Nº 10.051/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja efetuado, no mês de janeiro de 2022, o pagamento do rateio de férias e do terço constitucional

aos servidores públicos da educação básica contratados temporariamente, tal como realizado nos anos anteriores, sem prejuízo da prorrogação dos contratos.

Nº 10.052/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da ação, realizada no centro do Município de Santa Maria do Suaçuí, que resultou na prisão de suspeito de importunar duas mulheres e agredir o namorado de uma das vítimas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.053/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com policiais militares que participaram da ação, realizada em novembro de 2021, em Juiz de Fora, que resultou na prisão do suspeito de chefiar grupo que assaltou e torturou casal de policiais no início de janeiro de 2020. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.054/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da operação Bh Mais Segura, realizada em Belo Horizonte, que resultou na recuperação de celular que tinha sido objeto de furto e na sua entrega para a vítima do crime. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.055/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que participaram da operação Provérbios 14:30, que resultou no cumprimento de quatro mandados de prisão, em Três Pontas, São Gonçalo do Sapucaí e em Aguaí (SP), e de oito mandados de busca e apreensão, em Três Pontas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.056/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que atuaram na operação, realizada no Município de Juiz de Fora, que resultou na prisão de indivíduos suspeitos de comercializar armas de fogo e na apreensão de R\$ 2.695,00 em dinheiro, um revólver da marca Rossi e erva semelhante a maconha. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.058/2021, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado de Minas Gerais pedido de providências com vistas à liberação de recursos estaduais para antecipar a conclusão das obras do novo Pronto-Socorro do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 10.059/2021, da deputada Leninha e outros, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE –, à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e ao governador do Estado pedido de providências para garantir o imediato cumprimento do acordo de greve da Unimontes e da Uemg, que tem as seguintes etapas: incorporação da Gratificação de Desempenho da Carreira de Professor de Educação Superior – GDPES – e Gratificação de Incentivo a Docência – GID (Pó-de-Giz); aumento do percentual das dedicações exclusivas – DEs – para 50%; e implementação da nova estrutura de carreira, além do pagamento das DEs pendentes desde 2016. (– À Comissão de Educação.)

Nº 10.060/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional de Ensino de Nova Era pedido de providências para que seja feita visita à Escola Municipal Desembargador Drumond, com a finalidade de permitir a continuidade da reocupação do prédio original dessa instituição de ensino. (– À Comissão de Educação.)

Nº 10.062/2021, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Maricell Hussein e sua equipe pela importante contribuição organizando o evento Expoqueijo Brasil 2021, no Município de Araxá. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 10.063/2021, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Campina Verde pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 10.064/2021, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Campo Florido pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 10.065/2021, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Conceição das Alagoas pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 10.066/2021, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Perdizes pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 10.067/2021, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Cabeceira Grande pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 10.068/2021, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Dom Bosco pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 10.069/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e ao Ministério Público, à Polícia Civil e à Secretaria de Educação do Estado da Bahia pedido de providências para que sejam imediatamente apurados os fatos, amplamente divulgados em 23/11/2021, relacionados à conduta de um professor do Colégio Estadual Heitor Villa Lobos, localizado no Bairro do Cabula, em Salvador, o qual teria estimulado estudantes a se beijarem em troca de pontos na média curricular; e que, se constatados os ilícitos relatados, sejam as respectivas sanções aplicadas, na seara de competência de cada órgão acima mencionado, informando-se à comissão a respeito das medidas tomadas.

Nº 10.070/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre se é de interesse da Polícia Militar receber doações de vidros blindados para as viaturas de polícia das forças de segurança do Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.071/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que o comandante-geral, como membro efetivo do Conselho de Administração, envie esforços no sentido de cobrar do secretário Estadual de Fazenda e da secretária Estadual de Planejamento e Gestão a devolução da cobrança ilegal de 2,5% a mais a título de contribuição dos segurados bombeiros militares ativos e inativos e 10,5% das pensionistas, considerando-se que a cobrança continua sendo realizada com fundamento no art. 24-C da Lei Federal 13.954, de 2019, que foi declarado inconstitucional pelo STF nos acórdãos RE 1338750, com repercussão geral reconhecida no Tema 1.177, e ACO 3396 DF.

Nº 10.072/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que o comandante-geral, como presidente do Conselho de Administração, envie esforços no sentido de cobrar do secretário Estadual de Fazenda e da secretária Estadual de Planejamento e Gestão a devolução da cobrança ilegal de 2,5% a mais a título de contribuição dos segurados policiais militares ativos e inativos e 10,5% das pensionistas, considerando-se que a cobrança continua sendo realizada com fundamento no art. 24-C da Lei Federal 13.954, de 2019, que foi declarado inconstitucional pelo STF nos acórdãos RE 1338750, com repercussão geral reconhecida no Tema 1.177, e ACO 3396 DF.

Nº 10.073/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que a instituição passe a cumprir o previsto na Lei nº 23.753, de 2021, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado e altera a Lei nº 13.968, de 2001, que regulamenta o art. 297 da Constituição do Estado e dá outras providências, especificando-se: nome ou marca do fabricante; nome ou sigla do país de fabricação; calibre da arma ou da munição e quantidade de munição; número de série impresso na armação, no cano e na culatra, quando móvel; ano de fabricação, se a arma não estiver incluída no sistema de numeração serial; data da apreensão; fotografia colorida da arma de fogo ou da munição apreendidas; número do registro de ocorrência relativo à apreensão; identificação do servidor responsável pelo recebimento da arma de fogo ou da munição apreendidas.

Nº 10.074/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que a instituição passe a cumprir o disposto na Lei nº 23.871, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado, que obriga a instituição a publicar, anualmente, o número de bombeiros militares mortos em serviço, ou em razão dele, discriminando-se o local de trabalho, com breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, da reserva ou aposentados, que foram mortos, e o número de bombeiros militares feridos em serviço, ou em razão dele, discriminando-se o local de trabalho, com breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, da reserva ou aposentados, que foram feridos.

Nº 10.075/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que a instituição passe a cumprir o disposto na Lei nº 23.871/2021, que altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado, que obriga a instituição a publicar, anualmente, o número de policiais militares mortos em serviço, ou em razão dele, discriminando-se o local de trabalho e breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, da reserva ou aposentados, que foram mortos, e o número de policiais militares feridos em serviço, ou em razão dele, discriminando-se o local de trabalho e breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, da reserva ou aposentados, que foram feridos.

Nº 10.076/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações consubstanciadas em relatório que contenha o montante dos recursos financeiros de investimento realizados pelo Governo do Estado que foram destinados à PMMG nos últimos cinco anos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.077/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de informações consubstanciadas em relatório que contenha o montante dos recursos financeiros de investimento realizados pelo Governo do Estado que foram destinados ao CBMMG nos últimos cinco anos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.078/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para realizar esforços a fim de que seja integralmente cumprido o compromisso firmado pelo Poder Executivo para a recomposição das perdas inflacionárias dos salários das carreiras dos integrantes das forças de segurança do Estado, haja vista que o acordo firmado entre o governador do Estado, com a presença dos secretários de Estado de Fazenda e de Planejamento e Gestão, e os representantes das forças de segurança do Estado, assinado em ata no dia 22 de novembro de 2019, previa um total de três parcelas, calculadas, à época, pelo próprio secretário de Estado de Planejamento e Gestão, sendo que a única parcela cumprida pelo governo do Estado recompôs um percentual de 13% dos 48,25% divulgados com base no IPCA.

Nº 10.079/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à destinação de recursos financeiros de investimento para o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG –, considerando-se que atualmente a instituição depende de recursos aleatórios, tais como emendas parlamentares estaduais e federais.

Nº 10.080/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações consubstanciadas nas ações concretas que estão sendo desempenhadas quanto à integração das forças de segurança pública por parte do Comando-Geral da PMMG, no sentido de planejamento, inteligência e troca de informações com vistas ao aprimoramento da política estadual de segurança pública. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.081/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas no cronograma de recomposição do efetivo da instituição, tendo em

vista o grave déficit de efetivo existente, considerando-se que, conforme dados apresentados no âmbito do Assembleia Fiscaliza, a Polícia Militar possui hoje 37.346 policiais, quando deveria ter 51.669 servidores. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.082/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que a instituição possa cumprir o que foi disposto na Lei nº 23.754, de 2021, sobre o registro e a divulgação de dados relativos a violência e criminalidade no Estado, indicando se foi publicado o número de Reds que envolvem os crimes de homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, extorsão mediante sequestro seguida de morte, estupro seguido de morte, conforme prevê a referida lei, que determina que esses dados devem ser apresentados por Risp, com a discriminação dos dados de cada município e a indicação dos números absolutos e para cada grupo de cem mil habitantes, os quais devem ser publicados semestralmente, divulgados para consulta na internet e enviados ao Ministério Público do Estado e à Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa.

Nº 10.083/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para regularizar, de forma urgente, o repasse de recursos orçamentários destinados ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares – IPSM –, pois tal irregularidade impede o instituto juridicamente de pagar seus fornecedores e, assim, prejudica e compromete as assistências médica e odontológica dos militares e de seus dependentes.

Nº 10.084/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de informações consubstanciadas nas ações concretas que estão sendo desempenhadas quanto à integração das forças de segurança pública por parte do Comando-Geral da CBMMG no sentido de planejamento, inteligência e troca de informações com vistas ao aprimoramento da política estadual de segurança pública. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.085/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para realizar esforços a fim de que seja integralmente cumprido o compromisso firmado pelo Poder Executivo para a recomposição das perdas inflacionárias dos salários das carreiras dos integrantes das forças de segurança do Estado, haja vista que o acordo firmado entre o governador do Estado, com a presença dos secretários de Estado de Fazenda e de Planejamento e Gestão, e os representantes das forças de segurança do Estado, assinado em ata no dia 22 de novembro de 2019, previa um total de três parcelas, calculadas, à época, pelo próprio secretário de Estado de Planejamento e Gestão, sendo que a única parcela cumprida pelo governo do Estado recompôs um percentual de 13% dos 48,25% divulgados com base no IPCA.

Nº 10.086/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de informações consubstanciadas no cronograma de recomposição do efetivo da instituição, considerando-se o grave déficit de efetivo existente que, conforme dados apresentados no Assembleia Fiscaliza, conta com 5.663 bombeiros militares, sendo que deveria contar com 7.999 servidores. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.087/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para destinar recursos financeiros de investimento para a PMMG, considerando que atualmente a instituição depende de recursos aleatórios, tais como emendas parlamentares estaduais e federais.

Nº 10.088/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a transferência injustificada de 350 presos do presídio de Araguari para outras comarcas sem as devidas fundamentação e motivação inerentes ao ato administrativo, e sem consulta prévia ao Conselho Comunitário de Segurança Pública, enfatizando-se que o ato discricionário do secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública trouxe à população araguarina, aos familiares das pessoas privadas de liberdade e aos servidores do sistema penitenciário local, grande transtorno e insegurança, além de provocar considerável clamor social, e que o presídio de Araguari é considerado modelo para outras

localidades, não abriga nenhum apenado integrante de facções criminosas e está sendo monitorado pela Prefeitura Municipal, pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.089/2021, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que o Distrito de São Sebastião da Vista Alegre, no Município de Olaria, seja incluído no programa Alô Minas!, para a instalação do serviço de telefonia móvel na localidade. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 10.090/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de José Faria Neto, diretor-presidente da empresa Bebidas Jota Efe de Ouro Fino, ocorrido em 4/12/2012, nesse município. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 10.091/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Sérgio Rubens de Araújo Torres. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 10.093/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sgt. PM João Rodrigues da Silva pelos 30 anos de dedicação de sua vida em prol da sociedade mineira. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.094/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que participaram da operação Sinal Vermelho, em Belo Horizonte e região, que resultou na apreensão de cinco toneladas de fio de cobre além de dois motores de motocicletas furtados e na prisão de sete suspeitos. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.095/2021, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Ten.-Cel. PM Célio Cesar dos Santos e com o Cap. PM Cleiton Martins dos Santos pelo excelente trabalho à frente do Comando do 57º Batalhão da Polícia Militar. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.096/2021, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Abadia dos Dourados pelo aniversário do município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 10.097/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares pela excelente atuação em ocorrência de cárcere privado, na cidade de Caxambu. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.098/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares pela atuação em ocorrência policial, no Município de Contagem, que resultou na apreensão de mais de uma tonelada de maconha. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.102/2021, das Comissões dos Direitos da Mulher, da Pessoa com Deficiência, de Esporte, de Direitos Humanos e do Trabalho, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o número total de famílias de baixa renda atendidas pela renda emergencial temporária Força Família, em cotejo com o número de famílias em situação de extrema pobreza no Estado, considerando-se o prazo de até 29 de outubro deste ano para o efetivo pagamento, e sobre se há planejamento e cronograma para que seja implementado o programa de renda mínima complementar no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.103/2021, das Comissões de Esporte, da Pessoa com Deficiência, do Trabalho, de Direitos Humanos e dos Direitos da Mulher, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os municípios e comunidades quilombolas atendidas pelo projeto de Implantação de Poços Artesianos, realizado em parceria com o Instituto de Desenvolvimento no Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene –, para a implantação de poços artesianos, visando assegurar que as famílias em contexto de vulnerabilidade tenham acesso à água de qualidade, e sobre a previsão de atendimento aos demais municípios, com o cronograma detalhado de atendimento. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.104/2021, das Comissões de Direitos Humanos, do Trabalho, da Pessoa com Deficiência, de Esporte e dos Direitos da Mulher, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as

comunidades quilombolas atendidas pelo projeto Raízes de Minas, para a implementação do banco de sementes crioulas, e sobre se há previsão para expansão do projeto, informando o cronograma detalhado para essa expansão, com vistas a fomentar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.105/2021, das Comissões de Esporte, da Pessoa com Deficiência, de Direitos Humanos, dos Direitos da Mulher e do Trabalho, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as alternativas para a manutenção da rede de atendimento do Sistema Nacional de Emprego em Minas Gerais e dos programas de geração de trabalho e renda, considerando-se a expressiva diminuição dos recursos a serem repassados ao Fundo Estadual do Trabalho – FET – pelo governo federal. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.106/2021, das Comissões de Esporte, da Pessoa com Deficiência, de Direitos Humanos, do Trabalho e dos Direitos da Mulher, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para garantir às mães em situação de rua o direito de maternagem, considerando-se a proteção da família natural assegurada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nº 10.107/2021, das Comissões de Esporte, do Trabalho, da Pessoa com Deficiência, de Direitos Humanos e dos Direitos da Mulher, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações substanciadas no Mapa de Demanda por Qualificação Profissional, desenvolvido pela secretaria. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.108/2021, das Comissões dos Direitos da Mulher, do Trabalho, de Esporte, da Pessoa com Deficiência e de Direitos Humanos, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre quais as medidas estão sendo tomadas para que a secretaria cumpra a sua determinação institucional de promover políticas públicas de trabalho e emprego. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.109/2021, das Comissões da Pessoa com Deficiência, dos Direitos da Mulher, de Direitos Humanos, do Trabalho e de Esporte, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a razão da não adoção de um programa estadual de frente de trabalho que promova a ocupação dos desempregados na manutenção e limpeza de estradas, próprios públicos e rios, especialmente daqueles afetados pelos desastres da mineração, e outras atividades pertinentes. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.110/2021, das Comissões de Esporte, da Pessoa com Deficiência, dos Direitos da Mulher, de Direitos Humanos e do Trabalho, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre como a secretaria pretende enfrentar a baixa inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho frente às vagas que são a elas ofertadas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.111/2021, das Comissões de Direitos Humanos, dos Direitos da Mulher, do Trabalho, de Esporte e da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, em Belo Horizonte, pedido de providências para garantir a continuidade da execução do Programa de Proteção à Vítimas e Testemunhas Ameaçadas de Minas Gerais – Provita-MG.

Nº 10.112/2021, das Comissões de Esporte, do Trabalho, da Pessoa com Deficiência, de Direitos Humanos e dos Direitos da Mulher, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a realização de levantamento estatístico para apurar a quantidade de pessoas em situação de rua no Estado.

Nº 10.114/2021, das Comissões do Trabalho, de Esporte, dos Direitos da Mulher, de Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene –, em Belo Horizonte, pedido de providências para a implementação de poços artesianos nas seguintes comunidades quilombolas, no Município de Virgem da Lapa: Almas, Cural Novo, Alto Jequitibá (composta pelas Comunidades Jequitibá e Bugre), União dos Rosários, Campinhos, Capim Puba, Mutuca de Baixo, Lavrinha,

Pacheco, Córrego do Brejo, Morro Redondo, Gravatá, Massacará, Onça, São José, Biquinha, Água Limpa, Cardoso, Limoeiro, Vereda, Bela Vista, Córrego Bonito, Santana, Cafundó, Malhada Branca, Vai-Vai, Coqueiros e Ouro Fino; no Município de São Domingos do Prata: quilombos do Areião, Surrão e Serra; no Município de Januária: Comunidades Quilombolas Croatá, Cabano, Gameleira e Alegre II; no Município de São Francisco: Comunidade Quilombola Buriti do Meio.

Nº 10.115/2021, das Comissões do Trabalho, da Pessoa com Deficiência, de Direitos Humanos, de Esporte e dos Direitos da Mulher, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, em Belo Horizonte, pedido de providências para a garantia, no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – e na Lei Orçamentária Anual – LOA –, de recursos necessários à continuidade dos Centros de Referência de Direitos Humanos da Mata, de Mucuri, do Sul e do Norte, e para a ampliação dessa importante política pública para outras regiões de Minas Gerais.

Nº 10.116/2021, das Comissões da Pessoa com Deficiência, de Direitos Humanos, do Trabalho, de Esporte e dos Direitos da Mulher, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o volume de negócios realizados pelas feiras *on-line*, sobre o total de empreendedores solidários atendidos e em quais regiões, e sobre o rendimento médio dos participantes. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.117/2021, das Comissões da Pessoa com Deficiência, do Trabalho, dos Direitos da Mulher, de Esporte e de Direitos Humanos, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para ampliar a alocação de recursos na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – com vistas a incrementar a sua atuação e garantir as condições necessárias ao atendimento das demandas sociais do Estado, especialmente dos públicos mais vulneráveis.

Nº 10.118/2021, das Comissões da Pessoa com Deficiência, do Trabalho, de Direitos Humanos, de Esporte e dos Direitos da Mulher, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o Plano Estadual de Enfrentamento à Extrema Pobreza, esclarecendo quais os órgãos envolvidos na sua elaboração, as etapas realizadas, as ações e os recursos previstos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.119/2021, das Comissões da Pessoa com Deficiência, de Esporte, de Direitos Humanos, do Trabalho e dos Direitos da Mulher, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a manutenção da Cohab entre os órgãos da administração indireta do Estado, com o fomento de suas atividades, considerando-se a sua relevância para o equacionamento do déficit habitacional no Estado.

Nº 10.120/2021, das Comissões de Direitos Humanos, dos Direitos da Mulher, da Pessoa com Deficiência, do Trabalho e de Esporte, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a avaliação que o governo possui sobre a insegurança alimentar e nutricional no Estado, sobre como planeja enfrentar e superar esse preocupante quadro e sobre qual tem sido o esforço realizado pela Secretaria para a integração e a articulação com outras secretarias do Estado e demais órgãos públicos para desenvolver medidas coordenadas e proporcionais ao tamanho do desafio de garantir o direito constitucional à alimentação adequada para toda a população mineira. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.121/2021, das Comissões do Trabalho, da Pessoa com Deficiência, de Esporte, de Direitos Humanos e dos Direitos da Mulher, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre se a titular da pasta reconhece a urgência de um programa permanente de renda para o Estado enfrentar a crise de fome e pobreza e sobre a mobilização política e de recursos que a Sedese fará para realizar essa urgente tarefa. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.122/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em estudo que oriente os municípios na

elaboração de um plano de arborização urbana e que indique as espécies mais adequadas e especificações técnicas para o plantio. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.123/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em parecer técnico sobre o Projeto de Lei nº 3.300/2021, que define os limites e amplia o Monumento Natural Estadual da Serra da Moeda – Monae –, que contemple visita técnica prévia ao local e análise documental. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.124/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas na análise jurídica e técnica das entidades inscritas no Cadastro Estadual de Entidades de Proteção Animal e de Protetores, a fim de atestar quais dessas entidades estão regularizadas e aptas a receber recursos de emendas parlamentares, e que esse documento seja enviado aos 77 deputados desta Casa. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.125/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que cobre dos empreendedores mais agilidade nos processos de descaracterização das barragens de contenção de rejeitos ou resíduos alteadas pelo método a montante, nos termos da Lei nº 23.291, de 2019.

Nº 10.126/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que aumente o volume de recursos destinados às ações de fiscalização ambiental, tendo em vista que a verba empenhada para essa prática foi reduzida entre 2020 e 2021 e representa menos da metade do valor destinado para os licenciamentos ambientais, que aumentaram em cerca de 58 processos por mês, se comparado com o ano de 2020, com média mensal de 477 licenciamentos ambientais.

Nº 10.127/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que elabore o Plano Estadual sobre Mudanças Climáticas, no prazo de um ano, conforme acordado na COP26.

Nº 10.128/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que dê celeridade à análise do processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Furnas, tão logo seja apresentado o Estudo de Impacto Ambiental – Eia – e o Relatório de Impacto Ambiental – Rima –, pela empresa Furnas Centrais Elétricas.

Nº 10.129/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em estudo técnico acerca dos impactos ambiental e cultural do traçado do rodoanel na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, tendo em vista que o processo de discussão do projeto não contempla estudo consistente. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.130/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que sejam adotadas medidas para o cumprimento do acordo judicial homologado relativo ao reajuste da carreira e a recomposição das perdas por inflação dos salários dos servidores dos órgãos e entidades de meio ambiente do Estado.

Nº 10.131/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para o encaminhamento do Plano de Carreira dos Servidores do Meio Ambiente à Assembleia Legislativa, bem como a retirada imediata dos 50% do fator redutor da fórmula de cálculo da Gratificação de Escolaridade, Desempenho e Produtividade Individual e Institucional – Gedama –, para funcionários do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, conforme acordo firmado em 2015; e providências para a reabertura

imediate das negociações e o atendimento das justas reivindicações dos servidores da Semad do Sindicato dos Servidores Públicos do Meio Ambiente no Estado de Minas Gerais – Sindsema.

Nº 10.132/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em estudos de análise regulatória acerca da Deliberação Conjunta Semad/IEF nº 3.102, de 2021, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; do Decreto nº 43.911, de 2004, que cria a Área de Proteção Ambiental Estadual Cochá e Gibão, nos Municípios de Januária, Cônego Marinho e Bonito de Minas; e da Lei nº 11.9015, de 1995, que declara de proteção ambiental as áreas de interesse ecológico situadas na Bacia Hidrográfica do Rio Pandeiros. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.133/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que se implemente o Acordo nº 1.0000.16.050144-1/001, homologado desde de 2016, assim que haja viabilidade jurídica, incluindo a publicação do decreto consignando a retirada dos 50% restantes do VT da fórmula da Gratificação de Escolaridade, Desempenho e Produtividade Individual e Institucional – Gedama –, bem como seja enviado à ALMG, em regime de urgência, o projeto de lei alterando a Lei nº 15.461, de 2005.

Nº 10.135/2021, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja formulada manifestação de apoio à Fabiana Santos Salgado, conhecida como professora Fabiana, vereadora e 1ª-secretária da Câmara Municipal de Santa Rita de Sapucaí, pela sua atuação em defesa dos cidadãos da referida comunidade, em especial durante a pandemia de covid-19, estendendo esse apoio à Presidência daquela Casa, por sua firme atuação em defesa da integridade física da vereadora. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 10.136/2021, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao presidente do Senado Federal pedido de providências para analisar a possibilidade de apresentar projeto de lei que autorize deduzir no imposto de renda de pessoa física ou jurídica o investimento em usinas de energia solar em estabelecimento residencial, comercial e agroindustrial. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 10.138/2021, das Comissões dos Direitos da Mulher, de Esporte, do Trabalho, da Pessoa com Deficiência e de Direitos Humanos, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o plano de ação para a realização dos jogos dos povos indígenas em 2022, tendo em vista a importância da promoção do esporte como instrumento de fortalecimento da identidade das culturas tradicionais e para estimular o intercâmbio entre as etnias e a promoção da cidadania indígena. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.139/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em estudo criterioso do processo de licenciamento ambiental da fábrica da Heineken, no Município de Pedro Leopoldo, tendo em vista que o empreendimento está localizado dentro da Área de Proteção Ambiental – APA – Carste de Lagoa Santa e que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio – não concorda com a sua instalação. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.140/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações detalhadas sobre a aplicação dos recursos oriundos do Edital Lixão Zero nº 1 (edital de chamada pública do Ministério do Meio Ambiente – MMA), incluindo a relação dos consórcios e projetos selecionados e os municípios contemplados. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.141/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações detalhadas sobre quais são as medidas que o governo do Estado adotou para a fiscalização e orientação das empresas com vistas ao descomissionamento das barragens a montante; qual a situação

hoje do descomissionamento; e qual a perspectiva do prazo determinado pela Lei nº 23.291, de 2019, para cumprimento do descomissionamento de barragens. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.142/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que sejam evitadas a interceptação de unidades de conservação e de áreas de relevância ambiental para o Estado e para os municípios da RMBH na definição do traçado do Rodoanel.

Nº 10.143/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que no processo de licenciamento ambiental da fábrica da Heineken, em Pedro Leopoldo, seja dada especial atenção aos estudos espeleológicos e à preservação das cavidades naturais subterrâneas da região.

Nº 10.144/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações acerca do andamento do Programa de Concessão de Parques – Parc. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.145/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que desenvolva estratégias para reduzir as áreas de conflito pelo uso da água no Estado.

Nº 10.146/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que o processo de digitalização do licenciamento ambiental seja feito de forma célere.

Nº 10.147/2021, das Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Minas e Energia, de Educação e de Assuntos Municipais, da Comissão Extraordinária das Privatizações e da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que o governo do Estado aplique, efetivamente, na Fapemig, o percentual constitucional de recursos destinados ao fomento e amparo à pesquisa e ao desenvolvimento científico no exercício de 2021.

Nº 10.148/2021, das Comissões de Assuntos Municipais, de Educação e de Minas e Energia, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, da Comissão de Desenvolvimento Econômico e da Comissão Extraordinária das Privatizações, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre os procedimentos de apuração interna realizados para investigar os crimes assumidos pela empresa Andrade Gutierrez em acordo de leniência com o Estado, referente ao período de 2004 a 2011, detalhando os prejuízos ocasionados à Cemig e os resultados da apuração. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.149/2021, das Comissões de Assuntos Municipais, de Educação e de Minas e Energia, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, da Comissão de Desenvolvimento Econômico e da Comissão Extraordinária das Privatizações, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações detalhadas sobre os investimentos do programa Minas Trifásico na região Leste do Estado e no Vale do Aço. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.150/2021, das Comissões de Minas e Energia, de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Econômico, da Comissão Extraordinária das Privatizações, da Comissão de Educação e da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e à Companhia de Gás de Minas Gerais pedido de providências para a agilização dos estudos para a implantação do gasoduto ligando o Município de Sete Lagoas ao Município de Montes Claros.

Nº 10.151/2021, das Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Educação e de Assuntos Municipais, da Comissão Extraordinária das Privatizações, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e da Comissão de Minas e Energia, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que se promova a energização de poços tubulares profundos com sistemas de geração solar fotovoltaica, com especial atenção para cerca de 4 mil poços perfurados pela Codevasf, pelo Dnocs e pelo Idene e ainda não energizados.

Nº 10.152/2021, da Comissão de Minas e Energia, da Comissão Extraordinária das Privatizações, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e das Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Assuntos Municipais e de Educação, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que sejam realizadas tratativas com a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – e com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE – para que sejam incluídos no planejamento da expansão de subestações, além dos Municípios de Janaúba, Jaíba e Buritizeiro, os Municípios de Montes Claros e Januária.

Nº 10.153/2021, da Comissão Extraordinária das Privatizações, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e das Comissões de Assuntos Municipais, de Minas e Energia, de Desenvolvimento Econômico e de Educação, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para inclusão do reservatório da Usina Hidrelétrica de Irapé no planejamento de instalação de usinas solares fotovoltaicas flutuantes.

Nº 10.154/2021, da Comissão Extraordinária das Privatizações, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e das Comissões de Educação, de Minas e Energia, de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Econômico, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. pedido de informações sobre os desembolsos de investimentos destinados à Microrregião de Januária, discriminando-se a distribuição dos recursos financeiros por município, no período de 2019 a 2021. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.155/2021, da Comissão de Minas e Energia, da Comissão Extraordinária das Privatizações, das Comissões de Assuntos Municipais e de Educação, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para a aceleração do investimento em projetos de expansão de distribuição de energia elétrica, em especial na construção de mais subestações na região Norte do Estado, com foco na energia solar fotovoltaica.

Nº 10.156/2021, do deputado Bartô, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo e ao presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais pedido de informações sobre os custos financeiros necessários para efetivar o tombamento administrativo do espelho d'água dos Lagos de Furnas e Peixoto. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.157/2021, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que edite norma com vistas à concessão de isenção total das tarifas de água, esgoto e energia elétrica aos consumidores residenciais, industriais e comerciais dos municípios atingidos pelas fortes chuvas na região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, conforme previsto na Lei nº 23.797, de 20/1/2021. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 10.158/2021, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de providências para a urgente recuperação das estradas sob sua responsabilidade danificadas pelas fortes chuvas que atingem a região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 10.159/2021, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para que edite decreto com a finalidade de conceder benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS –, como a suspensão da cobrança do imposto e de multa ou juros decorrentes de eventuais

atrasos dos contribuintes dos municípios atingidos pelas chuvas do mês de dezembro de 2021, na região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 10.160/2021, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a urgente recuperação das estradas sob sua responsabilidade danificadas pelas fortes chuvas que atingem a região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 10.161/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Unimed-BH por conquistar, pela terceira vez consecutiva, o selo Pró-Ética, um dos principais reconhecimentos dados a empresas no Brasil comprometidas com a prevenção e o combate a corrupção e fraude. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 10.162/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que os recursos resultantes de emenda parlamentar impositiva individual de autoria do deputado Delegado Heli Grilo, no valor de R\$760.000,00, destinada à aquisição de quatro viaturas para a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, especificamente para o sistema prisional, não executada devido à alteração dos valores dos referidos veículos, seja revertida para a aquisição de cautela fixa para os policiais penais, em modelo compatível com sua atuação.

Nº 10.163/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que seja disponibilizado aos policiais penais auxílio-alimentação, na forma de cartões, *tickets* ou similares, para que possam adquirir suas próprias refeições, em vez de lhes serem fornecidas pelo próprio sistema prisional.

Nº 10.164/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de informações substanciadas em relatório dos investimentos de recursos financeiros destinados à Polícia Civil pelo governo do Estado para o desenvolvimento de seus trabalhos de investigação e de polícia judiciária nos últimos cinco anos, discriminados ano a ano e por destinação. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.165/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que seja priorizada a recomposição dos quadros de efetivo da Polícia Penal e dos agentes socioeducativos em Minas Gerais, considerando-se os graves déficits hoje existentes e a necessidade de redução desses déficits.

Nº 10.166/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações substanciadas no cronograma de recomposição dos quadros atuais de efetivo da Polícia Penal e dos agentes socioeducativos em Minas Gerais, haja vista os graves déficits hoje existentes, visando à sua redução. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.167/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de informações substanciadas em cronograma para a recomposição do efetivo da instituição, considerando-se que, de acordo com o Anexo I da Lei Complementar nº 129, de 2013, a instituição tem 17.517 cargos policiais, mas, atualmente, conta com apenas 9.853 cargos policiais ocupados, restando 7.664 cargos policiais vagos, conforme dados apresentados na Reunião Extraordinária de 7/12/2021, realizada no âmbito do Assembleia Fiscaliza, ressaltando-se que esse déficit de pessoal causa considerável prejuízo para os trabalhos investigativos e de polícia judiciária. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.168/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que a pasta cumpra a Lei nº 23.753, de 2021, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado e altera a Lei nº 13.968, de 2001, que regulamenta o art. 297 da Constituição do Estado e dá outras providências, no âmbito de sua competência legal, contribuindo para a elaboração e a manutenção de banco de dados com

informações relativas às armas de fogo e munições apreendidas no Estado especificando o nome ou marca do fabricante; nome ou sigla do país de fabricação; calibre da arma ou da munição e quantidade de munição; número de série impresso na armação, no cano e na culatra, quando móvel; ano de fabricação, se a arma não estiver incluída no sistema de numeração serial; data da apreensão; fotografia colorida da arma de fogo ou da munição apreendidas; número do registro de ocorrência relativo à apreensão; identificação do servidor responsável pelo recebimento da arma de fogo ou da munição apreendidas.

Nº 10.169/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que a pasta cumpra a Lei nº 23.754, de 2021, a qual altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado, no que diz respeito a publicização e a divulgação semestral de dados para consulta, bem como em relação ao envio, para o Ministério Público estadual e a Comissão de Segurança Pública desta Casa, dos dados relativos aos números de Registros de Eventos de Defesa Social e de inquéritos policiais instaurados e concluídos, com especificação da taxa de elucidação, concernentes aos crimes de homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, extorsão mediante sequestro seguida de morte e estupro seguido de morte, consolidados por Região Integrada de Segurança Pública e discriminados por município, com os números absolutos e a taxa para cada grupo de cem mil habitantes.

Nº 10.170/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que a pasta cumpra a Lei nº 23.871, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado, no tocante à publicização e à divulgação anual, para consulta, bem como ao envio ao Ministério Público estadual e à Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa dos dados relativos ao número de policiais civis mortos em serviço, ou em razão dele, discriminando o local de trabalho e breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, aposentados, que foram mortos, além do número de feridos em serviço, ou em razão dele, também discriminando o local de trabalho e breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, aposentados, que foram feridos.

Nº 10.171/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que envide esforços a fim de que seja integralmente cumprido o compromisso firmado pelo Poder Executivo para a recomposição das perdas inflacionárias dos salários das carreiras dos integrantes das forças de segurança do Estado, haja vista que o acordo firmado entre o governo do Estado, por meio dos secretários de Estado de Fazenda e de Planejamento e Gestão e os representantes das forças de segurança do Estado, assinado em ata no dia 22 de novembro de 2019, previa um total de três parcelas, calculadas pelo próprio secretário de Estado de Planejamento e Gestão, ressaltando-se que o acúmulo da inflação de janeiro de 2015 até dezembro de 2021 alcançou o patamar de 48,25%, segundo o IPCA, e que, até o momento, o governo do Estado honrou somente única parcela, equivalente à recomposição de um percentual de apenas 13%.

Nº 10.172/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para intensificar as ações policiais no âmbito do Cinturão de Segurança Pública, que envolve as 135 cidades limítrofes, com o objetivo de reforçar a segurança das divisas de Minas Gerais, em especial face aos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Nº 10.173/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que sejam destinados recursos financeiros de investimento suficientes para a política de segurança pública no Estado, especialmente para os trabalhos de investigação e de polícia judiciária, haja vista o dever do Estado, previsto constitucionalmente, no exercício dessa política, para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Nº 10.174/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que sejam priorizadas ações e iniciativas destinadas à integração das forças de segurança pública em Minas Gerais, considerando-se o planejamento, a inteligência e a troca de informações entre os órgãos da área como estratégia central no aprimoramento da política estadual de segurança pública.

Nº 10.175/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que envide esforços a fim de que seja integralmente cumprido o compromisso firmado pelo Poder Executivo no tocante à recomposição das perdas inflacionárias dos salários das carreiras dos integrantes das forças de segurança do Estado, haja vista que o acordo firmado entre o governo estadual, por meio dos secretários de Estado de Fazenda e de Planejamento e Gestão e os representantes das forças de segurança de Minas Gerais, assinado em ata em 22/11/2019, previa um total de três parcelas, calculadas, naquela ocasião, pelo próprio titular da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, ressaltando-se que, conforme o IPCA oficialmente divulgado, o acúmulo da inflação de janeiro de 2015 até a presente data alcançou o patamar de 48,25%, e até o momento o governo do Estado cumpriu com somente uma única parcela, a qual recompôs um percentual de apenas 13%.

Nº 10.176/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca da situação de implementação da Lei nº 23.871, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado, no tocante à publicização e à divulgação anual pela pasta, para consulta, bem como ao envio ao Ministério Público estadual e à Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa dos dados relativos ao número de agentes prisionais e socioeducativos mortos em serviço, ou em razão dele, discriminando o local de trabalho e breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, aposentados, que foram mortos, além do número de feridos em serviço, ou em razão dele, também discriminando o local de trabalho e breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, aposentados, que foram feridos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.177/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que a pasta cumpra a Lei nº 23.871, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado, no tocante à publicização e à divulgação anual, para consulta, bem como ao envio ao Ministério Público estadual e à Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa dos dados relativos ao número de agentes prisionais e socioeducativos mortos em serviço, ou em razão dele, discriminando o local de trabalho e breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, aposentados, que foram mortos, além do número de feridos em serviço, ou em razão dele, também discriminando o local de trabalho e breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, aposentados, que foram feridos.

Nº 10.178/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que sejam priorizadas ações e iniciativas destinadas à integração das forças de segurança pública em Minas Gerais, considerando-se o planejamento, a inteligência e a troca de informações entre os órgãos da área como estratégia central no aprimoramento da Política Estadual de Segurança Pública.

Nº 10.179/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca do estágio de implementação da Lei nº 23.754, de 2021, a qual altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado, no tocante à publicização e divulgação semestral de dados pela pasta para consulta, bem como ao envio, para o Ministério Público estadual e a Comissão de Segurança Pública desta Casa, dos dados relativos aos números de Registros de Eventos de Defesa Social e de inquéritos policiais instaurados e concluídos, com especificação da taxa de elucidação, dos crimes de homicídio,

latrocínio, lesão corporal seguida de morte, extorsão mediante sequestro seguida de morte e estupro seguido de morte, consolidados por Região Integrada de Segurança Pública e discriminados por município, com apresentação dos números absolutos e percentuais para cada grupo de cem mil habitantes. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão de Segurança Pública. Anexe-se ao Requerimento nº 9.206/2021, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 10.180/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que a pasta cumpra a Lei nº 23.754, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado, no tocante à publicização e à divulgação semestral, para consulta, bem como ao envio ao Ministério Público estadual e à Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa dos dados relativos ao número de registros de eventos de defesa social e ao número de inquéritos policiais instaurados e concluídos, com especificação da taxa de elucidação, envolvendo os crimes de homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, extorsão mediante sequestro seguida de morte e estupro seguido de morte, consolidados por Região Integrada de Segurança Pública, discriminados por município e contendo os números absolutos e a taxa para cada grupo de cem mil habitantes.

Nº 10.181/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para que sejam destinados recursos financeiros suficientes para investimento na política de segurança pública no Estado, especialmente para os sistemas prisional e socioeducativo e a prevenção à criminalidade, haja vista o dever constitucional do Estado em relação ao exercício dessa política, visando a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Nº 10.182/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que a pasta cumpra a Lei nº 23.753, de 2021, a qual dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado, dentro do escopo de suas competências, contribuindo para a elaboração e a manutenção de banco de dados com informações relativas às armas de fogo e munições apreendidas no Estado, especificando nome ou marca do fabricante; nome ou sigla do país de fabricação; calibre da arma ou da munição e quantidade de munição; número de série impresso na armação, no cano e na culatra, quando móvel; ano de fabricação, se a arma não estiver incluída no sistema de numeração serial; data da apreensão; fotografia colorida da arma de fogo ou da munição apreendidas; número do registro de ocorrência relativo à apreensão; identificação do servidor responsável pelo recebimento da arma de fogo ou da munição apreendidas.

Nº 10.183/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca da criação do banco de dados relativos às armas de fogo e munições apreendidas no Estado, previsto na Lei nº 23.753, de 2021, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado e altera a Lei nº 13.968, de 2001, que regulamenta o art. 297 da Constituição do Estado e dá outras providências. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.184/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações consubstanciadas em relatório contendo as ações e iniciativas efetivas e concretas da pasta no sentido de integrar as forças de segurança pública em Minas Gerais, considerando-se o planejamento, a inteligência e a troca de informações entre os órgãos da área como estratégia central para o aprimoramento da Política Estadual de Segurança Pública. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.185/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações consubstanciadas em relatório com os valores dos investimentos realizados pelo governo na política de segurança pública no Estado, especialmente nos sistemas prisional e socioeducativo e na política de prevenção à criminalidade nos últimos cinco anos, discriminados ano a ano e por destinação. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.186/2021, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Ana Maria Soares Valentini, secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pelo seu importante apoio na realização da Expoqueijo 2021.

Nº 10.187/2021, das Comissões de Justiça, de Administração Pública, de Redação, de Fiscalização Financeira e de Participação Popular, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja elaborado e divulgado cronograma para ampliação das nomeações e para novos concursos públicos para o grupo de carreiras da educação.

Nº 10.189/2021, das Comissões de Participação Popular, de Fiscalização Financeira, de Redação, de Justiça e de Administração Pública, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja ampliado o valor da indenização a ser paga aos filhos de pessoas segregadas em colônias de hansenianos.

Nº 10.191/2021, das Comissões de Redação, de Fiscalização Financeira, de Justiça, de Administração Pública e de Participação Popular, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja excluída a exigência de desistência de ações judiciais como requisito para o pagamento administrativo das férias-prêmio devidas aos servidores públicos do Estado.

Nº 10.194/2021, das Comissões de Administração Pública, de Justiça, de Fiscalização Financeira, de Redação e de Participação Popular, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja promovida a revogação do Memorando nº 87, da Secretaria de Estado de Educação.

Nº 10.195/2021, das Comissões de Cultura e de Desenvolvimento Econômico e da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requerem seja encaminhado ao Conselho Estadual de Patrimônio Cultural do Estado – Conep – pedido de providências para a rápida apreciação e aprovação do processo de tombamento da Serra do Curral em âmbito estadual.

Nº 10.196/2021, das Comissões de Redação, de Justiça, de Participação Popular, de Fiscalização Financeira e de Administração Pública, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a manutenção do Minas Comunica, com o intuito de levar telefonia móvel às comunidades que ainda não foram atendidas pelo programa, em especial aos municípios do Norte e Noroeste de Minas, com a finalidade de reduzir desigualdades regionais e promover o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Nº 10.197/2021, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia e das Comissões de Cultura e de Desenvolvimento Econômico, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre as obras de restauração do Vapor Benjamim Guimarães, em Pirapora, incluindo lista, especificação e remessa dos convênios firmados, recursos financeiros envolvidos e sua origem, "status" atual das obras e perspectivas para o encerramento e, caso estejam paralisadas, descrição das medidas adotadas para proteger a embarcação. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.198/2021, das Comissões de Cultura e de Desenvolvimento Econômico e da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para que apoie a atração de rotas aéreas que atendam aos Municípios de Araxá e Poços de Caldas, bem como ao restante da região Sul de Minas.

Nº 10.199/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – pedido de providências para que determinem a imediata restituição dos valores ilegalmente descontados dos policiais militares ativos e inativos (2,5%) e pensionistas (10,5%), a título de contribuição, bem como a interrupção do desconto de citados percentuais, uma vez que o Supremo Tribunal Federal, nos acórdãos (RE) 1338750, com repercussão geral reconhecida (Tema 1.177), e ACO 3396 DF, declarou a inconstitucionalidade dos dispositivos legais apontados nos

pareceres da Advocacia-Geral do Estado, os quais foram reproduzidos no Ofício 0293, de 15/4/2020, subscrito pelo secretário-geral Mateus Simões.

Nº 10.200/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin –, responsáveis pelas políticas orçamentária, financeira e patrimonial do Poder Executivo, pedido de providências para que o orçamento do IPSM seja ajustado com urgência, de forma que as despesas com assistência médico-hospitalar e odontológica sejam processadas, evitando que os policiais e bombeiros militares e seus dependentes tenham seus atendimentos, convênios, exames e demais procedimentos interrompidos, salientando-se que, desde 2019, o governo vem reduzindo o orçamento do IPSM e, no atual exercício financeiro, o orçamento liberado acabou em outubro, deixando as contas de saúde sem processamento por falta de repasse.

Nº 10.201/2021, da Comissão de Segurança Pública e outros, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para ajustar, de imediato, o orçamento previsto para 2021 para o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM –, em função da insuficiência de recursos verificada desde outubro de 2021.

Nº 10.202/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Suase – pedido de providências para que sejam realizadas as devidas avaliações de desempenho do servidor Adílson Mota Silva, bem com emitidos os respectivos pareceres conclusivos, uma vez que o agente aguarda desde 11/8/2021 pela resolução de sua situação funcional.

Nº 10.203/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – pedido de providências para que determinem o imediato repasse da contribuição patronal devida ao IPSM desde abril de 2020, tendo em vista os acórdãos RE 1338750, com repercussão geral reconhecida no Tema 1.177, e ACO 3396 DF, do Supremo Tribunal Federal.

Nº 10.204/2021, das Comissões de Assuntos Municipais e de Transporte e da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações acerca das medidas que já foram tomadas ou estão sendo planejadas para colocar em prática e fiscalizar o cumprimento da Lei nº 23.941, de 2021, incluindo normativas internas, orientações e treinamentos de servidores responsáveis pela área, esclarecimento da população e de usuários, bem como acerca do número de autuações já registradas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.205/2021, do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Minérios Itaúna Ltda. – Minerita –, pelos 50 anos de sua fundação. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 10.207/2021, das Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Cultura e da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requerem seja formulado voto de congratulações com o procurador-geral de Justiça pela realização do Congresso de Direito Penal do Ministério Público da Região Sudeste em Araxá, cidade ícone da cultura mineira.

Nº 10.208/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que seja promovido um amplo debate, com a participação da sociedade civil e da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, visando a revisão e o aprimoramento do Decreto nº 48.209, de 18 de junho de 2021, que reestruturou o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, tendo em vista que vários dispositivos do referido decreto limitam a participação e o controle social nas decisões do conselho.

Nº 10.209/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para a implementação e garantia de água potável e

saneamento básico às seguintes comunidades quilombolas: no Município de Virgem da Lapa: Comunidade Quilombola Almas, Curral Novo, Alto Jequitibá (composta pelas comunidades Jequitibá e Bugre), União dos Rosários, Campinhos, Capim Puba, Mutuca de Baixo, Lavrinha, Pacheco, Córrego do Brejo, Morro Redondo, Gravatá, Massacará, Onça, São José, Biquinha, Água Limpa, Cardoso, Limoeiro, Vereda, Bela Vista, Córrego Bonito, Santana, Cafundó, Malhada Branca, Vai-Vai, Coqueiros e Ouro Fino; no Município de São Domingos do Prata: Quilombos do Areião, Surrão e Serra; no Município de Januária: Comunidade Quilombola Croatá, Cabano, Gameleira e Alegre II; e no Município de São Francisco: Comunidade Quilombola Buriti do Meio.

Nº 10.210/2021, das Comissões de Redação, de Fiscalização Financeira, de Administração Pública, de Justiça e de Participação Popular, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que sejam garantidas a publicidade e a transparência do cronograma de pagamento das férias-prêmio aos servidores públicos do Estado, demanda decorrente da reunião conjunta das comissões, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão das Secretarias de Governo e de Planejamento e Gestão em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando-se o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Nº 10.211/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações acerca das alterações do Decreto nº 48.209, de 18 de junho de 2021, que promoveu a reestruturação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH-MG –, conforme encaminhamentos da 47ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater as alterações no referido decreto, esclarecendo quais são as justificativas para o dispositivo que prevê a requisição de apoio policial nas reuniões do CERH-MG; para a possibilidade de o Estado intervir na escolha dos representantes da sociedade civil na composição do CERH-MG; para a retirada das atribuições características do Plenário, transferindo-as para as Câmaras Técnicas; para a criação da Câmara Normativa Recursal com amplos poderes, tomando o lugar do Plenário como instância deliberativa final; para a designação, pelo presidente do CERH-MG, dos componentes da Câmara Normativa Recursal e das Câmaras Técnicas; para o Instituto Mineiro de Gestão das Águas ser o único proponente das pautas do CERH-MG; e para o dispositivo que estabelece que somente os representantes do Estado poderão interpor recursos, quebrando a isonomia do Plenário e retirando a representatividade da sociedade civil. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.212/2021, das Comissões de Participação Popular, de Fiscalização Financeira e de Constituição e Justiça, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja promovido o pagamento do rateio dos recursos do Fundeb aos profissionais da educação da rede estadual ainda no exercício de 2021.

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 960/2020, da deputada Ana Paula Siqueira e outros, em que requerem a convocação de reunião especial para homenagear a Associação dos Cuidadores de Minas Gerais por ocasião de seus 15 anos de criação.

Nº 1.161/2021, do deputado Arnaldo Silva, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.264/2017, de sua autoria.

Nº 1.162/2021, do deputado Arnaldo Silva, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.972/2015, de sua autoria.

Nº 1.163/2021, do deputado Arnaldo Silva, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.266/2017, de sua autoria.

Nº 1.164/2021, do deputado Ulysses Gomes, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 4.174/2017, de sua autoria.

Nº 1.165/2021, do deputado Doutor Paulo, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.214/2020, de sua autoria.

ACORDO DE LÍDERES

– O presidente, na 96ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 14/12/2021, leu o seguinte acordo de líderes:

“ACORDO DE LÍDERES

Considerando o surgimento da nova variante do vírus Sars-CoV-2, denominada ômicron, com capacidade de se disseminar mais facilmente que o vírus originário e outras variantes, conforme indicam as primeiras observações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa;

considerando que a Deliberação da Mesa nº 2.776, de 13 de dezembro de 2021, estabeleceu novos procedimentos e regras para assegurar a continuidade da atividade legislativa, compatibilizando-a com a preservação da saúde de parlamentares, servidores, agentes públicos e do público em geral;

considerando que compete à Assembleia Legislativa tomar decisões para contribuir com o enfrentamento da pandemia e para solução dos problemas sanitários, epidemiológicos, sociais e econômicos do Estado de Minas Gerais; e

considerando, por fim, a existência de tecnologia da informação que disponibiliza plataformas digitais capazes de viabilizar a apreciação de matérias urgentes, com recursos de áudio e vídeo remotos;

os deputados que este subscrevem ACORDAM que:

1 – as proposições com caráter de urgência aferido pelo Colégio de Líderes, nos termos do art. 7º da Deliberação da Mesa nº 2.776, de 2021, serão incluídas na ordem do dia, para votação em turno único, em reunião extraordinária convocada para essa finalidade, observados os procedimentos a seguir:

1.1 – o presidente da Assembleia designará relator para as matérias antes da reunião, dando ciência do ato aos demais parlamentares;

1.2 – o relator emitirá parecer, em Plenário, sobre as proposições e emendas, se houver, sendo-lhe facultado apresentar emendas;

1.3 – as emendas deverão ser protocoladas até as 19 horas do dia anterior à data de realização da reunião, por meio do Sistema de Informações Legislativas de Minas Gerais – Silegis;

1.4 – os parlamentares poderão se inscrever por meio da plataforma Silegis para encaminhamento de votação das proposições, pelo prazo de 10 minutos;

1.5 – aprovadas as proposições, será designado relator em Plenário para emissão de pareceres de redação final, que serão submetidos a apreciação em Plenário;

1.6 – os parlamentares poderão se inscrever por meio da plataforma Silegis para declaração de voto, pelo prazo de 5 minutos;

1.7 – se houver participação remota em reuniões de Plenário, as votações simbólicas poderão, a critério do presidente, ser convertidas em nominais;

1.8 – é vedada a apresentação de requerimento com conteúdo constante no inciso IX do *caput* do art. 232 e nos incisos III, V, VI, VII, VIII, IX e X do *caput* do art. 233 do Regimento Interno.

Sala das Reuniões, 14 de dezembro de 2021.

Cássio Soares, líder do BSM – Raul Belém, líder do BDLHC – André Quintão, líder do BDL – Inácio Franco, líder da Maioria – Ulysses Gomes, líder da Minoria”.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

– O presidente, na 96ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 14/12/2021, proferiu a seguinte decisão:

“DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência acolhe o acordo e determina o seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 14 de dezembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente.”.

COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

– O presidente, na 96ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 14/12/2021, leu a seguinte comunicação:

“Comunicação da Presidência

A presidência comunica que foram aprovados, conclusivamente, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 9.699, 9.711 a 9.717, 9.722 e 9.769 a 9.783/2021, da Comissão de Direitos Humanos, 9.732 a 9.734, 9.792, 9.793, 10.069, 10.071 a 10.075, 10.078, 10.079, 10.082, 10.083, 10.085, 10.087, 10.162, 10.163, 10.165, 10.168 a 10.175, 10.177, 10.178, 10.180 a 10.182 e 10.199 a 10.203/2021, da Comissão de Segurança Pública, 9.738 a 9.740, 9.822 e 9.824/2021, da Comissão do Trabalho, 9.747 a 9.749 e 9.796/2021, da Comissão de Assuntos Municipais, 9.784 a 9.786/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, 9.797 a 9.802 e 10.002/2021, da Comissão de Transporte, 9.813 e 9.989/2021, da Comissão de Administração Pública, 9.828 a 9.830, 9.833 a 9.835, 10.033, 10.039, 10.040, 10.042 a 10.048, 10.050 e 10.051/2021, da Comissão de Educação, 10.017/2021, da Comissão de Fiscalização Financeira, da Comissão Extraordinária das Privatizações e das Comissões de Defesa do Consumidor e de Desenvolvimento Econômico, 10.018, 10.019, 10.021 a 10.027 e 10.186/2021, da Comissão de Agropecuária, 10.106, 10.111, 10.112, 10.114, 10.115, 10.117 e 10.119/2021, das Comissões de Esporte, da Pessoa com Deficiência, de Direitos Humanos, do Trabalho e dos Direitos da Mulher, 10.125 a 10.128, 10.130, 10.131, 10.133, 10.142, 10.143, 10.145, 10.146, 10.208 e 10.209/2021, da Comissão de Meio Ambiente, 10.147, 10.150 a 10.153 e 10.155/2021, das Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Minas e Energia, de Educação e de Assuntos Municipais, da Comissão Extraordinária das Privatizações e da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, 10.187, 10.189, 10.191, 10.194, 10.196, 10.210 e 10.212/2021, das Comissões de Justiça, de Administração Pública, de Redação, de Fiscalização Financeira e de Participação Popular, e 10.195, 10.198 e 10.207/2021, das Comissões de Cultura e de Desenvolvimento Econômico e da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.”.

LEITURA DE COMUNICAÇÕES

– O presidente deu ciência ao Plenário, na 96ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 14/12/2021, das seguintes comunicações:

da Comissão de Saúde – aprovação, na 14ª Reunião Extraordinária, em 17/11/2021, do Projeto de Lei nº 3.089/2021, do deputado Professor Cleiton;

da Comissão de Transporte – aprovação, na 12ª Reunião Extraordinária, em 23/11/2021, dos Requerimentos nºs 9.534/2021, da Comissão do Trabalho, 9.549 e 9.597/2021, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, e 9.692 a 9.694/2021, da Comissão de Assuntos Municipais;

da Comissão do Trabalho – aprovação, na 15ª Reunião Extraordinária, em 24/11/2021, dos Projetos de Lei nºs 2.569 e 2.570/2015, do deputado Bosco, 967/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1.297/2019 e 3.242/2021, do deputado Gil Pereira, 2.519/2021, do deputado Charles Santos, com a Emenda nº 1, 2.566/2021, do deputado Celinho Sintrocel, com a Emenda nº 1, 2.614/2021, do deputado Carlos Pimenta, 2.700/2021, do deputado Doutor Jean Freire, 2.816/2021, da deputada Rosângela Reis, 2.874/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, 2.908/2021, da deputada Delegada Sheila, 2.969/2021, do deputado Arlen Santiago, 2.973/2021, do deputado João Magalhães, 2.991/2021, da deputada Leninha, 3.045/2021, do deputado Bernardo Mucida, 3.087/2021, do deputado Tito Torres, 3.100/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes, 3.140/2021, do deputado Tadeu Martins Leite; 3.151/2021, do deputado Gustavo Valadares, e 3.131/2021, da deputada Celise Laviola, com a Emenda nº 1, e dos Requerimentos nºs 9.455/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes, 9.456/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, 9.578/2021, do deputado Doutor Jean Freire, 9.664/2021, da Comissão de Participação Popular, e 9.687/2021, do deputado Zé Guilherme; e

da Comissão de Participação Popular – aprovação, na 20ª Reunião Extraordinária, em 25/11/2021, das Propostas de Ação Legislativa nºs 130 a 139, 141 a 143 e 145 a 175/2021 e rejeição das Propostas de Ação Legislativa nºs 129, 140 e 144/2021, todas de iniciativa popular (Ciente. Publique-se.).

DESIGNAÇÃO DE RELATORES

– O presidente, na 96ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 14/12/2021, proferiu as seguintes designações de relatores:

“A presidência, nos termos do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Presidência de 14/12/2021 e da Deliberação da Mesa nº 2.776/2021, designa relator do Projeto de Resolução nº 152/2021 o deputado Raul Belém.

Mesa da Assembleia, 14 de dezembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente.”

“A presidência, nos termos do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Presidência de 14/12/2021 e da Deliberação da Mesa nº 2.776/2021, designa relator do Projeto de Lei nº 3.278/2021 o deputado André Quintão.

Mesa da Assembleia, 14 de dezembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente.”

– O presidente, reformando decisão anterior, designa relator do Projeto de Resolução nº 152/2021 o deputado Cássio Soares.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 14/12/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a pedido, Daniel Marcelo Parreiras Soares, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas;

exonerando Sued Kennedy Parrela Botelho, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Leninha;

nomeando Bruno Candido de Oliveira, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bartô;

nomeando Jurandir da Rosa, padrão VL-15, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.



ERRATA

RECEBIMENTO DE CORRESPONDÊNCIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 14/12/2021, na pág. 4, onde se lê:

“Foi recebida em 8/7/2021”, leia-se:

“Foi recebida em 13/12/2021”.